2021

VOLUME 4 | NÚMERO 2

SEMESTRAL

ISSN (ONLINE) 2184-3082

ERC: 127200

J²

Jornal Jurídico

<https://doi.org/10.29073/j2.v4i2.437>

ponteditora
A travessia para o conhecimento

“”

A desigualdade dos direitos é
a primeira condição para que
haja direitos.

Friedrich Nietzsche

J2 - JORNAL JURÍDICO

Ficha técnica

Sede Social e Redação:

Startup Madeira - Campus da Penteada

9020 - 105 Funchal, Madeira

E-mail: geral@ponteditora.org

Telefone: 291 723 010

URL: ponteditora.org

URL (revista): revistas.ponteditora.org/index.php/j2

facebook.com/ponteditora

linkedin.com/in/ponteditora

twitter.com/ponteditora

instagram.com/ponteditora

Diretora/Editora-Chefe: Cristiane Souza Reis, PhD

Periodicidade: Semestral

Propriedade: Ponte Editora, Sociedade Unipessoal, Lda.

NIPC: 514 111 054

Composição do Capital da Entidade Proprietária:

10.000€, 100% detido por Ana Leite, Doutoranda.

Gestão/gerência (não remunerada): Eduardo Leite, Ph.D.

ISSN (online): **2184-3082**

ERC: **127200**

Equipa Editorial

EDITORA-CHEFE

Cristiane de Souza Reis - PhD em Direito e Sociologia pela Universidade de Coimbra, com pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da mesma Universidade. Mestre em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes - Rio de Janeiro, Brasil - com especialização em Direito Público. Docente do ensino superior no Instituto de Estudos Comparados de Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense - Rio de Janeiro, Brasil. Mediadora de conflitos com certificado internacional e inscrita na lista do Ministério da Justiça de Portugal. Autora de diversos artigos científicos em revistas nacionais e internacionais, com ampla participação em Congressos na área do Direito, Criminologia, da Sociologia Jurídica e Sociologia Criminal, Portugal.

EDITORA-ADJUNTA

Ana Cristina Martins Roso - PhD em Direito Público, CEDIS da Nova School of Law, Portugal.

Conselho Científico

Ana Cristina Martins Roso - PhD em Direito Público, CEDIS da Nova School of Law, Portugal.

Cristiane de Souza Reis - PhD em Direito e Sociologia, Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense e Investigadora do Instituto Jurídico Interdisciplinar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Portugal.

Joaquim Manuel Ferreira da Silva Ramalho - PhD em Direito, Professor Auxiliar da Universidade Fernando Pessoa, Portugal.

João Proença Xavier - PhD em Direitos Humanos, Professor da Universidade de Salamanca; Integrado no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20) da Universidade de Coimbra, Portugal

José Eduardo Magalhães Alves - PhD em Direito do Trabalho, Professor Adjunto Convidado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISAL), Centro De Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira (CIERL/UMa), Portugal.

Marina Motta Benevides Gadelha - PhD em Direito, Professora de Direito Ambiental e Herenêutica Jurídica da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA), Brasil

Patrícia Anjos Azevedo - PhD em Direito, Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto, Portugal.

Rui Miguel Zeferino Ferreira - PhD em Direito, Professor Adjunto do Instituto de Entre Douro e Vouga (ISVOUGA); Assistente Convidado do Instituto Politécnico de Bragança (EsACT); Investigador integrado no JUSGOV - Centro de Investigação em Justiça e Governação; Afeto ao Grupo de Investigação E-TEC - Estado, Empresa e Tecnologia, Portugal.

Conselho Editorial

Allen dos Santos Pinto da Silva - Doutorando em Filosofia, Sócio Fundador da ALLEN Global Solutions e Investigador do Núcleo de Inovação Tecnológico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (INOVUERJ), Brasil.

Carolina Merida - Doutoranda em Direito Público, Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Rio Verde, Brasil.

Fabrizio Bon Vecchio - Doutorando em Ciências Jurídicas, Pontificia Universidad Católica de Buenos Aires, Argentina.

Sancha de Carvalho e Campanella - Doutoranda em Ciências Económicas e Empresariais, Vice-Diretora Geral do Instituto Superior de Administração e Línguas (ISAL); Centro de Investigação do Instituto Superior de Administração e Línguas, Portugal.

ESTATUTO EDITORIAL

- I. O **J² – Jornal Jurídico**, conhecido também pela forma abreviada de **J²**, é uma publicação periódica. Propriedade da Editora: Ponteditora.
- II. O **J²** divulga trabalho e estudos científicos da área do Direito, através de pesquisas interdisciplinares e correlacionadas com o campo jurídico.
- III. A linha editorial do **J²** centra-se na área do Direito, abrangendo várias áreas do conhecimento metodológico crítico e progressista.
- IV. O **J²** tem por missão poder contribuir para o desenvolvimento da investigação Jurídica e de Direito em Portugal, na CPLP e na Diáspora de língua portuguesa pelo mundo.
- V. O **J²** é editado semestralmente, online, em língua portuguesa e inglesa, sendo disseminado em todo o mundo através da Internet.
- VI. O **J²** terá, aproximadamente, 80 a 180 páginas.
- VII. O **J²** é, desde a sua génese até à atualidade, publicada na versão online.
- VIII. O **J²** destina-se a professores, investigadores, estudantes e profissionais, nacionais ou estrangeiros, desde que com interesses na CPLP.
- IX. O **J²** apresenta um corpo editorial técnico e científico, aberto a académicos, investigadores, profissionais e executivos de organizações e empresas relacionadas com a investigação jurídica e de Direito.
- X. O **J²** publica artigos académicos e científicos, originais e de revisão, bem como ensaios.
- XI. A aprovação dos manuscritos para publicação regula-se por critérios de pertinência, interesse, qualidade científica e no respeito pela pluralidade de perspetivas. O **J²** assume-se como independente de qualquer poder político, ideológico ou económico, e orienta-se por critérios de rigor, isenção e inclusão.
- XII. O **J²** publica em língua portuguesa, assim como em inglês. Em cada artigo estão incluídos o título, resumo e palavras-chave em duas línguas.
- XIII. O **J²** edita números regulares e números especiais, confiados a investigadores/as credenciados/as das respetivas áreas de especialidade (orientações para revisores/as), sob a escrutínio e aprovação da Equipa Editorial. Toda a colaboração é submetida a um exigente processo de seleção e revisão baseado em arbitragem científica e dois modos, cega por pares e por pares aberta.
- XIV. Almejando os mais elevados padrões de ética na publicação, a Equipa Editorial do **J²** inspira o seu Código de Ética nas orientações estabelecidas pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE, Comité de Ética em Publicações, versão de março, 2011). Nesse código definem-se as responsabilidades de todas as partes envolvidas no ato de publicação do **J²**.

Vol. 4 | N° 2

Editorial

Editorial

001

O desafio de uma Abordagem Intercultural para os Direitos Humanos

The Challenge of an Intercultural Approach to the Human Rights

004

Os Direitos Humanos implicam em deveres: a visão de Saramago

Human Rights imply duties: the vision of Saramago

022

Conceitos jurídicos indeterminados: a luta dos Direitos Humanos contra o arbítrio e a seletividade penal

Undetermined legal concepts: the Human Right's conflict facing discretion and criminal selection

039

A proposta de universalismo das Nações Unidas e a efetivação de Direitos Humanos no cenário mundial transnacional

The United Nations proposal for universalism and the effectiveness of human rights in the transnational world scenario

058

Os desastres de Mariana e Brumadinho e o prejuízo às metas do objetivo de desenvolvimento sustentável voltado à saúde de qualidade e bem-estar de todos

The disasters of Mariana and Brumadinho and the damage to the goals of the sustainable development goal for quality health and well-being for everyone

073

109

EDITORIAL

Editorial

Cristiane Reis – Editora-Chefe

Mais uma vez, nossa Revista Jurídica J2 abriga artigos científicos de alta qualidade, egressos da Conferência Euroamericana para Desenvolvimento dos Direitos Humanos: Agenda 2030 – Um Novo Capítulo para a evolução dos Direitos Humanos – CEDH2020, que decorreu nos dias 12 e 13 de outubro de 2020, cumprimentando e agradecendo a todas instituições que apoiaram essa já respeitável e renomada Conferência e que contribuíram brilhantemente para mais um sucesso do evento, que trouxe importantes contribuições à comunidade científica.

A presente edição reúne importantes textos que foram objeto do CEDH2020 - II Conferência Euroamericana para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos, tendo como mote principal de reflexão a problematização

O CEDH2020 instigou os autores a refletir, pensar, problematizar sobre os Objetivos da Agenda 2030, que tem por escopo alcançar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com dimensões sócio-econômicas-ambiental, que perpassa ainda pelas questões de política criminal, sistema de justiça, paz, exclusão social, instituições eficazes, entre outros.

Assim, os artigos científicos que foram apresentados na CEDH2020 e que temos a honra de trazer à toda comunidade acadêmica e científica, são os que se seguem, sendo o primeiro intitulado “O desafio de uma abordagem intercultural para os Direitos Humanos” de autoria de Maria Alice Duarte Silva, que nos traz a discussão sobre as possibilidades de uma efetiva universalização dos Direitos Humanos nos dias atuais.

“Os Direitos Humanos implicam em deveres: a visão de Saramago” é o segundo artigo, de autoria de Maria Irene da Fonseca e Sá, instiga-nos, sob o olhar de José Saramago, a refletir sobre os direitos e deveres humanos, tendo por mote os erros humanos.

Na sequência, apresentamos o trabalho de Andressa Franch Carloni e de Rafael Ferreira de Albuquerque Costa, intitulado “Conceitos jurídicos indeterminados: a luta dos Direitos Humanos contra o arbítrio e a seletividade penal”, que nos apresenta uma reflexão acerca do que os autores entendem ser uma falta de harmonia entre a garantia dos Direitos Humanos e as políticas públicas de combate e prevenção à violência, tendo por pano de fundo a experiência brasileira.

“A proposta de universalismo das Nações Unidas e a efetividade de Direitos Humanos no cenário mundial transnacional” é a obra dos mesmos autores acima, que traz o entendimento dos mesmos acerca do que entender ser o aparente fracasso do universalismo das Nações Unidas no que se refere à efetivação dos Direitos Humanos e a ascensão de novos atores, analisando ainda o processo de globalização e seus efeitos.

Benedita de Fátima Felbono apresenta o artigo “Os desastres de Mariana e Brumadinho e o prejuízo às metas do objetivo do desenvolvimento sustentável voltado à saúde de qualidade e bem estar de todos”, que analisa um dos grandes desastres ambientais que ocorreu no Brasil e que causaram imensos estragos e vítimas.

Da mesma autora, temos o trabalho denominado “Racismo Ambiental e acesso à justiça pela via dos direitos: uma reflexão sobre o desastre ambiental em Brumadinho e os desafios para a concretização da Agenda 2030” que vem apresentar o interessante conceito de “racismo ambiental” e suas relações com o acesso à justiça, tendo por base de análise o desastre ambiental ocorrido em janeiro de 2019 em Brumadinho, Brasil.

Por fim, para encerrar essa edição, trazemos o texto de Sancha de Carvalho e Campanella, Allen dos Santos Pinto da Silva e de Jorge Alexandre Rodrigues da Costa, intitulado “O exercício da Advocacia: estudo comparativo Portugal e Brasil” que objetiva analisar, comparativamente, a caracterização dos contextos atuais da vida advocacia no Brasil e em Portugal, aferindo o crescimento dos cursos de Direito e Universidades, o número de advogados existentes, com o fim de conhecer a realidade atual da advocacia luso-brasileira.

Agradecendo ainda a participação de todos os autores e autoras, convidamos toda a comunidade científica à leitura desses excelentes textos.

Boa leitura!

Cristiane Reis

Marco Ribeiro Henriques

Daniela Serra Castilhos

O Desafio de uma Abordagem Intercultural para os Direitos Humanos

The Challenge of an Intercultural Approach to the Human Rights

Maria Alice Duarte Silva

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

alice_duarte@hotmail.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** pesquisa financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/00727/2020

Data de Submissão: 08/01/2021

Data de Aprovação: 10/03/2021

Resumo

Em certa medida a história do Direito Internacional é a história dos esforços desenvolvidos para minimizar ou amenizar os efeitos dos conflitos armados e o sofrimento humano. Este artigo pretende discutir as possibilidades de uma efetiva universalização dos Direitos Humanos hoje. Começa por identificar os antecedentes medievais e humanistas do Direito Internacional e do que virá a ser o discurso moderno dos Direitos Humanos. Os dados históricos considerados permitem elucidar como a emergência de uma ideia de compaixão sem exceções pelo Outro não encontrava fundamento suficiente no argumento religioso e como a sua ultrapassagem foi a condição exigida para a adoção de uma percepção mais ampla do Outro como semelhante. Ao mesmo tempo, esses dados históricos tornam também evidente como tal percurso é, no essencial, europeu ou ocidental. Na segunda parte do artigo defendo, então, que o adjetivo 'universal' não é ainda adequado para descrever a situação atual dos Direitos Humanos, mas não rejeito a possibilidade de o vir o ser. Essa possibilidade estará dependente da efetiva consolidação de uma abordagem intercultural dos Direitos Humanos. Só esse caminho permitirá falar-se com propriedade de Direitos Humanos universais, sendo que a dimensão política de tal mudança é inquestionável

Palavras-chave: Direitos Humanos; Antecedentes medievais e humanistas; Abordagem intercultural dos Direitos Humanos; Democracia Deliberativa.

Abstract

The history of international law is, to a certain extent, the history of the efforts undertaken to minimize or mitigate the effects of armed conflicts and human suffering. The aim of this paper is to discuss the possibilities of an effective universalization of Human Rights today. It begins by identifying the medieval and humanist antecedents of international law and of what will come to be the modern discourse of Human Rights. The historical data analyzed sheds light on how the emergence of an idea of compassion for the Other, without exceptions, did not find sufficient grounds in the religious argument, and how to overcome it was the required condition for perceiving the Other as a similar being in more absolute terms. At the same time, these historical data make it quite clear how such a trajectory is, essentially, European or Western in nature. Then in the second part of the paper I argue that the adjective 'universal' is still inadequate to describe the current situation of Human Rights, but the possibility of it becoming appropriate is nevertheless not rejected. Such possibility will depend on the effective consolidation of an intercultural approach to Human Rights. Only by this way we will can appropriately talk about the universality of Human Rights, being the political dimension of such a change unquestionable.

Keywords: Human Rights; Medieval and Humanistic antecedents; Intercultural approach to Human Rights; Deliberative Democracy.

1.Introdução

A história do Direito Internacional é, em parte, a história do processo conducente à minimização ou amenização dos horrores causados pelos conflitos armados. Olhado por esse ângulo, o percurso de afirmação do Direito Internacional é geralmente apresentado como assentando em dois sistemas – um clássico e um contemporâneo –, cujas referências centrais remetem para acontecimentos históricos aceites como marcos da sua emergência e consolidação. O denominado sistema clássico, ter-se-á mantido vigente do século XVII ao início do século XX. Inicia-se com a chamada Paz de Vestefália, em 1648, quando na Europa e no rescaldo da Guerra dos Trinta Anos, são celebrados acordos entre países católicos e protestantes; integra igualmente a chamada Paz de Viena, assinada em 1815, naquela cidade, depois da derrota das pretensões imperialistas de Napoleão, pela qual se inicia o reconhecimento dos princípios internacionais da multilateralidade e cooperação; e termina no fim da I Guerra Mundial, quando uma outra ordem internacional se instaura. A partir daí e até ao 11 de Setembro de 2001, temos o chamado sistema contemporâneo, caracterizado pela vigência do diálogo e consenso nas relações entre Estados e entre Organizações Internacionais, cujas bases, pelo menos em parte, colapsarão no início do século XXI, a partir do que os anteriores princípios e a segurança internacional de fragilizam.

Este artigo parte de referências deste tipo, largamente consensuais, acerca da história do Direito Internacional para propor uma reflexão sobre as dimensões ideológicas e políticas da emergência e consolidação dos Direitos Humanos e do processo pelo qual um

sentimento de compaixão pelo Outro pode ser universalizado. A abordagem proposta é antropológica e não histórica, no sentido de que metodologicamente não se apoia na pesquisa de arquivo, nem na análise de documentos antigos, e no sentido de que parte do reconhecimento da diversidade cultural existente no mundo. Os dados históricos – provindos quer da História, quer das Relações Internacionais – são aqui o recurso central para uma interpretação compreensiva das implicações e das dificuldades inerentes à afirmação contemporânea dos Direitos Humanos. A interpretação antropológica proposta é orientada pela ideia central de que a propagação efetiva de uma visão abrangente do Outro na sua diversidade é de natureza eminentemente política.

O primeiro ponto do artigo procura resgatar os antecedentes medievais e humanistas do discurso moderno dos Direitos Humanos. Não são questões muito discutidas, mas a sua abordagem permite identificar a trajetória que vai dos primeiros esforços para ‘civilizar a guerra’ até ao que já se pode chamar a emergência de uma ética ou filosofia dos direitos humanos, quando é reconhecida a natureza ‘universal’ desses direitos. O percurso desde os antecedentes medievais até aos antecedentes humanistas permite ilustrar o caminho percorrido entre a emergência de argumentos religiosos – insuficientes para corporizarem um ideal de compaixão pelo Outro sem exceções – e a emergência de uma base filosófica secular capaz de conduzir a um ideal de ‘compaixão universal’¹.

A elucidação detalhada desse processo de emergência e afirmação dos valores que corporizarão o Direito Internacional e uma ética

¹ Pode ser referido que os antecedentes para a noção de direitos humanos já foram procurados mais longe do que no período medieval, nomeadamente a propósito do cilindro de Ciro, datado

do século VI a. c. Sobre o assunto, contudo, os historiadores são bastante críticos, demonstrando que tal ideia era completamente estranha ao Império Aquemênida (Kuhrt, 1983; Spek, 1982).

‘universal’ dos Direitos Humanos permite evidenciar como tal movimento esteve dependente de uma ideia do Outro como semelhante em termos absolutos, i.e., esteve dependente de uma noção sucessivamente mais igualitária do Outro. Nos dois últimos pontos, contudo, o artigo inverte o foco, colocando a questão da consolidação contemporânea dos Direitos Humanos como estando dependente do reconhecimento da diversidade do Outro e da integração das suas diferenças. Defende que a discussão contemporânea dos Direitos Humanos tem de confrontar o facto do processo ter tido como ponto de origem a Europa e os seus contextos culturais e políticos, a que se liga, portanto, um deficitário reconhecimento do pluralismo cultural existente no mundo. Esse pluralismo deve, necessariamente, ser integrado na ética dos Direitos Humanos para que, de modo efetivo, a possamos designar como ‘universal’. A natureza e importância política dessa fundamentação multicultural dos Direitos Humanos é evidenciada pelo recurso à tese da Democracia Deliberativa do filósofo J. Habermas, usada como fundamental base teórica e filosófica. Tomar consciência da interligação entre a real universalização de uma ética dos Direitos Humanos e a propagação da Democracia e dos ideais democráticos tem um potencial de mudança, cujos efeitos se farão sentir de forma positiva em várias frentes. Por isso, e em termos conclusivos, o artigo

defende que a fundamentação multicultural de uma ética de Direitos Humanos é acima de tudo a proclamação de um posicionamento político.

Pelo resgate dos antecedentes medievais e humanistas do discurso moderno dos Direitos Humanos e pela defesa da sua fundamentação contemporânea como devendo ser intercultural, o artigo concretiza um cruzamento entre abordagens normalmente separadas. O trajeto percorrido pelo Direito Internacional relativamente à regulação de conflitos armados desde o século XVII ao século XX permite ilustrar uma tendência, lenta, mas, ainda assim, contínua, de emergência de uma perceção cada vez mais inclusiva do Outro como semelhante (Duarte, 2015). A Declaração Universal dos Direitos Humanos, produzida em 1948 no quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), é como que o culminar desse processo. Contudo, no século XXI, não mais a afirmação dessa igualdade, sem o correspondente direito à diferença, pode ser tida como satisfatória.

Embora exteriores à história mais institucionalizada do Direito Internacional, atente-se, então, em alguns dos seus antecedentes mais longínquos, cujo equacionamento ajudará a clarificar as dimensões políticas e ideológicas implicadas no movimento de emergência do discurso moderno dos Direitos Humanos (Duarte, 2015: 68-72).

2. Antecedentes medievais e humanistas

Em termos temporais, a ambição de ‘civilizar a guerra’ parece ter os seus antecedentes mais longínquos na Idade Média europeia, durante a qual emergiram as instituições da ‘Paz de Deus’ e da ‘Trégua de Deus’. Considerar os contornos destas instituições possibilita evidenciar as resistências que tiveram de ser superadas para

que a ideia do Outro como semelhante pudesse emergir e afirmar-se.

A designada primeira fase do feudalismo (Bloch, 1987) encontrava na Cavalaria uma das suas principais instituições sociais. Integravam-na todos os elementos masculinos das famílias nobres, cuja ocupação principal

era a guerra permanente entre si. Era através desta que podiam demonstrar a sua honra, coragem e valor, o que tornava a sociedade medieval especialmente violenta e agressiva. Estas guerras privadas, que tinham inerentes a si grande violência e insegurança, nomeadamente, em virtude das pilhagens que também as acompanhavam, ao se propagarem pelos feudos, atingiam tudo e todos, infligindo constantes sofrimentos à generalidade das populações. O contexto gerado de perpétua insegurança nos campos, aldeias e vilas seria de tal modo insustentável que vai conduzir à emergência da instituição da 'Paz de Deus'. Com o apoio de alguns sacerdotes, o povo reunido em assembleias municipais, nomeadamente em França, começa a tentar estipular limites para as guerras dos senhores feudais, procurando que ficassem excluídos dos seus ataques os camponeses e os mercadores, bem como o clero não armado e os locais de culto (Duby, 1986). Em concreto, a instituição terá sido forjada em 898, no Concílio de Charroux, ocorrido em Poitiers (França), e tal tomada de posição por parte da Igreja do século IX, acerca das guerras feudais e da necessidade de limitar a sua violência, marca o início formal do que se pode chamar o movimento para 'civilizar a guerra'. O argumento central dos religiosos era a ideia de que o corpo de Cristo abarcava a cristandade inteira, pelo que fazer verter o sangue do povo de forma tão gratuita era atingir o próprio Cristo. Supervisionada pela Igreja, a 'Paz de Deus' constitui-se como um eficaz instrumento de moderação da ferocidade da guerra, persuadindo os Cavaleiros a acatarem algumas regras. Desse modo, alcançava-se o objetivo de reduzir a violência generalizada dos senhores da guerra, o que tinha como seu reverso a proteção de todos os membros não-beligerantes da sociedade. Num período em que as instituições de poder político centralizado eram quase inexistentes e a Lei do Rei era mínima, a 'Paz de Deus' substituiu essa

inexistente paz dos reis, tendo-se posteriormente difundido para outras regiões de França.

Não obstante o incremento desta tentativa para 'civilizar a guerra', a sociedade medieval permanecia extremamente violenta e, dado que a autoridade régia também se mantinha enfraquecida, coube à Igreja do século XI nova tentativa para estabelecer alguma ordem no caos reinante, agora através da criação da 'Trégua de Deus'. Parece ter sido um movimento que se fez sentir a partir de 1020/1040 (Bloch, 1987) e o seu objetivo era estabelecer períodos durante os quais os combates entre os senhores feudais ficavam suspensos. Começando por abranger os dias santos e, nomeadamente, a Quaresma, consegue impor períodos efetivos de trégua que cobrem as grandes festas religiosas, como a Páscoa e o Natal, bem como as épocas de peregrinação e romagem aos centros religiosos e/ou relicários venerados. Durante todos esses períodos, os combates ficavam proibidos, comprometendo-se os Cavaleiros a não levantarem armas uns contra os outros. Esta nova via de procurar diminuir o sofrimento das populações, através da criação de obstáculos à constante violência, consegue impor um armistício semanal que inicialmente definia dois dias sem lutas, mas que será alongado até quatro dias por semana de tréguas efetivas convencionadas – de quarta-feira à noite até segunda-feira de manhã.

Apesar destas duas iniciativas da Igreja, segundo Marc Bloch (1987), a acreditar na opinião dos clérigos da época como S. Bernardo, a Cavalaria seria muito difícil de "cristianizar" já que se apresentava como uma instituição muito "distante da ordem de Deus". Dito de outro modo, apesar dos esforços para atenuar os malefícios das guerras feudais, a violência endémica dessa sociedade medieval continuou a fazer-se sentir. O conjunto de iniciativas dos clérigos medievais teve,

contudo, dois efeitos cuja relevância importa reter no que aos futuros Direitos Humanos diz respeito. Em primeiro lugar, a ênfase colocada no argumento religioso – a ideia de que, com o derrame desnecessário de sangue, eram os próprios fundamentos cristãos que eram atingidos – tornará esta linha de raciocínio a base metafísica para a posterior discussão, tida por teólogos e académicos humanistas, sobre as condições em que a guerra pode ser justa e, portanto, justificada a sua ocorrência. Em segundo lugar, esse argumento religioso de que erguer a espada contra outros cristãos era atingir o próprio Cristo – ideia expressa na sentença: ‘que nenhum cristão mate outro cristão’ – cria em simultâneo, na Europa, um pano de fundo teológico que vai canalizar a agressividade intrínseca dos senhores feudais contra Outros não-cristãos. Como um seu efeito indireto originam-se, assim, as Cruzadas cristãs. Lançada em 1096, a Primeira Cruzada é a resposta ao chamamento do Papa Urbano II, feito em 1095, no Concílio de Clermont (França). Em função do exposto, importa, portanto, reter que aquelas instituições medievais da ‘Paz de Deus’ e da ‘Trégua de Deus’ não podem ser tidas como efetivos precursores ou antecedentes diretos de uma ética dos Direitos Humanos, exatamente, porque ainda não corporizam uma perceção do Outro como semelhante, em termos absolutos e generalizados.

Prosseguindo cronologicamente para o período dos séculos XV e seguintes, obtém-se mais alguma iluminação acerca dos desenvolvimentos necessários para que o movimento, no sentido da minimização ou amenização dos malefícios da guerra, possa vir a conduzir a uma ética de Direitos Humanos mais efetiva porque mais genericamente abrangente. O contexto histórico é agora bastante diferente: a Europa tinha deixado para trás a Idade Média e os seus Cavaleiros, tornando-se as relações entre diferentes sociedades muito mais frequentes e regulares.

Neste novo ambiente histórico-societal, os contactos entre as populações europeias intensificam-se, mas uma dimensão muito mais inovadora é a multiplicação das viagens e das relações estabelecidas com muitas sociedades, antes desconhecidas, distribuídas por todo o globo. O planeta passava a ser conhecido na sua totalidade geográfica, tornando-se as inter-relações possíveis e continuadas.

De forma não surpreendente, na Europa, e nas sociedades espalhadas pelo planeta sob seu controle ou influência, continuava-se a encontrar nos fundamentos teológicos a fonte relevante para as preocupações com os malefícios da guerra e, nesse sentido, para o que há vir a ser o nascimento do Direito Internacional da guerra e da paz. Nesse período, porém, emergem alguns pensadores, nomeadamente clérigos, cujas reflexões se alargam, fazendo entrar como partes da equação teológica os contactos estabelecidos ou a estabelecer com as novas populações conhecidas. A este propósito refiram-se em particular dois teólogos espanhóis da Universidade de Salamanca: o dominicano Francisco de Vitória (1483-1546) e o seu principal seguidor, o jesuíta Francisco Suarez (1548-1617). São ambos incontornáveis enquanto figuras históricas cujos posicionamentos concretizam uma renovação de teor humanista capaz de apontar o caminho para uma ética mais universalizante de compaixão pelo Outro. Fazem isso sem rejeitar os princípios da fé, nomeadamente católica, e apesar do contexto de Contra-Reforma que se vive em Espanha e das limitações que isso lhes impõe em relação à discussão aberta das suas reflexões teológicas. Na medida em que antecipam alguns dos argumentos contratualistas que surgirão mais tarde no Direito Internacional, estes dois teólogos emergem como precursores desse Direito relativamente à guerra e à paz. Os argumentos contratualistas manifestar-se-ão através de um

corpo de princípios assente em fundamentos 'naturais', i.e., princípios humanos e racionais afirmados como universais (Díaz, 2005).

Francisco de Vitória foi professor na Universidade de Paris de 1516 a 1522, regressando depois novamente à Universidade de Salamanca e aos debates filosóficos e teológicos levantados a propósito do Novo Mundo e da evangelização das suas populações. Depois de, em Paris, ter contactado com humanistas flamengos, entre os quais Erasmus de Roterdão, aquando do seu regresso a Espanha é consultado pelo imperador Carlos V sobre aspetos doutrinários relativos à conquista e evangelização do Novo Mundo. Eram cada vez mais frequentes as denúncias que chegavam à Coroa espanhola, relatando os atropelos e humilhações de que eram vítimas as populações locais, por parte dos respetivos governadores dos territórios; ao mesmo tempo que o imperador tinha em mãos as questões da legitimidade do poder de Espanha, sobre as Índias Ocidentais, e do seu direito à guerra, sobre os naturais daqueles territórios que resistiam à dominação imposta. Saber que direitos assistiriam aos reis espanhóis, sobre aqueles territórios e suas populações, eram matérias candentes de debate teológico e político. Francisco de Vitória mostra-se muito crítico em relação às guerras de colonização do Novo Mundo e às orientações promulgadas pelo imperador Carlos V. Em 1534, envia-lhe uma Carta, escrita em termos muito duros, em que discorda e condena as primeiras guerras de Pizarro no Perú (Díaz, 2005). Em 1538/39, vai sistematizar a sua abordagem de todos estes assuntos na Dissertação *De Indis*, recorrentemente considerada como a Magna Carta da liberdade dos índios (Ruiz, 2002). Os três cânones que aí formula traduzem as ideias centrais das suas reflexões, espelhando também os princípios filosóficos que o guiam e os fundamentos humanistas que começam a ganhar relevância:

1º - Admitindo que o Príncipe tem autoridade para declarar a guerra, acima de tudo não deve procurar ocasiões e causas para fazê-la, antes, sendo possível, manter-se em paz com todos. Deve pensar que os outros são semelhantes, a quem devemos amar como a nós próprios; que todos temos um Senhor comum, ante cujo tribunal deveremos comparecer para dar conta das nossas obras. Porque é o cúmulo da maldade procurar ocasiões e alegrar-se que as haja para matar e perder os homens, criados por Deus, e por quem morreu Cristo. Assim, somente se deve recorrer à guerra, como à força, quando se tiverem esgotado todos os outros meios;

2º - Se por razões justas se chega a declarar a guerra, deve pretender-se, não a ruína do inimigo, antes a reparação do dano e a defesa da pátria para conseguir uma paz estável;

3º - Terminando a guerra, o vencedor deve proceder com moderação e modéstia cristã, considerando que atua como juiz, e não como acusador, entre duas nações, para que ao ditar a sentença se contente com a reparação da injúria, limitando o castigo aos verdadeiros culpados, que entre os cristãos serão geralmente os Príncipes, porque os súbditos batem-se de boa-fé por eles, e é altamente iníquo que as loucuras dos reis venham a ser pagas pelos povos. (Díaz, 2005)

Por seu lado, seguindo e aprofundando os estudos de Francisco de Vitória, seu incontestável mestre, o jesuíta Francisco

Suarez aproxima-se cada vez mais dos pioneiros argumentos contratualistas que ambos antecipam. Em concreto, torna-se defensor da ideia de uma comunidade universal assente numa “contemplação racional” (Calafate, 1999), i.e., assente em regras morais entendidas como superiores à soberania dos reis ou dos Estados, cujo fundamento é a dignidade humana. Em termos mais doutrinários, a sua visão filosófico-religiosa vai-se deslocando de uma posição completamente assente no teísmo – pelo qual se admite a existência de um único deus, criador do mundo – em direção a outra visão mais devedora do deísmo, pelo qual se admite a existência de deus como criador de todas as coisas, mas se nega a sua intervenção posterior nesse mundo, que passa a ser concebido como regulado por leis naturais e universais. Esta era, aliás, uma retificação doutrinária que se tornava cada vez mais recorrente entre os pensadores iluministas. No seguimento de todas estas inflexões, Francisco Suarez defende, portanto, o princípio de que uma ‘lei injusta não é lei’, devendo a Lei necessariamente ser capaz de conciliar a ordem divina e a ordem natural (Calafate, 1999). Empenha-se, em particular, por convencer os governantes de que os direitos não podem ser arbitrariamente concedidos; e, equacionando as situações que poderiam justificar a guerra, em relação à conquista do Novo Mundo, faz notar como os direitos dos espanhóis nas Índias Ocidentais estão em confronto com os direitos dos índios aos seus territórios.

Atendendo, portanto, ao pensamento destes dois humanistas espanhóis, um percurso se torna notório: ainda que as suas formulações continuem imbuídas de uma visão teológica, elas evidenciam igualmente a emergência de uma perceção mais ecuménica de compaixão pelo Outro e do que seria a dignidade humana. Em estreita sintonia com os três cânones enunciados por Francisco de Vitória, é possível identificar os princípios básicos que, no século XVII, dão corpo ao Direito Internacional da guerra e da paz: a distinção entre guerras justas e injustas; a preocupação com a minimização dos malefícios da guerra sobre a generalidade da população; e a limitação da extensão de represálias sobre os vencidos. Quando o jurista e diplomata holandês Hugo von Groot (ou Hugo Grotius, 1583-1645) escreve, em 1625, *O Direito da Guerra e da Paz (De Jure Belli ac Pacis)* – tratado em função do qual lhe é geralmente, e justamente, atribuído o papel de fundador do Direito Internacional da guerra e da paz – no essencial, ele mais não faz do que produzir um desenvolvimento mais articulado e sólido daqueles princípios. O próprio von Groot reconhece a sua dívida para com os dois iluministas espanhóis, em relação a cujas formulações faz notar a necessidade de serem reformuladas, sobretudo, no sentido de serem libertas das suas limitações teológicas. A partir daí, todo o edifício jurídico passará a assentar de forma explícita e exclusiva na ideia de um direito natural, i.e., inerente à natureza humana e derivado da razão e, portanto, universal (Tuck, 2005).

3.Direitos Humanos: que possibilidade de universalização?

Os dados históricos referenciados nas páginas anteriores sobre personagens e marcos do movimento no sentido da mitigação dos malefícios da guerra, permitiu constatar o quão

lento foi o seu processo de maturação. A perspetivação temporal dos princípios e valores que, mais tarde, corporizarão o Direito Internacional sobre a guerra e a afirmação de

uma ética de Direitos Humanos, mostrou-se uma estratégia eficaz para ajudar a perceber as dificuldades e vicissitudes porque aquele movimento passou. A consideração dos seus longínquos antecedentes medievais permitiu evidenciar a centralidade do argumento religioso como sua base metafísica fundamental. Do exposto resulta bastante evidente que o ideal de ‘civilizar a guerra’, quer procurando amenizar as suas consequências nefastas, quer tentando diminuir as suas oportunidades de erupção e discutindo a sua legitimidade, encontra as suas bases originais de sustentação em argumentos de cariz religioso, nomeadamente cristão. Em simultâneo, a mesma exposição permite igualmente constatar que tais argumentos não eram suficientes para corporizar um ideal de compaixão sem exceções pelo Outro. Essa possibilidade exigia o suporte de uma ideia mais ecuménica do Outro que apenas será fornecida pelo ideário humanista. Concedendo atenção aos antecedentes humanistas, menos longínquos, compreende-se que, conforme se vai caminhando em direção aos séculos iluministas e deixando-os para trás, se concretiza a ultrapassagem dos velhos fundamentos teológicos e se inaugura a renovação capaz de rumar a uma ideia do Outro como semelhante em termos mais gerais. Isso surge claramente observável, por exemplo, na afirmação do Direito Internacional relativo à guerra, cuja constituição se funda sobre um edifício jurídico, no essencial, assente na ideia da natureza humana como derivada da razão e suscetível de ser gerida pelo esforço dos homens. Torna-se, então, claro que a emergência de um efetivo humanismo secular moderno, e as concomitantes tendências de laicização do sentimento pelo Outro, se apresentam como condição imprescindível à emergência de uma ética mais abrangente. Daí para a frente, não se pode dizer que o processo tenha ganho uma celeridade inaudita, até porque as alterações políticas nele implicadas

se mantêm difíceis de concretizar, mas a sociedade europeia e os seus cidadãos passam a deter uma base filosófica capaz de sustentar uma percepção do Outro como semelhante. Será o reconhecimento dessa ética universalizante que culminará, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os resultados reais desse acontecimento serão, sem dúvida, insuficientes, mas o seu significado simbólico e político não deve ser escamoteado.

Tendo presente todo este percurso, mas olhando-o agora através de abordagem mais especificamente antropológica, a busca de uma ética universalizante dos Direitos Humanos levanta alguns problemas. Para lá de constataremos que o processo de maturação dos seus fundamentos foi lento, temos de constatar também que esse percurso foi, no essencial, o resultado de um movimento europeu ou ocidental. Nas palavras do sociólogo Sousa Santos (2004): as ideias de uma natureza humana universal, de uma dignidade humana absoluta e da irredutível autonomia do indivíduo são pressupostos basicamente ocidentais. Assim sendo, a pretensa ‘universalidade’ dos direitos humanos precisa ser confrontada e cotejada com o pluralismo cultural existente no mundo.

O que está em discussão torna-se mais evidente quando temos presente que o reconhecimento da diversidade de culturas e suas especificidades é um imperativo ético do pensamento antropológico contemporâneo. Qualquer abordagem antropológica contemporânea se coloca a si mesmo a exigência e a ambição de não escamotear as identidades singulares de cada cultura e de todas as culturas. Olhada por este ângulo, uma teoria dos Direitos Humanos que baseia os fundamentos desses direitos numa suposta essência humana, a que se chega sem atender às conceções de outras culturas quanto aos fundamentos da dignidade humana, só pode ser entendida como redutora e questionável. A

reflexão sobre os Direitos Humanos é, portanto, um tema inevitável de debate antropológico. É-o na medida em que aí se joga uma tensão entre a desejável universalidade de Direitos Humanos e o incontornável pluralismo cultural existente no mundo. Não se trata de negar os efeitos louváveis que a consolidação – teórica e prática – dos Direitos Humanos possa ter trazido à própria Humanidade. Trata-se tão só de frisar que definir Direitos Humanos (i.e., direitos de todos os seres humanos) implica, antes de mais, reconhecer que esses seres humanos comportam diferenças. Neste contexto, “reconhecer as diferenças significa, portanto, reconhecer o Outro a partir do Outro, e não a partir de si mesmo” (Hamel, 2006: 10). A consolidação dos Direitos Humanos precisa, então, não só de reconhecer o Outro como semelhante, mas também de o reconhecer nas suas diferenças, integrando essas diferenças na própria ética dos Direitos Humanos.

A questão que se coloca a seguir é: como fazer isso? Quanto à resposta possível, quero que fique claro que subscrevo a necessidade de questionar e ampliar a ‘universalidade’ dos Direitos Humanos. Em simultâneo, contudo, não cairei no oposto de defender um relativismo radical que – face ao multiculturalismo existente – negue toda a possibilidade de encontrar aspetos generalizáveis. O pluralismo cultural deve ser levado em conta em todas as áreas do conhecimento, mas o desafio será alcançar uma abordagem intercultural dos Direitos Humanosⁱ.

Para isso, o primeiro passo é reconhecer que o percurso passado em revista no ponto 1 deste artigo e os documentos oficiais produzidos até ao presente sobre Direitos Humanos têm subjacente construções culturais, processos históricos e políticos datados e particulares que precisam ser olhados como talⁱⁱ. Feito isso, não mais se poderá aceitar, de forma automática ou acrítica, a suposta ‘universalidade’ dos

fundamentos vigentes sobre os Direitos Humanos. Pelo contrário, será reconhecido o inerente etnocentrismo de tal pretensão. Ou seja, será reconhecido que o discurso dos Direitos Humanos tem sido veículo de transmissão de uma visão ocidental; cuja tutela não está especialmente limpa quanto ao seu uso para acabar com situações de dominação ou para a resolução efetiva de problemas, como acontece na atualidade com os refugiados chegados à Europa, cujo estatuto não é reconhecido.

Como segundo passo para alcançar uma abordagem intercultural, é necessário não absolutizar as diferenças, vendo como impossível qualquer via de diálogo e articulação entre diferentes cosmovisões culturais. Importa ter consciência de que é preciso evitar a armadilha da falsa dicotomia entre universalismo e relativismo (Barretto, 2010). O que podemos designar por ‘relativismo antropológico’ evita essa falsa dicotomia, na medida em que tem subjacente a ideia de que há um real pluralismo cultural no mundo, mas também de que isso é saudável e enriquecedor. Podemos referir a junção das duas faces desta posição – de rejeição simultânea do universalismo e do relativismo exclusivos – pela defesa do multiculturalismo, que é uma boa expressão para traduzir o posicionamento defendido neste artigo. O termo ‘multiculturalismo’ é mais utilizado para referir a situação de coexistência de múltiplas culturas numa mesma sociedade, mas entendo que pode ser igualmente aplicado para referir este nosso mundo e a sua pluralidade cultural. Neste sentido, defender uma abordagem multicultural para os Direitos Humanos significa defender como possível e desejável que a sua consolidação aconteça com base na interculturalidade, i.e., através de intercâmbios e da criação de espaços de partilha entre diferentes culturas.

Pode-se dizer que, em áreas como a antropologia ou os estudos políticos, a necessidade de abordagens interculturais se torna cada vez mais evidente. Num texto intitulado *Non-Ethocentric Universalism*, Bikhu Parekh (1999) alerta para o perigo do “monismo filosófico” que assume que alguns têm a capacidade de descobrir a estrutura da natureza humanaⁱⁱⁱ. No artigo *Human Rights, Compatibility and Diverse Cultures*, Simon Caney (2000: 60) usa a expressão “paroquialismo epistêmico” – “uma forma de arrogância filosófica” – para evidenciar as limitações de abordagens dos Direitos Humanos, supostamente globais, mas construídas sem os contributos das culturas e contextos nos quais também pretendem ser aplicáveis. A este nível, contudo, tem lógica dedicar um pouco mais de atenção a Raimundo Panikkar (1979 e 1982) e ao trabalho que desde os anos de 1980 realiza, tendo em vista contribuir para uma abordagem intercultural dos Direitos Humanos. A Panikkar (1982) se deve a proposta de uma *hermenêutica diatópica* como meio de concretizar o diálogo intercultural. A proposta pode ser entendida como uma metodologia conducente ao estabelecimento de plataformas de equivalência entre culturas.

Da palavra *diatopica* fazem parte os elementos: *dia*, que significa *através*; e *topoi*, que remete para *lugar*. Os *topoi* de culturas historicamente não relacionadas colocam problemas de compreensão mútua e/ou de tradução entre si. Ao mesmo tempo, contudo, os *topoi* de qualquer cultura nunca são completos, sendo possível (e recomendável!) buscar o seu complemento no encontro com outras culturas. A incompletude de uma cultura poderá ser complementada com os *topoi* de outra cultura, através do diálogo cultural. Este assenta, necessariamente, na reciprocidade e no respeito pelo Outro como ele é, excluindo qualquer forma de poder que imponha padrões culturais tidos por superiores. É esta

metodologia de diálogo que constitui a hermenêutica diatópica. Esta só pode ser desenvolvida em diálogo intercultural. Para Panikkar (1979: 346), “o diálogo deve ser *duologo* que significa reciprocidade mútua com o Outro e não uma ótica de poder ou imposição de padrões culturais localizados a ocidente ou a oriente”. Como exemplificação de uma hermenêutica diatópica, realiza o exercício de cruzamento entre os *topoi* da cultura ocidental presentes no discurso dos Direitos Humanos e os *topoi* da cultura Hindu presentes na noção de *Dharma*.

Outro autor que subscreve e utiliza a mesma metodologia para tentar responder ao desafio de uma abordagem intercultural dos Direitos Humanos é Boaventura Sousa Santos (1999). Não hesita em declarar que o discurso dos Direitos Humanos reflete, em exclusivo, o contexto cultural ocidental, sendo desprovido de qualquer matriz universal efetiva. Considera que a globalização económica e mediática permite e difusão pelo globo de valores ocidentais como se fossem universais, não o sendo, contudo. Em simultâneo, não nega o potencial emancipatório dos Direitos Humanos, mas sublinha que isso acontecerá apenas na medida em que eles se tornem profundamente impregnados de pluralismo cultural. Enquanto forem anunciados como direitos universais sem o serem, os Direitos Humanos operarão como “um localismo globalizado, uma forma de globalização desde cima [...] e] será um instrumento [...] de luta do Ocidente contra o resto” (Sousa Santos, 1999: 44). Só através de uma atitude de busca de diálogo com outras culturas, os Direitos Humanos poderão passar a operar como uma forma de “cosmopolitanismo” e ganharem esse poder emancipatório. A via emancipatória está dependente da abordagem intercultural. Esta exige trocas e intercâmbios não só entre saberes, mas também entre diversos universos referenciais. Propõe a mesma hermenêutica diatópica como o procedimento adequado para

alcançar o diálogo transcultural: “compreender uma dada cultura a partir do *topoi* de outra cultura pode, portanto, revelar-se muito difícil, senão impossível. Proponho por isso uma hermenêutica diatópica como a base para a conversação transcultural” (1999: 47).

Uma hermenêutica diatópica assenta na ideia de que os topoi de uma cultura particular, por mais fortes que possam ser, são tão incompletos quanto a própria cultura. Essa incompletude não é visível do interior da própria cultura, uma vez que a ânsia de totalidade induz a pars pro toto [tomar a parte pelo todo]. O objetivo de uma hermenêutica diatópica não é, portanto, alcançar a completude – o que é um objetivo inatingível –, mas, pelo contrário, aumentar ao máximo possível a consciência da incompletude recíproca pelo envolvimento no diálogo, por assim dizer, com um pé numa cultura e o outro pé noutra [...].

Uma hermenêutica diatópica exige [...] a produção de um conhecimento coletivo e participativo, baseado em trocas cognitivas e emocionais igualitárias. (Sousa Santos, 1999: 48)

Em síntese, relativamente ao desafio de uma abordagem intercultural dos Direitos Humanos, não se pode dizer que esta já tenha sido alcançada ou esteja garantida. Ao mesmo tempo, contudo, é notório que o assunto ganha relevância em termos de debate académico e político. Surge cada vez mais evidente que os Direitos Humanos precisam ser reconceptualizados, por forma a conseguirem refletir um conjunto de valores efetivamente compartilhado por diferentes culturas. Dito de outro modo, vai ganhando evidência que os Direitos Humanos precisam ser reconceptualizados como multiculturais porque também ganha cada vez mais consistência o reconhecimento de que “vivemos num «pluriuniverso», e não, num único universo” (Esteve e Prakash, 1998: 223).

4.A Democracia como meio de integração e realização dos Direitos Humanos

A natureza eminentemente política da fundamentação multicultural dos Direitos Humanos não deve ser escamoteada. Penso que é possível tornar mais explícitas essas dimensões da questão pela consideração da tese da Democracia Deliberativa de J. Habermas (1996 e 2006). Vendo-a como uma base útil de sustentação teórica para evidenciar essa dimensão política, a ela recorro de seguida para finalizar esta discussão sobre a premência de uma ética intercultural dos Direitos Humanos.

Devo começar por esclarecer que os comentários a seguir produzidos sobre o pensamento de J. Habermas (1996 e 2006) se limitam a algumas facetas da sua teoria da Democracia Deliberativa. Por um lado, as reflexões deste filósofo não têm por principal foco os Direitos Humanos, não tendo, aliás, chegado a formular nenhuma definição sobre eles. Contudo, a sua conceção de Democracia e do respetivo modelo de funcionamento desse sistema político fazem com que, a partir dos anos de 1980, ganhe um papel relevante nas discussões sobre o tema (Hamel, 2006).

Segundo J. Habermas, a democracia é o sistema político que assegura a todos os cidadãos iguais liberdades de ação e de participação na estrutura discursiva dos respetivos ordenamentos jurídicos e políticos. Na obra *Between Facts and Norms* (1996: 304), sublinha que a “política deliberativa adquire a sua força legitimadora a partir da estrutura discursiva da formação de uma opinião – e de uma vontade – que só pode cumprir a sua função socialmente integradora porque os cidadãos esperam que os seus resultados tenham uma qualidade razoável”.

O processo democrático tem de ser em si garante de que os cidadãos chegam de modo simétrico ao gozo de iguais liberdades. Para isso, os procedimentos democráticos têm de assentar na participação política, sendo esta a forma de legitimar a própria democracia. A realização bem-sucedida da democracia dependerá sobretudo da qualidade democrática dos seus processos de deliberação e decisão (Arroyo, 2000). Assim, a democracia é encarada como uma comunidade real de comunicação, de cujo processo deliberativo não pode ficar excluída nenhuma minoria. A tese da Democracia Deliberativa é esta ideia de inclusão de todos os indivíduos e de todos os grupos, por todos se sentirem participantes e representados no discurso jurídico e político produzido. Uma qualquer lei para ser legítima tem de ser compatível com as regras morais em vigor; e qualquer lei só será legítima na medida em que obtenha o reconhecimento de todos os membros da comunidade.

Como primeiro comentário à tese de J. Habermas faço notar que a sociedade democrática preconizada é, necessariamente, uma sociedade multicultural. Nessa sociedade democrática, a defesa da igualdade de direitos implica em si mesmo uma garantia de diversidade. A segunda implicação a reter da proposta de Habermas é que o estabelecimento de qualquer forma de organização abrangente,

capaz de corporizar espaços de confluência entre culturas, não pode ser o resultado de uma imposição. Qualquer consenso alcançado deve necessariamente nascer e resultar do próprio processo democrático. A democracia ela própria será, então, o meio para que possa ser efetivada a convivência entre diferentes.

É uma postura intersubjetiva do mesmo tipo que preconizo como necessária para que possa ser alcançada uma abordagem intercultural dos Direitos Humanos. E é também uma postura idêntica a esta a que Panikkar (1982) e Sousa Santos (1999) propõem pelo uso da hermenêutica diatópica como metodologia de diálogo entre culturas. A natureza política do movimento que pode conduzir a uma efetiva fundamentação universal dos Direitos Humanos não podia ser mais evidente. A real universalização dos Direitos Humanos faz falta em diversas frentes.

Acredito que este caminho vai sendo percorrido e que, portanto, não é uma utopia desmedida ter esperança na sua futura concretização. Apenas como mais um indicador disso, permito-me referir duas obras recentes. No livro *L’Homme Compassionnel*, publicado em 2008 e escrito tendo como pano de fundo o pensamento de Hanna Arendt e as suas propostas, Myriam d’Allonnes (2008) procura demonstrar como o sentimento de compaixão é um dos princípios da democracia. Esse sentimento está ligado à democracia de forma idêntica ao modo como a ‘honra’ será a força ontológica da monarquia, ou o ‘medo’ da tirania. Sem estar propriamente interessada em discutir princípios de Direito Internacional ou relativos a uma abordagem intercultural dos Direitos Humanos, a autora analisa com algum pormenor como a expansão do sentimento de compaixão se pode constituir em arena propícia ao pensamento e renascimento do valor do Outro. Ou seja, mais uma vez, a democracia surge como meio de valorização do Outro. O segundo texto, também publicado em

2008 e da autoria de Denis Maillard, intitula-se *1968-2008: Le Biafre ou le Sens de l'Humanitaire*. Nele, o autor procura refletir sobre o que é na atualidade o movimento humanitário, propondo como possível resposta sintética a afirmação de que se trata de uma “paixão democrática”. No texto são feitas referências a Jean-Jacques Rousseau e a Alexis Tocqueville, para quem o homem democrático é movido por paixões que o empurram a procurar no Outro um semelhante e, em função disso, o conduzem também a repugnar-se com os sofrimentos que são infligidos a esse Outro, bem como com as mínimas desigualdades que o atingem. Tendo em mente estes posicionamentos, Maillard (2008) termina defendendo que, na atualidade, quem procura o ato humanitário é a pessoa que está preocupada com o sofrimento do Outro.

É verdade que no século XXI o que se entende por ‘ação humanitária’ pode ser desdobrado numa multiplicidade de atos e intervenções, que vão desde as mais pontuais missões de resgate em situação de catástrofe natural até à promoção do desenvolvimento em sentido muito alargado, o qual pode implicar missões significativamente prolongadas no tempo. Porém, também não é despropositado lembrar que a alavanca que fez emergir o movimento humanitário moderno e, nomeadamente, a constituição da Cruz Vermelha Internacional que lhe está na origem, foi, mais uma vez, o confronto com os efeitos nefastos dos conflitos armados e a vontade de minimizar as suas consequências dramáticas (Sassoli e Bouvier, 2003)^{iv}.

O conjunto de autores, mais e menos recentes, acabados de referir têm a uni-los a ênfase concedida à ideia democrática. É essa linha de argumentação que também este artigo quer ecoar e defender. A afirmação de uma efetiva universalização dos Direitos Humanos precisa ser cruzada com a consolidação do processo democrático, por forma a que o

reconhecimento do Outro como semelhante possa também incluir as suas diferenças. Precisa-se disso em cada sociedade e entre todas as sociedades. Dito de outro modo, a concretização efetiva da universalização dos Direitos Humanos depende da afirmação de uma ideia do Outro democraticamente abrangente, bem como do seu constante aprofundamento e reforço. Seguindo esta linha de pensamento, é plausível, portanto, defender com Denis Maillard (2008) que a futura afirmação e consolidação dos Direitos Humanos no mundo só podem ocorrer com o auxílio da generalização do ideal da “paixão democrática”. E o argumento é igualmente válido a propósito da própria consolidação do Direito Internacional Humanitário.

A questão da interseção da história do Direito Internacional com a difusão de ideais democráticos e correlativa interculturalidade dos princípios atuantes pode ser igualmente ilustrada através da consideração da noção de ‘vítima’. Alguns trabalhos recentes têm procurado atender às possíveis ligações existentes entre os tratamentos dados às vítimas e os valores da democracia. Para Guillaume Erner (2006), autor da obra *La Société des Victimes*, bem como para Caroline Eliacheff e Daniel Larivière (2006), autores do livro *Le Temps des Victimes*, a ideia de ‘vítima’ é entendida como um traço dominante das democracias. O sistema político democrático potencia a conceção dos indivíduos como essencialmente iguais. Ao fazer isso, potencia também a possibilidade de sofrermos perante um ser sofredor e por o vermos em situações pouco favoráveis, o que conduz ao reconhecimento do estatuto de ‘vítima’. Esta não existiria, ou apresentaria contornos muito mais estritos, no interior de um sistema político que não a democracia. A propósito desta visão que liga democracia e maior possibilidade de reconhecimento do estatuto de vítima, importa estar alerta quanto ao facto de ela poder veicular um etnocentrismo inconsciente. Essa

visão só estará em sintonia com o defendido por mim neste artigo se ela subscrever igualmente que a própria definição de ‘vítima’, também ela, depende do estabelecimento de plataformas de equivalência entre culturas.

Podemos dizer que o movimento de emergência e afirmação dos princípios relativos ao Direito Internacional e aos Direitos Humanos está desde a sua origem intimamente ligado à infelicidade dos seres humanos. Ao mesmo tempo, contudo, esse movimento tem inerente a si a ambição de que tal infelicidade não seja uma inevitabilidade, não precise necessariamente fazer parte da natureza das coisas humanas. A vontade e a crença na possibilidade de alcançar uma ética dos Direitos Humanos assenta na convicção de que aquela infelicidade pode ser combatida e, idealmente, derrotada. Chegados aqui, importa compreender que a fundamentação intercultural da ética dos Direitos Humanos é o

meio através do qual a persecução dessa ambição pode ganhar um outro fôlego. Um novo fôlego rumo a uma efetiva universalização, pela qual todas as vítimas e todas as suas infelicidades podem, de facto, beneficiar de uma reparação adequada. Assim, convém reter que a universalização real de uma ética dos Direitos Humanos – em grande parte, a realizar sob os auspícios de Organizações Internacionais, de carácter intergovernamental e não-governamental – implica, não a mera substituição de determinadas referências culturais, religiosas ou técnicas por outras, mas antes e, sobretudo, a adoção de uma postura intercultural. Consagrar princípios e valores interculturais, i.e., que traduzem intercâmbios e criação de espaços de partilha entre culturas, é corporizar a ideia democrática de que falávamos antes, e isso é uma proclamação política de enorme envergadura. Através dela será o próprio sofrimento humano que será recolocado com uma outra dimensão política.

5.Comentário Final

Embora muito em virtude das tais situações de sofrimento humano continuarem abundantes, o discurso dos Direitos Humanos tem vindo a ganhar espaço nos meios de comunicação social e na esfera pública contemporânea. Não estou sendo, contudo, demasiado severa quando faço notar o carácter superficial que, em geral, rodeia a discussão do assunto e as vantagens que poderiam advir de intervenções e posicionamentos mais conscientes do que está em causa. Ajudar a repensar o prisma universalista, mas não efetivo, do discurso dos Direitos Humanos é uma tarefa com significado para o próprio processo democrático. Em J. Habermas (1996 e 2006), o mecanismo central para alcançar o multiculturalismo é o debate público democrático das posições éticas de partida, as quais devem ser discutidas em

discurso aberto. Como penso ter deixado claro ao longo deste texto, vejo como fundamental que seja o mesmo procedimento a conduzir a uma real universalização dos Direitos Humanos. Contudo, como afirma Sousa Santos (1999: 57): “como são agora predominantemente entendidos, os Direitos Humanos são uma espécie de *Esperanto* que dificilmente se pode tornar a linguagem quotidiana da dignidade humana através do globo”. É urgente, portanto, que a situação se altere. Por um lado, porque alcançar uma abordagem intercultural dos Direitos Humanos pressupõe a adoção de uma postura intersubjetiva. E aceitar a intersubjetividade é aceitar uma forma de diálogo em que as pessoas buscam de forma aberta uma nova racionalidade. Este é um desempenho

frequentemente solicitado ao antropólogo no terreno e também aqui será de primordial importância. E por outro lado, porque todo este processo traz consigo a reivindicação do próprio direito à democracia. Como defende E-R Mbaya (1997), como meio de integração e universalização dos Direitos Humanos, a democracia terá a capacidade de assegurar também a propagação de ideais de igualdade e liberdade.

Por tudo isto, seria bom que os participantes em todos os contextos discursivos dos Direitos

Humanos pudessem compreender e contribuir para o reconhecimento geral de que a sua real universalização tem subjacentes implicações de ordem ideológica e política. Estas não devem ser escamoteadas e da sua consciencialização podem resultar efeitos realmente inovadores. Seria bom conseguir tornar evidente para todos que a universalização efetiva dos Direitos Humanos será um processo de âmbito planetário, cuja inovação e mudança será sobretudo de ordem ideológica e política.

- Arroyo, J. (2000). *La Teoría Discursiva del Derecho: Sistema Jurídico y Democracia en Habermas*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Barretto, V. P. (2010). *O Fetiche dos Direitos Humanos e Outros Temas*. Rio de Janeiro: Lumen Júris-RJ.
- Bloch, M. (1987). *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70.
- Calafate, P. (1999). "A Ideia de Soberania em Francisco Suárez (1548 -1617)". In A. Cardoso (ed.), *Tradição e Modernidade*. Lisboa: Edições Colibri, 251-264.
- Caney, S. (2000). "Human Rights, Compatibility and Diverse Cultures". *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 3 (1): 51-76.
- D'Allonnes, M. R. (2008). *L'Homme Compassionnel*. Paris: Editions Seuil.
- Díaz, B. (2005). *El Internacionalismo de Vitoria en la Era de la Globalización*. Pamplona: Publicaciones de la Universidad de Navarra/Cuadernos de Pensamiento Español, nº 27.
- Duarte, A. (2011). "«Nunca se resignar, mas sempre actuar». A Cruz Vermelha e o Nascimento do Movimento Humanitário". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 51: 65-77.
- Duarte, A. (2015). "Direito Internacional: Rumo a uma Ética Universalizante de Direitos Humanos". *História Revista da FLUP IV Série*, 5: 67-76.
- Duby, G. (1986). *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70.
- Eliacheff, C. & Larivière, D. (2006). *Le Temps des Victimes*. Paris: Albin Michel.
- Esteva, G. & Prakash, M. S. (1998). *Grassroots Post-Modernism: Remaking the Soil of Cultures*. Londres e Nova Iorque: Zed Books.
- Erner, G. (2006). *La Société des Victimes*. Paris: La Découverte.
- Habermas, J. (1996). *Between Facts and Norms*. Cambridge: The MIT Press.
- Habermas, J. (2006). *Time of Transitions*. Cambridge e Maldon: Polity Press.
- Hamel, M. R. (2006). "Direitos Humanos e Multiculturalismo: a democracia como forma de inclusão social". *Direito em Debate*, 14 (26): 9-32.
- Krohling, A. (2008). "Os Direitos Humanos na Perspectiva da Antropologia Cultural". *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 3: 155-182.
- Kuhrt, A. (1983). "The Cyrus cylinder and Achaemenid imperial policy". *Journal for the Study of the Old Testament*, 25: 83-97.
- Maillard, D. (2008). "1968-2008: le Biafra ou le Sens de l'Humanitaire". *Humanitaire*, 18. <http://humanitaire.revues.org/index182.html> (20.05.2014)
- Mbaya, E-R. (1997). "Gênero, evolução e universalidade dos Direitos Humanos frente à diversidade de culturas". *Revista de Estudos Avançados*, 11 (30): 17-41.

ONU (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: Assembleia Geral das Nações Unidas.

<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>
(16.11.2018)

Panikkar, R. (1979). *Myth, Faith and Hermeneutics: Cross Cultural Studies*. Mahwah, N.J.: Paulist Press.

Panikkar, R. (1982). "Is the Notion of Human Rights a Western Concept?". *Diogenes*, 30 (120): 75-102.

Parekh, B. (1999). 'Non-Ethnocentric Universalism'. In T. Dunne & N. Wheeler (eds.), *Human Rights in Global Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 128-159.

Parekh, B. (2000). *Rethinking Multiculturalism: Cultural Diversity and Political Theory*. Nova Iorque: Palgrave.

Ruiz, R. (2002). *Francisco de Vitoria e os Direitos dos Índios Americanos. A evolução da legislação indígena castelhana no século XVI*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Sassoli, M. & Bouvier, A. (2003). *Un Droit Dans la Guerre?*. Genebra: Comité International de la Croix-Rouge.

Spek, R. J. (1982). "Did Cyrus the Great introduce a new policy towards subdued nations? Cyrus in Assyrian perspective". *Persica*, 10: 273-285.

Sousa Santos, B. (1999). "Toward a Multicultural Conception of Human Rights". In M. Featherstone & L. Scott (eds.), *Spaces of Cultures: City, Nation, World*. Londres/Thousand Oaks/Nova Deli: Sage Publications, 39-60.

Sousa Santos, B. (2004). "Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos". In C. A. Baldi (ed.), *Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar Editora, 239-277.

Tuck, R. (2005). *Hugo Grotius, The Rights of War and Peace*. Indianapolis: Liberty Fund.

Os Direitos Humanos implicam em deveres: a visão de Saramago

Human Rights imply duties: the vision of Saramago

Maria Irene da Fonseca e Sá

Universidade Federal do Rio de Janeiro

mariairene@facc.ufrj.br

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 12/01/2021

Data de Aprovação: 10/03/2021

Resumo

A desigualdade social gerada pela globalização e o deslocamento do poder para quem detém o acesso à informação são temas discutidos na obra de Saramago. Ele enseja que seus leitores se questionem e questionem o mundo em que vivem, encaminhando-os para a reflexão sobre o atuar do ser humano – direitos e deveres. Este estudo tem por objetivo discutir os direitos e deveres humanos a partir da visão de José Saramago. Saramago afirma que: “Estamos rodeados de imagens que nos mostram que o mundo está mal, mas nós estaremos bem pior no dia em que nos tivermos acostumado tanto à violência que a consideremos natural – ou cultural, se assim preferirem”. Conclui-se que, na visão de Saramago, a humanidade perdeu a razão e que, neste mundo globalizado, verifica-se o aumento simultâneo da riqueza e da pobreza. A humanidade se recusa a examinar os erros passados e produz novos erros.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Deveres e Obrigações dos Seres Humanos. José Saramago. Globalização. Humanidade.

Abstract

The social inequality generated by globalization and the displacement of power for those who have access to information are topics discussed in Saramago's work. He encourages his readers to question and question the world in which they live, leading them to reflect on the human being's performance - rights and duties. This study aims to discuss human rights and duties from the perspective of José Saramago. Saramago says: "We are surrounded by images that show us that the world is bad, but we will be much worse off on the day that we have become so accustomed to the violence that we consider it natural - or cultural, if you so prefer". It is concluded that, in Saramago's view, humanity has lost its reason and that, in this globalized world, there is a simultaneous increase in wealth and poverty. Humanity refuses to examine past mistakes and produces new ones.

Keywords: Human Rights. Duties and Obligations of Human Beings. José Saramago. Globalization. Humanity.

1.Introdução

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 traz como objetivo fundamental “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Senado Federal, 1988), da mesma forma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo XXV, estabelece que “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]” (ONUBR, 2009, p. 13). Ou seja, são apresentados atributos que garantem ao cidadão uma vida de qualidade, mas também que evidenciam a transparência de problemas crônicos que ocorrem em países em desenvolvimento.

O cenário da atual sociedade, descrito por vários autores como a Sociedade da Informação, se originou no momento da globalização e da acelerada disponibilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com destaque para a Internet (Castells, 2010; Dupas, 2011).

É fato que a globalização propiciada pelo progresso e evolução das tecnologias provoca o aumento da produtividade e o crescimento econômico, mas também pode provocar efeitos não desejados sobre a distribuição de renda da população, na medida em que alguns se tornam mais capazes de se apropriar do excedente do que outros.

Assim, a desigualdade social gerada pela globalização e o deslocamento do poder para quem detém o acesso à informação são desafios atuais e que, de alguma forma, são discutidos em várias obras do escritor português José Saramago.

Da mesma forma, Saramago, sempre atento aos problemas da humanidade, alerta, através

de seus romances e de suas falas, para a não observância dos direitos humanos. Em seu discurso, pronunciado no Banquete Nobel em 10 de dezembro de 1998, ele alertava que “As injustiças multiplicam-se no mundo, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra.” (Saramago, 1998, pp. 22-23). E convoca os cidadãos para a ação (Saramago, 1998, p. 22):

“Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra e a iniciativa. Com a mesma veemência e a mesma força com que reivindicamos os nossos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa começar a tornar-se um pouco melhor.”

Após mais de 20 anos dessa denúncia, o mundo não parece melhor. Todos os dias, observa-se que notícias de genocídios, de injustiças, de guerras, de mortes, de discriminações, e de demais horrores povoam os noticiários do mundo.

Assim, este trabalho tem por objetivo discutir os direitos e deveres humanos a partir da visão de José Saramago. Para tal, de modo a tratar o tema proposto, o trabalho, do ponto de vista da forma de abordagem do problema, vale-se da pesquisa qualitativa em que são consideradas e analisadas publicações da obra de José Saramago, assim como falas desse autor relativas ao tema. Quanto ao objetivo é pesquisa exploratória por buscar proporcionar maior familiaridade com o tema, com vistas a torná-lo mais explícito. Quanto aos procedimentos técnicos envolve a análise de diversas publicações, especialmente do escritor português José Saramago.

2.A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), um documento marco na história dos direitos humanos, foi elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo. Ela foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma comum a ser observada e alcançada por todos os povos e nações. Há mais de 70 anos atrás, esta declaração estabelecia, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. “Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 500 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes.” (ONUBR).

Segundo a ONUBR, a DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Além disso, uma série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos, adotados desde 1945, expandiram o corpo do direito internacional dos direitos humanos. Assim, pode-se citar a inclusão das convenções: Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras.

Conforme o *web site* das Nações Unidas do Brasil (ONUBR):

“Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza.

Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana.”

Portanto, a legislação de direitos humanos obriga os Estados a agir de uma determinada maneira e proíbe os Estados de se envolverem em atividades específicas. No entanto, ela não estabelece os direitos humanos, pois os direitos humanos são direitos inerentes a cada pessoa simplesmente por ela ser um humano.

Em seu artigo I, a DUDH diz: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.” (ONUBR).

E, no artigo II (ONUBR):

“1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça,

cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.”

E, o artigo III afirma: “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (ONUBR).

Estes artigos já são suficientes para a discussão e reflexão de como a humanidade está longe de observar os direitos humanos inerentes a cada ser humano.

Ainda, segundo a ONUBR:

“Algumas das características mais importantes dos direitos humanos são:

- Os direitos humanos são fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;

- Os direitos humanos são universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas;
- Os direitos humanos são inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal;
- Os direitos humanos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros;
- Todos os direitos humanos devem, portanto, ser vistos como de igual importância, sendo igualmente essencial respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.”

Assim, a dignidade e o valor do ser humano são quesitos inquestionáveis.

3.Saramago e os Direitos Humanos

Saramago, através das falas de seus personagens em seus romances, aborda várias questões relativas aos direitos humanos. Ele explica que “No fundo, são questões que tenho com o mundo, com a sociedade, com a nossa história. [...] É como se o mundo me incomodasse no sentido mais profundo e eu, através de um romance ou fábula, o deixasse exposto.” (Saramago apud Aguilera, 2010, pp.

329-330). E, desta forma, Saramago provoca a reflexão de seus leitores sobre as questões exploradas nos romances.

Um de seus romances mais emblemáticos quanto à crise ética da sociedade contemporânea é o *Ensaio sobre a cegueira* (publicado em 1995). A irracionalidade do mundo contemporâneo foi a mola propulsora para o desenvolvimento desse romance. Ele

pode ser considerado um romance cruel, com descrição de episódios que remetem às necessidades básicas do ser humano, e provavelmente, ao que há de pior no ser humano. Saramago, nos *Cadernos de Lanzarote* (Saramago, 2011), utiliza diferentes vocábulos para referenciá-lo: “a cegueira da razão”, “o uso irracional da razão”, “Tempo de cegos”. Talvez o que melhor caracteriza o romance é “desconcertos do mundo”. A cegueira alcança a todos, com exceção de uma única personagem que procura manter-se racional. De início vem o internamento num manicômio dos que perderam a visão, mas em seguida todos ficam cegos e a cidade entra num estado de degradação total, com todo tipo de exploração: física, sexual, econômica e moral (Saramago, 1995). Desta forma, Saramago apresenta a sociedade globalizada em que vivemos, com todos os tipos de exploração. É o que se observa nos noticiários pelo mundo afora.

27

Lopes (2011, p. 108) fala do sofrimento do narrador: “Ao *Expresso*, por exemplo, referiria que: “O tempo da escrita, sobretudo nos últimos tempos, foi de sofrimento, de momentos em que me sentia incapaz de aguentar aquilo que estava a escrever [...] Foi como se tivesse dentro de mim uma coisa feia, horrível, e tivesse que sacá-la. Mas não saiu, está no livro e está dentro de mim” (28 de outubro de 1995).” E está dentro de cada ser humano. No romance, a personagem rapariga dos óculos escuros pronuncia a sentença: “Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos.” (Saramago, 1995, p. 262). E, Saramago afirma: “O que precisamos é procurar dar um nome a essa coisa: talvez, simplesmente, lhe possamos chamar “humanidade”” (Saramago apud Aguilera, 2010, p. 154).

Assim, o escritor vem lembrar a responsabilidade de ter olhos (para ver) quando os outros os perderam. Portanto, “[...]”

Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem” (Saramago, 1995, p. 310).

É a crítica à sociedade alienada que não observa o outro, que perdeu a capacidade de se relacionar, de respeitar o outro na sua diferença, de compreensão e de compaixão. E, Saramago conclui: “No Ensaio não se lacrimejam as mágoas íntimas de personagens inventadas, o que ali se estará gritando é esta interminável e absurda dor do mundo.” (Saramago, 1999b, p. 58).

Na parábola social *A Caverna*, Saramago traz sua crítica para a sociedade de espetáculos que se cristaliza no poder das novas tecnologias e nos grandes centros comerciais (shoppings), em que o ser humano não perde o emprego, mas a função. É a sociedade da exibição na qual prevalecem os verbos comprar e vender. É um romance que fala de mudanças e de como as mudanças são percebidas e assimiladas pelo ser humano. A personagem Cipriano Algor proclama (Saramago, 2000, pp. 106 -107):

“[...] são os tempos que mudam, são os velhos que em cada hora envelhecem um dia, é o trabalho que deixou de ser o que havia sido, e nós que só podemos ser o que fomos, de repente percebemos que já não somos necessários no mundo, se é que alguma vez o tínhamos sido antes, mas acreditar que o éramos parecia bastante, parecia suficiente, e era de certa maneira eterno pelo tempo que a vida durasse [...]”.

O romance fala do fim do trabalho manual e/ou artesanal e, assim, Saramago reflete sobre a insegurança vivida pelos seres humanos no mundo atual (Saramago apud Aguilera, 2010, p. 326):

“Quando às vezes eu digo que *A Caverna* é um romance sobre o medo, temos de entender o que é que quero significar com isso: um medo que mais ou menos sempre sofremos, mas não tanto como agora. É o medo de perder o emprego. Há um medo instalado na sociedade moderna, talvez pior que todos os outros medos: é o medo da insegurança, o medo de amanhã não ter com que alimentar a família. Esse medo paralisa.”

O romance *A Caverna* leva os leitores à realidade de uma caverna moderna, um lugar sem correntes, mas onde o homem vive amarrado, preso, enjaulado... Um mundo onde não há espaço para o desenvolvimento de atividades artesanais. Uma realidade em que o novo totalitarismo se baseia na economia e nas multinacionais, os novos donos do mundo. Assim, o mais descartável que existe na atualidade é o ser humano.

Canclini alerta para os problemas que advêm com a globalização (Canclini, 2007, p. 252):

“As investigações sobre cidades globais vêm revelando, junto com os sistemas de integração (forte papel das empresas transnacionais, misturas culturais, crescente número de turistas), a exclusão de zonas tradicionais e pobres, o aumento da marginalização, do desemprego e da insegurança. Coexistem oportunidades de incorporação global e movimentos de degradação. As fraturas entre integrados e excluídos, conectados mundialmente e localizados à força não são exclusivas dos países subdesenvolvidos; encontram-se

e agravam-se também nas urbes européias e estadunidenses.”

E Saramago enfatiza: “A mim, o que me interessa é que o centro comercial simboliza um sistema cruel. Fabrica excluídos sem piedade alguma” (Saramago apud Aguilera, 2010, p. 326). E afirma (Saramago apud Aguilera, 2010, pp. 487-488).

“O problema que se coloca é: que tipo de vida queremos? O único lugar público seguro que existe é o centro comercial, como antes era o parque, a rua, a praça. [...] O centro comercial é a nova catedral e a nova universidade: ocupa o espaço de formação da mentalidade humana. Os centros comerciais são um símbolo. Não tenho nada contra eles, o que estou é contra uma forma de ser, de um espírito quase autista de consumidores obcecados pela posse de coisas. É aterradora a quantidade de coisas inúteis que se fabricam e se vendem, e o Natal é uma ocasião estupenda para comprovar isso.”

Em 2002, Saramago publica o romance *O Homem Duplicado*, cerca de dois anos após a publicação do romance *A Caverna*, que mantém a preocupação com o mundo globalizado, com a sociedade do exibicionismo, com a cultura do descartável e com a alienação do ser humano. Enquanto no romance *A Caverna*, a crítica estava no centro comercial e na perda da função pelo ser humano, no romance *O Homem Duplicado* é apresentado um ser humano incapaz de se ver no próximo, em que o ‘eu’ fica ameaçado pela presença do ‘outro’. Sobre *O homem duplicado*, Lopes afirma (Lopes, 2011, p.111-112):

“De certa maneira, esse novo romance prolongava a

preocupação do anterior com o carácter ilusório da realidade virtual, da imagem sobrepondo-se à realidade. Ambas as obras são como que metáforas para a alienação dos seres humanos face ao Mundo e a si mesmos devido à interposição de coisas mercadorizadas e desprovidas das relações sociais de trabalho criador pelo poder demoníaco do dinheiro. Antes o símile platónico da caverna corporiza-se no centro comercial e no cidadão tornado consumidor. Agora Maximiliano Tertuliano Afonso era incapaz de se rever no seu duplo António Claro e a sua identidade ficava ameaçada pela presença do “outro”.

quero que esse “outro” entre e usurpe o meu espaço? Nesta história, o “outro” tem um significado que nunca antes teve. Actualmente, no mundo, entre ‘eu’ e o “outro” há distâncias e não é possível superar essas distâncias, e por isso o ser humano cada vez consegue menos chegar a um acordo. As nossas vidas são compostas em cerca de 95% pela obra dos outros. No fundo vivemos num caos e não existe uma ordem aparente que nos governe. Então a ideia-chave no livro é que o caos é um tipo de ordem por decifrar. Com este livro proponho ao leitor que investigue a ordem que existe no caos.”.

29

Portanto, enquanto o mundo se globaliza através de uma cultura geral (moda, música, costumes...), o ser humano não se vê no seu igual, ou melhor, não aceita o outro igual a si. Pode-se usar a mesma roupa, as mesmas marcas, ouvir e cantar a mesma música, fazer as mesmas coisas, ter os mesmos hábitos..., mas ter a mesma aparência não é aceitável. Nesse romance, não há lugar para a solidariedade e fica explícita a agressividade da humanidade num mundo em que cada vez mais se deterioram as relações entre os seres humanos.

Saramago ressalta o seu objetivo ao escrever o romance *O homem duplicado* (Saramago apud Aguilera, 2010, p. 333):

“O que no fundo eu quero tratar [em *O Homem Duplicado*] é o tema do “outro”. Se o “outro” é como eu, e o “outro” tem todo o direito de ser como eu, eu pergunto-me: até que ponto eu

Em 2005 é publicado o romance *As intermitências da morte*, uma discussão filosófica sobre a morte. No romance, com certo humor, é discutida a greve da morte durante certo período de tempo, em determinado lugar, e os diversos problemas que tal fato provoca na sociedade envolvida com a sobrecarga de seres humanos inválidos para sempre, que necessitam de cuidados e provocam gastos, mas que não produzem (Saramago, 2014a). É a discussão da morte, ou da falta dela, no plano social e pessoal. Lopes insere o livro na coleção de livros de Saramago que levam à reflexão sobre o mundo e os problemas da atualidade (Lopes, 2011, p.113):

“*As Intermitências da Morte* não são alheias à reconfiguração alegórica das redes de iniquidades e cumplicidades que os governos, as empresas, as religiões e as associações ilegais têm mais ou menos conscientemente estabelecido no Mundo concreto

para o domínio neoliberal da sociedade e o enfraquecimento das funções do Estado”.

Saramago enfatiza essa visão: “Disse para mim: vamos falar da vida de hoje através da morte: do funcionamento dos políticos, dos idosos atirados para lares, do egoísmo, da sensualidade...” (Saramago apud Aguilera, 2010, p. 331). E, complementa: “Porque gastamos tanto tempo a perguntar o que há além da vida? Se nos interrogássemos sobre o que realmente se está a passar aqui na vida, no tempo que nos calhou.” (Saramago apud Aguilera, 2010, p. 331). Em todas as partes do mundo acontecem, mais ou menos, os mesmos fatos: a mesma ganância, a mesma falta de caridade, as mesmas iniquidades, as mesmas maldades...

José Saramago morreu em 18 de junho de 2010, aos 87 anos, combativo, irônico, e lúcido. No final de sua vida, ainda escrevia. Relatava a história de um funcionário de uma fábrica de armas, um homem simples (como a grande maioria de seus personagens) e apagado, que não tinha e nunca disparou uma arma, que vive entre papéis e carimbos, e que de repente vê-se diante da possibilidade de insurgir-se, de levantar-se, de dizer não.

Assim, “[...] porquê nunca houve uma greve numa fábrica de armamento[...]” (Saramago, 2014b, p. 59) foi a motivação para Saramago iniciar o novo livro – *Alabardas, Alabardas, Espingardas, Espingardas* – que ficou inacabado ao falecer, mas o que ficou escrito já faz o que pensar sobre a condição humana e a banalidade da violência na sociedade contemporânea.

4.Saramago e os Deveres Humanos

No banquete de recepção do Prêmio Nobel de Literatura, em 10 de dezembro de 1998, em Estocolmo, Saramago usou a palavra para lançar um desafio (Saramago, 1998, p. 21-22):

“Cumpriram-se hoje exactamente cinquenta anos sobre a assinatura da Declaração Universal de Direitos Humanos.

[...] Como declaração de princípios que é, a Declaração Universal de Direitos Humanos não cria obrigações legais aos Estados, salvo se as respectivas Constituições estabelecem que os direitos fundamentais e as liberdades nelas reconhecidos serão interpretados de acordo com a Declaração. Todos sabemos, porém que esse reconhecimento formal pode

acabar por ser desvirtuado ou mesmo denegado na acção política, na gestão económica e na realidade social. A Declaração Universal é geralmente considerada pelos poderes económicos e pelos poderes políticos, mesmo quando presumem de democráticos, como um documento cuja importância não vai muito além do grau de boa consciência que lhes proporcione.

Nestes cinquenta anos não parece que os Governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que, moralmente, quando não por força da lei, estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se no mundo, as

desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra. A mesma esquizofrênica humanidade que é capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas, assiste indiferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte neste tempo do que ao nosso próprio semelhante.

Alguém não anda a cumprir o seu dever. Não andam a cumpri-lo os Governos, seja porque não sabem, seja porque não podem, seja porque não querem. Ou porque não lho permitem os que efectivamente governam, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a uma casca sem conteúdo o que ainda restava de ideal de democracia. Mas também não estão a cumprir o seu dever os cidadãos que somos. Foi-nos proposta uma Declaração Universal de Direitos Humanos, e com isso julgámos ter tudo, sem repararmos que nenhuns direitos poderão subsistir sem a simetria dos deveres que lhes correspondem, o primeiro dos quais será exigir que esses direitos sejam não só reconhecidos, mas também respeitados e satisfeitos. Não é de esperar que os Governos façam nos próximos cinquenta anos o que não fizeram nestes que comemoramos. Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra e a iniciativa. Com a mesma veemência e a mesma força com que reivindicarmos os nossos

direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa começar a tornar-se um pouco melhor.”.

Desta forma, Saramago convoca todo e qualquer cidadão a cumprir o seu dever como cidadão do mundo.

Neste sentido, já em 1995 em Oviedo, quando participava de um encontro organizado pela Fundação Municipal de Cultura sobre o tema *50 Propostas para o Próximo Milénio*, Saramago sugeriu as seguintes propostas (Saramago, 1999b, pp. 217-218):

“1. Desenvolver para trás, isto é, fazer aproximar da primeira linha de progresso as cada vez maiores massas de população deixadas à retaguarda pelos modelos de desenvolvimento actualmente em uso; 2. Criar um novo sentido dos deveres da espécie humana, correlativo do exercício pleno dos seus direitos; 3. Viver como sobreviventes, isto é, compreender, de facto, que os bens, as riquezas e os produtos do planeta não são inesgotáveis; 4. Impedir que as religiões continuem a ser factores de desunião; 5. Racionalizar a razão, isto é, aplicá-la de modo simplesmente racional; 6. Resolver a contradição entre afirmar-se que cada vez estamos mais perto uns dos outros e a evidência de que cada vez nos encontramos mais afastados; 7. Definir éticas práticas de produção, distribuição e consumo; 8. Acabar de vez com a fome no mundo, porque isso já é possível; 9. Reduzir a distância, que aumenta em cada dia, entre

os que sabem muito e os que sabem pouco.”.

Tais propostas estão de acordo com o que verbalizava em entrevistas e discursos e, principalmente, no que emerge de seus romances.

5.A Fundação José Saramago

Em 2007 foi criada, em Lisboa, a Fundação José Saramago cujos objetivos são: a difusão da literatura e a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, tomando como documento orientador a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Saramago esclarece em 29 de junho de 2007 (Fundação José Saramago, 2018a):

“Sendo assim, entre a vontade e o desejo, eis as minhas propostas:

a) Que a Fundação José Saramago assuma, nas suas actividades, como norma de conduta, tanto na letra como no espírito, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em Nova Iorque no dia 10 de Dezembro de 1948.

b) Que todas as acções da Fundação José Saramago sejam orientadas à luz deste documento que, embora longe da perfeição, é, ainda assim, para quem se decidir a aplicá-lo nas diversas práticas e necessidades da vida, como uma bússola, a qual, mesmo não sabendo traçar o caminho, sempre aponta o Norte.

c) Que à Fundação José Saramago mereçam atenção particular os problemas do meio ambiente e do aquecimento global do planeta, os quais atingiram níveis de tal gravidade que já ameaçam escapar às intervenções

correctivas que começam a esboçar-se no mundo.

Bem sei que, por si só, a Fundação José Saramago não poderá resolver nenhum destes problemas, mas deverá trabalhar como se para isso tivesse nascido.

Como se vê, não vos peço muito, peço-vos tudo.”.

Desta forma, a presidenta da Fundação José Saramago, Pilar Del Río, tem buscado cumprir os desejos de seu esposo José Saramago, procurando transformar em realidade a mensagem do discurso de Saramago em Estocolmo, quando do recebimento do prêmio Nobel, ao mesmo tempo em que observa os objetivos da Fundação José Saramago.

Assim, de 24 a 25 de junho de 2015, a Fundação José Saramago, em parceria com a Universidade Autónoma do México (UNAM) e com a World Future Society, entidade que reúne especialistas em prospectar as tendências da economia e da sociedade para o futuro, organizou um encontro na capital mexicana com o intuito de dar corpo à ideia lançada por Saramago. Neste encontro, meia centena de acadêmicos, intelectuais e pensadores de várias nacionalidades estiveram reunidos com o objetivo de criar uma proposta de Carta dos Deveres Humanos a ser encaminhada à Organização das Nações Unidas (ONU). Com essa iniciativa, os promotores quiseram assinalar o quinto aniversário da

morte do escritor, a 18 de junho de 2010, e a motivação para o encontro surgiu da esperança de que a elaboração de um documento que estabeleça obrigações signifique o fortalecimento da proteção dos direitos humanos (Del Río, 2015).

"Os deveres são a simetria necessária para preservar os direitos", defendeu Pilar del Río, orgulhosa por "com o nome do português José Saramago se dar, no México, o primeiro passo para se criar a Declaração Universal dos Deveres Humanos que se pretende, em breve levar às Nações Unidas". (RA, 2015).

No encontro, o reitor da UNAM, José Narro Robles, falou sobre as desigualdades (MVS Notícias, 2015):

"[...] las asimetrías de nuestro mundo no tienen parangón. Las diferencias son tan grandes que resulta poco probable su existencia... La desigualdad que ahora vive el mundo resulta del rezago de lo social en la acción de los gobiernos y de la concentración de la riqueza en muy pocos individuos."

E quanto aos atuais modelos de desenvolvimento, ele alertou que (MVS Notícias, 2015):

"[...] han provocado una gran desigualdad económica y social que prevalece en todo el mundo, que ha mantenido en la miseria a cientos y cientos de millones de personas, algunos que llegan incluso al grado de carecer de los nutrientes indispensables para subsistir."

Neste sentido, o encontro discutiu os seguintes pontos: 1) erradicar a fome e não desperdiçar comida; 2) erradicar o analfabetismo e implementar educação de qualidade; 3)

compartilhar conhecimento técnico e experiência para ajudar na saúde integral; 4) exercer a liberdade de expressão com respeito e veracidade; 5) exercer a economia de energia através do uso racional; 6) eliminar a desigualdade extrema da sociedade e propiciar a igualdade social; 7) exercer a hospitalidade frente a emigrantes e refugiados; 8) fornecer condições de livre concorrência entre empresas, de forma a propiciar salários justos e impostos equitativos; 9) direcionar o conhecimento científico para a preservação da vida; 10) respeitar o meio ambiente e contribuir com a limpeza, conservação e regeneração do mesmo; 11) respeitar o habitat e o modo de vida dos animais não humanos. (El País, 2015).

De certa forma, tudo muito claro e necessário, mas muito difícil de implementar.

No dia 5 de maio de 2018, celebrou-se no jardim da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). No seu discurso, o secretário-geral do ONU, o português António Guterres, recordou os 20 anos da atribuição do Nobel de Literatura a José Saramago e enfatizou que "O Nobel foi um acto de indiscutível justiça. Saramago é uma figura extraordinária de quem todos nos orgulhamos." (Fundação José Saramago, 2018b). Guterres também fez referência à proposta de Carta dos Deveres Humanos que, dias antes, tomou conhecimento ao receber alguns dos autores da ideia (Fundação José Saramago, 2018b):

"Tive ocasião há uns dias de verificar como a influência de Saramago se mantém em toda a parte. Recebi uma delegação chefiada por sua mulher, Pilar del Río, com elementos do corpo diplomático de Portugal, do México, de várias partes, e de várias universidades. Eles estão a

procurar transformar em realidade a mensagem do discurso de Saramago na aceitação do seu prémio Nobel em relação aos deveres que cada um de nós tem como cidadão do universo. O que prova que Saramago está hoje mais vivo e influente do que nunca.”

Portanto, a Carta Universal dos Deveres e Obrigações dos Seres Humanos, que teve seu nascedouro no Discurso de Saramago, em Estocolmo, e amadureceu após o encontro na UNAM em 2015, foi entregue em abril de 2018 à ONU para ser dada a conhecer mundialmente. O texto é o resultado de vários anos de trabalho de acadêmicos, especialistas e cidadãos e visa defender a "ética da responsabilidade", como explicou a presidenta da Fundação José Saramago e viúva do escritor português, Pilar del Río. Segundo Pilar del Río, a Carta complementa a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e propõe "a simetria" dos deveres humanos. Assim, no

seu primeiro artigo, declara que todas as pessoas têm "o dever de cumprir e exigir o cumprimento dos direitos" (Fundação José Saramago, 2018c) reconhecidos por essa Declaração. "Não queremos ser nem amedrontados, nem intimidados, nem resignados, nem indiferentes e, para isso, temos que cumprir os nossos deveres. Em primeiro lugar, exigir que se cumpram os direitos" (CM, 2018), indicou Pilar del Río. A Carta está estruturada em 23 artigos que reúnem uma ampla gama de deveres para as pessoas, desde o de não discriminar até ao de respeitar a vida, passando por obrigações como o respeito da liberdade ideológica e religiosa e a participação nos assuntos públicos (Fundação José Saramago, 2018c).

Em 16 de novembro de 2019, a Fundação José Saramago tornou pública, em seu *website*, a Carta Universal dos Deveres e Obrigações dos Seres Humanos.

Portanto, a semente lançada por José Saramago em seu Discurso, em 1998, está começando a brotar. Espera-se que possa produzir frutos.

6.Considerações Finais

O discurso de Estocolmo de José Saramago, em 1998, continua atual. O conceito de cidadão, do mundo, deve ser discutido e reelaborado para o que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) denomina de "Cidadania Global". Segundo a UNESCO, um entendimento comum quanto à noção de cidadania global "é de que seja um sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla, além de fronteiras nacionais, que enfatiza nossa humanidade comum e faz uso da interconectividade entre o local e o global, o nacional e o internacional." (UNESCO). No entanto, a UNESCO afirma que:

"cidadãos globais são indivíduos que pensam e agem para um mundo mais justo, pacífico e sustentável" (UNESCO).

Portanto, um mundo globalizado requer cidadãos também globalizados. Ser cidadão global significa que se tem um conjunto de direitos, como definido na Declaração Universal de Direitos Humanos, mas também que há obrigações para com o outro e para com o mundo.

Assim, é urgente e necessário mudar as abordagens para imaginar um mundo diferente onde a fome, a ignorância e as mortes evitáveis

não tenham lugar, onde não haja marginalização e/ou discriminação racial, religiosa, de gênero ou econômica, onde o planeta Terra e seus recursos sejam usados de forma racional, onde ninguém seja excluído dos benefícios gerados pelos grandes avanços científicos e tecnológicos da atualidade. Ou seja, construir um mundo melhor para todos. No entanto, num cenário em que uma porcentagem significativa da população mundial sofre os efeitos da ignorância, atraso e exclusão, não há soluções simples. Porém, as soluções não devem passar pela discriminação. Saramago cita que (Saramago, 2011, p. 17):

“[...] no tempo do franquismo, um notável do regime [...] sugeriu ao governo a construção duma cidade destinada exclusivamente a cegos. A ideia não foi por diante, mas é fácil perceber quão fecunda era de possibilidades: depois dessa primeira experiência talvez começasse a haver cidades de surdos, cidades de coxos, cidades de manetas, cidades de gogos, cidades de mudos, cidades de mongoloides, cidades de paraplégicos, cidades de epilépticos, e com a continuação e o êxito da prática segregativa, acabaríamos fatalmente por construir cidades para velhos, cidades para loucos, cidades para enfermos em fase terminal, enfim, para quantos se configurassem como elementos perturbadores do viver da comunidade dos normais.”

Mas, quem são os normais? Quem seria o responsável pela classificação? A quem seria dada essa atribuição?

Parece que de vez em quando surge alguém que se acha dono do mundo e acima de todos os seres humanos. No entanto, a memória do

ser humano esquece rapidamente o passado e volta a cometer erros já vividos e sofridos.

Saramago fala de seus objetivos ao escrever romances (Saramago, 1999a, p. 45):

“Quem tiver acompanhado com alguma atenção o que venho escrevendo desde *Manual de Pintura e Caligrafia* saberá que os meus objectivos [...] apontam para uma definição final que pode ser resumida, creio, em apenas quatro palavras: meditação sobre o erro. A fórmula corrente – meditação sobre a verdade – é, sem dúvida, filosoficamente mais nobre, mas sendo o erro constante companheiro dos homens, penso que sobre ele, muito mais que sobre a verdade, nos convirá reflectir.”

E assume sua responsabilidade como escritor (Saramago, 2009, p. 157):

“O escritor, se é pessoa do seu tempo, se não ficou ancorado no passado, há-de conhecer os problemas do tempo que lhe calhou viver. E que problemas são esses hoje? Que não estamos num mundo aceitável, bem pelo contrário, vivemos num mundo que está a ir de mal a pior e que humanamente não serve”.

E ele denuncia os absurdos do mundo: “[...] um jornal diz-me que no Ruanda foram atiradas pessoas para dentro de poços com pneumáticos a arder. Pessoas vivas, entenda-se. O catálogo de horrores deste campo de concentração chamado Mundo é inesgotável.” (Saramago, 1999a, p. 120) e descreve as atrocidades da guerra (Saramago, 2011, p. 23):

“Espalhados por 64 países, existem mais de 110 milhões de

minas antipessoais, à espera de que alguém lhes vá pôr o pé em cima. Não têm esperado em vão: em cada ano, por causa delas, morrem ou ficam mutiladas 24 000 pessoas, isto é, em cada vinte minutos rebenta uma mina. Só em Angola há mais de 12 milhões de minas ativas enterradas, uma para cada habitante, e ainda ficariam muitas minas para lhe arrancarem a outra perna. As minas são montadas em fábricas de armanento (tanto legais como ilegais) por operários especializados que, como é natural, cobram o seu salário. Esses operários conhecem perfeitamente o destino e as consequências dos produtos que lhes saem das mãos. Não tenho notícia de qualquer greve de protesto nessas fábricas.”

E, sempre irônico, ele fala da fome no mundo (Saramago, 2012, p. 255):

“Novas notícias da fome, desta vez muito mais animadoras. A Conferência da FAO, reunida em Roma nestes dias, acaba de aprovar uma resolução no sentido de que sejam reduzidos para metade, até ao ano 2015, os 800 milhões de famintos que existem actualmente... Espera-se que os restantes 400 milhões possam morrer daqui até lá: ficaria resolvido dessa maneira o problema da fome no mundo.”

Neste mundo de injustiças e crueldades, ele afirma que “O pior da injustiça é podermos acabar por acostumar-nos a ela.” (Saramago,

2011, p. 100) e confirma sua descrença no ser humano (Saramago, 1999b, p. 36):

“[...] chegados a estes dias, os meus e os do mundo, vejo-me perante duas probabilidades únicas: ou a Razão, no homem, não tem feito mais do que engendrar monstros, ou o homem, sendo indubitavelmente um animal entre os animais, é, também indubitavelmente, o mais irracional de todos eles. Com grande desgosto, inclino-me para a segunda hipótese, e não por ser doentivamente propenso a filosofias pessimistas e negativistas, mas porque o cenário do mundo, de todos os pontos de vista, me parece uma demonstração clara da irracionalidade humana. O sono da Razão, esse que nos converte em irracionais, fez de cada um de nós um pequeno monstro. De egoísmo, de fria indiferença, de desprezo cruel. O homem, por muito cancro e muita sida, por muita seca e muito terramoto, não tem outro inimigo senão o homem.”

Seu olhar pessimista e descrente da humanidade faz com que ele proclame: “[...] a própria humanidade se encarregará de destruir o mundo e destruir-se a si mesma.” (Saramago, 2011, p. 47).

Portanto, a Carta de Deveres e Obrigações entregue à ONU, por simpatizantes do pensamento de José Saramago, que aguarda ações, pode vir a ser material de reflexão e mola propulsora de mudanças na humanidade.

- Aguilera, F. G. (2010). *José Saramago nas suas palavras*. Alfragide, Portugal: Caminho.
- Canclini, N. G. (2007). *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Castells, M. (2010). *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Tradução Roneide Venancio Majer. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- CM. (2018). Carta de Deveres e Obrigações proposta por Saramago chega à ONU.
- Recuperado de https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/20180427_0739_carta-de-deveres-e-obrigacoes-proposta-por-saramago-chega-a-onu.
- Del Río, P. (2015). Pilar del Río: Reivindicar os nossos deveres. Folha de S. Paulo.
- Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/06/1644159-pilar-del-rio-reivindicar-os-nossos-deveres.shtml>.
- Dupas, G. (2011). Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo, Brasil: Editora Unesp.
- El País (2015). Esta es la propuesta de deberes humanos, inspirada en Saramago, que todos deberíamos cumplir. Recuperado de https://verne.elpais.com/verne/2015/10/17/articulo/1445091220_052404.html.
- Fundação José Saramago. (2018a). Declaração de Princípios. Recuperado de <https://www.josesaramago.org/declaracao-de-principios/>.
- Fundação José Saramago. (2018b). Deveres Humanos em destaque no Dia da Língua Portuguesa na ONU. Recuperado de <https://www.josesaramago.org/>.
- Fundação José Saramago. (2018c). Carta Universal dos Deveres e Obrigações dos Seres Humanos. Recuperado de <https://www.josesaramago.org/carta-universal-dos-deveres-e-obrigacoes-dos-seres-humanos/>.
- Lopes, J. M. (2011). *Biografia – José Saramago*. Lisboa, Portugal: Guerra & Paz.
- MVS Noticias (2015). Debaten expertos sobre ciudadanía y democracia a partir de las ideas de Saramago. Recuperado de <http://www.mvsnoticias.com/#!/noticias/debaten-expertos-sobre-ciudadania-y-democracia-a-partir-de-las-ideas-de-saramago-260.html>.

ONUBR - Nações Unidas do Brasil. (2009). Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

RA (2015). Saramago queria Carta dos Deveres Humanos. Recuperado de <http://m.redeangola.info/saramago-queria-carta-dos-deveres-humanos/>.

Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Saramago, J. (1998). *Discursos de Estocolmo*. Lisboa: Fundação José Saramago.

Saramago, J. (1999a). *Cadernos de Lanzarote: Diário II*. Alfragide, Portugal: Editorial

Caminho.

Saramago, J. (1999b). *Cadernos de Lanzarote: Diário III*. Alfragide, Portugal: Editorial

Caminho.

Saramago, J. (2000). *A caverna*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Saramago, J. (2002). *O homem duplicado*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Saramago, J. (2009). *O Caderno 2*. Alfragide, Portugal: Editorial Caminho.

Saramago, J. (2011). *Cadernos de Lanzarote: Diário V*. Alfragide, Portugal: Editorial

Caminho.

Saramago, J. (2012). *Cadernos de Lanzarote: Diário IV*. Alfragide, Portugal: Editorial

Caminho.

Saramago, J. (2014a). *As Intermitências da morte*. Lisboa, Portugal: Porto Editora.

Saramago, J. (2014b). *Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas*. São Paulo, Brasil:

Companhia das Letras.

Senado Federal. (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Recuperado de

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC9_1_2016.pdf.

UNESCO. O que é cidadania global? Recuperado de

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/brz_ed_global_citizenchip_brochure_pt_2015.pdf.

Conceitos jurídicos indeterminados: a luta dos Direitos Humanos contra o arbítrio e a seletividade penal

Undetermined legal concepts: the Human Right's conflict facing discretion and criminal selection

Andressa Franch Carloni

Centro Universitário Ilbmec Rio de Janeiro

andressacarloni08@gmail.com

Rafael Ferreira de Albuquerque Costa

Centro Universitário Ilbmec Rio de Janeiro

rafaelalbuquerque313@gmail.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 14/01/2021

Data de Aprovação: 16/02/2021

Resumo

O presente estudo busca refletir acerca da falta de harmonia entre garantia - e aplicação - dos direitos humanos e as políticas públicas de combate e prevenção à violência, vez que, equivocadamente, são compreendidas como contraditórias. A análise percorrerá os deslocamentos da criminologia no século passado até a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, ocorrida no final da segunda década do século XXI. A experiência brasileira evidencia a ineficácia das políticas de segurança pública, embora insistentemente mantidas, constituindo um Estado negligente às tragédias diárias e indiferente aos cidadãos. Assim, o Estado, frequentemente, optou pela relativização dos direitos humanos legitimada pelo combate ao inimigo criado. Os efeitos recaem mais contundentemente sobre os indesejáveis, os inaptos para o consumo, portanto, inimigos do Estado. Com efeito, busca-se desconstruir a ideia de um "inimigo estatal" para determinar limites ao exercício do poder, sendo indispensável a racionalização da persecução penal, fundada no autoritarismo, que emprega expressões indeterminadas.

Palavras-chave: direitos humanos; violência policial; direito penal do inimigo; seletividade penal.

Abstract

The current essay intends to reflect the harmony lack between warranty and application of human rights and public policies to face and prevent crimes since they are wrongly understood as conflicting. The analysis goes from the last century criminology's theory to the federal intervention in the State of Rio de Janeiro, which occurred at the final of the second decade in the XXI century. The Brazilian experience depicts the national security policies inefficiency, although insistently kept, which constitutes a neglect State towards daily tragedies and also regardless of their citizens. Therefore, the State has frequently chosen to pave the human rights relativization path, legitimized by a created enemy and the necessity to battle him. The consequences are apprehended more strongly by the unwanted citizens, who are unable to consume, thus perceived as the State's enemies. The ultimate goal pursued is to deconstruct the "State's enemy" image in order to create an environment for establishing limits to power through the crucial rationalization of criminal prosecution which is still anchored to an authoritarian law with uncertain juridical concepts.

Keywords: human rights; police violence; enemy criminal law; criminal selection.

1.Introdução

O presente trabalho visa à análise da segurança pública sobre a ótica não da eficiência como se habituou, mas da efetividade. A hipótese que se parte é de que a população em geral enxerga a realidade atual como particularmente violenta, a despeito de nunca antes terem possuído tantas garantias institucionais contra o Estado e em face de demais cidadãos.

O cenário remete a forma como a polícia, instituição de controle social autoritária por excelência e elo entre o Poder Público e os sujeitos, interage com a população e atua na repressão de infrações penais. Sugere-se haver uma cultura, um padrão de comportamento e de pensamento, aprendida tanto na formação dos oficiais mais subalternos quanto na vivência da corporação, a qual condiciona o agir em relação aos indivíduos e às demais instituições, constituindo até a identidade do próprio policial e da instituição.

Parece insuficiente relegar a legislação penal e processual penal como dado e, principalmente, como reflexo do pensamento de determinada época, eis que se admite e reconhece que o direito não é um setor do conhecimento independente e autônomo, tal qual fizeram crer os teóricos juspositivistas. Notou-se em alguma medida a utilização vasta nas leis penais de conceitos jurídicos indeterminados, cujos sentidos, se houver descuido ou alguma intenção ábdita, podem ser dados prescindindo-se de uma pré-compreensão compartilhada, a abrir as portas ao arbítrio da autoridade pela interpretação solipsista da lei.

A investigação prosseguiu a partir das bases que sustentam uma postura autoritária das instituições públicas. Isto porque, muito embora diversas cláusulas de direitos humanos

estejam também positivadas na Constituição da República brasileira (1988), há que se empreender esforços para a compreensão do motivo pelo qual uma norma cogente suprema é inapta ao resguardo dos direitos humanos dos cidadãos. Desta feita, as estatísticas disponibilizadas a público pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio do Sistema do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN) foram cruciais à aferição das hipóteses levantadas ao longo da pesquisa. Buscou-se demonstrar que o direcionamento da ação da polícia a determinados grupos sociais e étnicos e a criminalização de certas condutas historicamente ligadas a estes não são mero discurso da ala progressista da política brasileira, senão uma consequência da tradição autoritária da sociedade.

Até mesmo as tentativas de humanização ou de reestruturação do pensamento jurídico-penal brasileiro sofreram influência de ideias antidemocráticas. É que, uma vez vestidos de metodologia científica, a *intelligentsia* desapercebe o alto teor de discriminação e preconceito de sua produção acadêmica. Por essa razão, esforçaram-se estes pesquisadores à exposição de uma realidade nos moldes pensados por Bourdieu de compreensão do fenômeno sem rotulá-lo ou banalizá-lo (BOURDIEU, 1998, p. 699). Há, com efeito, uma dupla ruptura: a com o senso comum e a com a pretensão de uma objetividade científica (WEBER, 1989). Querem dizer estes pesquisadores que não se trata de um trabalho taxativo e de explicação monocausal do conflito sob investigação, mas sobretudo de questionamento da realidade a partir de diversos posicionamentos teóricos.

2. Uma breve contextualização da tradição auditória brasileira

Guy Debord parafraseia Marx e substitui a palavra “mercadoria” por “espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 1). É a evidenciação de que o espetáculo é a nova mercadoria, de forma que o consumo ávido do simulacro constitui forma de alienação da realidade – a funcionar, portanto como meio de dominação –, aniquilando-se a experiência e conferindo acentuada relevância à narrativa.

Há o retorno da ideologia que visava à contraposição das tensões políticas de meados do século XX, o fascismo, em especial de sua característica mais saliente, qual seja a desvalorização do saber, isto é, o questionamento das instituições políticas e do conhecimento científico, salvo quando este se presta aos seus próprios interesses escusos (HOBSBAWN, 1995, pp. 112 e 122). É dizer, toda a fundação da sociedade do século XIX, no que tange ao conhecimento, passa a ser repudiada, o que possibilita o destaque de afirmações que não possuem qualquer fundamento epistêmico.

Por outro lado, as práticas econômicas que levaram ao *crash* de 1929 e que, mesmo após a Primeira Guerra, foram insuficientes para reaquecer a economia nos anos 1920 (HOBSBAWN, 1995, pp. 106 e 107; 132 e 133) são repristinadas. Curioso é que o processo de desconfiança europeu em relação ao sistema econômico no entreguerras ocorreu no Brasil, com suas peculiaridades, ao final da década de 1980, trazendo à baila o neoliberalismo.

A pós-modernidade brasileira é marcada pela racionalidade neoliberal, a conjugação de ambos os aspectos mencionados acima: a desvalorização do conhecimento e o retorno de práticas econômicas estranhas às tendências da metade em diante do século XX. Tal racionalidade parece engendrar um Estado em que os direitos e garantias fundamentais são obstáculos para o exercício do poder – neste fenômeno, identificado com o poder econômico. Qualquer matéria constitui valor negociável, de forma a não haver mais princípios norteadores das expectativas sociais, e o espetáculo põe-se na condição de alienador máximo, a mercadoria desejada por todos, numa lógica perversa na qual sequer é perceptível a falta de institucionalidade democrática (CASARA, 2018).

Contudo, o cenário autoritário brasileiro não é uma conjuntura, senão uma estrutura cuja face é apenas (re)modelada pela história. A começar pela independência do Estado brasileiro em 1822 frente ao colonizador português até os dias atuais, o sistema político, à sua maneira, em maior ou menor grau de autoritarismo, apropriava-se das instituições em benefício singular ou oligárquico. O fim das instituições desembocou em um Estado que acompanhou as tendências ultradireitistas do segundo quartel do século XX, dando lugar, após, a uma República burocrática. O golpe militar de 1964 põe-lhe fim, e a reabertura democrática de 1988 abdicou-se de um acerto de contas com a sanção da lei de anistia.

3.Considerações acerca da segurança pública no Brasil

2.1. O ambiente da estrutura policial como propício ao arbítrio

A origem da polícia administrativa, ou ostensiva, como comumente chamada, remonta à época do Segundo Reinado brasileiro (ROSEMBERG, 2006, pp. 42 e 43), que durou de 1824 a 1889. Isto porque as primeiras autoridades policiais provinciais surgem a partir da tentativa de resposta do poder central, a classe dirigente, ao prestígio ascendente dos militares, em razão de seu desempenho na Guerra do Paraguai, e ao controle local realizado pelos latifundiários, os coronéis, os quais manipulavam eleições se valendo do mecanismo conhecido como voto de cabresto.

É nesse contexto, em 1873, que ocorre a destituição da Guarda Nacional de suas funções, tanto de policiamento judiciário quanto preventivo. Dentre as corporações criadas, o Corpo de Polícia Permanente, doravante CPP, exercia, em especial, na província Paulista o policiamento ostensivo (URICOECHEA, 1978).

A retirada de atribuições dos militares para uma organização profissionalizada civil-burocrática intentava passar a mensagem aos coronéis, sob as vestes da neutralidade, de que a lei deveria ser cumprida e as instituições públicas respeitadas dentro dos princípios basilares do liberalismo ao mesmo tempo em que havia um quê de clientelismo na própria estrutura da corporação com a garantia de funções e cargos aos que demonstrassem fidelidade aos ideais do poder central. Nesse sentido, parecem obnubilados os limites da utilização da máquina pública a interesses particulares.

O papel do CPP, no contexto apresentado, pode ser concluído como o de eficácia operacional, cujo conceito deve, necessariamente,

perpassar uma filtragem ideológica, isto é, a eficácia buscada é aquela correspondente aos interesses de quem criou a corporação e legislou acerca das normas de conduta que deverão ser seguidas pelos praças. O ideal, portanto, era vinculado à noção de civilidade e ordem em detrimento de indivíduos considerados turbadores da paz social, materializado pela conduta proba e disciplinada advinda da autoridade policial e pelo combate preventivo e correccional desses grupos marginalizados, os escravos forros, imigrantes e a população hipossuficiente economicamente (ROSEMBERG, 2006, p. 45).

A precariedade das condições de trabalho e deparo com dinâmicas que demandavam além dos procedimentos previstos nas disposições legislativas, contudo, fizeram com que a corporação enveredasse para um caminho oposto. A falta de armamento, a uniformização inapropriada, os soldos modestos combinada com a proximidade da força policial com a população formularam um cenário propício à informalidade e à deslealdade para com os ideais da corporação. Não raro se viam, assim, “contratações” de praças para que trabalhassem como seguranças particulares, o endividamento dos oficiais nos mercados locais, quando não se valiam do certo *status* que a farda lhes conferia para recebimento de alguma vantagem ilícita ou a realização de diligências que não compunham o rol de atribuições institucionais (ROSEMBERG, 2006, p. 46 a 49).

O agente de segurança pública era posto entre a aplicação da lei e a disciplina, agindo, no mais das vezes, em função daquela, principalmente como pretexto para combate à violência. Todavia, seu desempenho na repressão da criminalidade foi insuficiente, em especial com

relação à vida cotidiana (BATTIBUGLI, 2006, pp. 87 e 88).

A atividade policial contribuiu para a construção do imaginário acerca da identidade dos criminosos e do conceito de (des)ordem pública a partir dos crimes mais reportados, na medida em que compunha suas atribuições a elaboração de relatórios e a compilação de informações que direcionassem a atuação do Poder Público. E a partir do conhecimento da função seletiva da polícia, é possível compreender o discurso da ineficácia na dissuasão do crime, vale dizer, o baixo desempenho na prevenção de infrações seria fruto de um suposto engessamento da atividade da corporação, não se cogitando como propulsor do comportamento desviante aspectos econômico-sociais. A legitimidade do discurso transgressor da lei em prol de uma suposta eficácia no combate ao crime estaria em prol da ordem pública, afastando a perspectiva negativa do limitador do poder por excelência, a lei. Assim, a exacerbação dos preceitos normativos torna-se condição de possibilidade à consecução da paz e da ordem e, simultaneamente, respalda a difusão de uma subcultura policial.

No Rio de Janeiro, de 1850 em diante, a direção da atuação da polícia voltava-se para o controle social e para a contenção e gestão de revoltas populares. Como consequência da ampliação da repressão da polícia, houve resistência popular, o que não impediu a utilização em larga escala do aprisionamento de desordeiros, de escravos e de forros (HOLLOWAY, 1997). A partir de 1906, no entanto, parece ter havido um deslocamento da ordenação da polícia um pouco mais profissional (SOUZA, 2006, p. 63). A formação jurídica como requisito à ocupação do cargo de delegado é um bom exemplo da tentativa de profissionalização, embora cursos destinados aos cargos mais baixos e de contato direto com a sociedade tenham adentrado a

prática policial de 1930 em diante (BATTIBUGLI, 2006, p. 85).

O perfil da instituição policial, pois, é delineado como extremamente centralizado, com uma estrutura hierárquica rígida, mas apresentava uma ampla discricionariedade nas pontas, isto é, nos oficiais que realizavam o patrulhamento nas ruas (BATTIBUGLI, 2006, pp. 87 e 88)

A opinião pública do período atribuía a criminalidade, sempre considerada alta em relação ao passado, ainda que recente, a imigrantes e à realidade constantemente em mutação da área urbana (PASTANA, 2003, p. 95), cuja responsabilidade recaía sempre no indivíduo marginal, que não se enquadrava no corpo social, na época a elite cafeeira, ou seja, sempre recorrendo à personificação do outro, criando uma identidade metafísica de uma personalidade naturalmente transgressora. É possível afirmar, portanto, o impacto mais significativo da estruturação profissionalizante e especializada da polícia sobre a formação do imaginário social que efetivamente sobre a gestão do comportamento transgressor.

As autoridades policiais da Primeira República já transformavam a informação de reincidência e contumácia com o objetivo de efetuar detenções posteriores e incrementar a possibilidade de superveniência de um decreto condenatório (SOUZA, 2006, p. 76). Destaca-se a inexistência de um tipo penal que descrevesse a conduta gatuna, abrangendo tanto os agentes de delitos previstos em lei (roubos, furtos e estelionatos) quanto vadios, prostitutas e desordeiros, reforçando a exposição supra acerca do repouso qualificado da ação policial sobre a população socialmente precarizada.¹ O conceito de segurança pública é construído, pois, a partir da antagonização da sociedade com as ditas classes perigosas, as quais demandariam uma observação constante, posicionamento amparado pela política higienista da época, sobretudo porque

feriam os valores da residência fixa e do trabalho.

A polícia adquire, no seio de suas interações internas, entre os membros da própria corporação, e externas, com a sociedade e as demais instituições, uma personalidade institucional devido à sua administração pretensiosamente racional-burocrática e às funções próprias da atividade. O fenômeno, para além de uma modulação psicológica individual, revela uma cultura socialmente firmada.

Nesse sentido, a articulação da legislação pertinente com o cotidiano da polícia é o ponto fulcral da análise, eis que da oposição entre teoria e prática se extrai a verdadeira posição e o papel institucionais na sociedade. A mencionada articulação pode possuir um caráter positivo ou negativo. Este dá-se com o frequente uso da força, o contingente de práticas ilegais no âmbito da própria organização e a frequência de violações de direitos humanos no curso das operações, ao passo que aquele decorre do encontro de soluções pacíficas para situações limítrofes, bem como de tentativas ao máximo conciliatórias as quais tendem a tornar a aplicação formal da lei prescindível.

A hierarquização rígida da polícia cria uma atmosfera na qual o respeito ao ocupante de um cargo superior se sobrepõe à adoção de uma conduta criteriosa e coadunada com a democracia. A causa mais imediata talvez seja a punição frequente das infrações atinentes ao desrespeito da hierarquia da corporação em detrimento do apropriado controle sobre a ação violadora de direitos humanos na ponta, bem como a crença de que as profissões ligadas à segurança pública, notadamente a de policial, são eminentemente práticas, de forma que um arcabouço teórico menos robusto bastaria para as exigências hodiernas.

A própria natureza da atividade policial impede a sua fiscalização integral. O trabalho de rua consiste primordialmente em tomar decisões rápidas e improvisadas diante de situações imprevisíveis e complexas, de forma que é impraticável mantê-las sob o crivo de seus superiores. Somado a isso, deve-se considerar o compadrio entre os agentes de segurança pública de mesma hierarquia o qual desemboca no acobertamento dos desvios de seus colegas.

Configura-se aqui um verdadeiro sistema de manutenção do *status quo*. Os policiais de patrulha, em geral, menos escolarizados, tecnicamente menos preparados, possuíam grande margem de arbítrio, ao passo que os oficiais de patentes mais altas não detinham elementos morais ou normativos para aplicar sanções, pois não vasta era sua experiência na rua, quando nenhuma. Parece bastante ilustrativo o Regulamento Disciplinar da Força Pública em 1963, uma vez que caracterizava falta disciplinar leve a violência policial na efetuação da prisão (art. 54), os maus tratos a presos sob a guarda policial significava uma infração média (art. 55). Dessa forma, o abuso de autoridade em geral era punido apenas com admoestação verbal ou repreensão, acompanhadas de detenção e de 8 (oito) dias na prisão, respectivamente. Em suma, reforça-se a ideia de que a principal preocupação do controle interno da polícia dizia respeito ao cumprimento dos ditames consuetudinários da própria organização.

Nesse sentido, a burocracia interna, cuja finalidade precípua seria o controle da conformação da corporação a uma espécie de moralidade e impessoalidade da autoridade policial, redundou no aprofundamento da informalidade e da criação de uma cultura velada. O policial é condicionado, pois, a agir como se protegesse a instituição de ameaças externas constantes, assim como preservasse a confiança, aspecto sobre o qual são

ensinados a crer é pautado o dito sucesso das atividades da corporação, de seus iguais mesmo quando estes houvessem agido incorretamente.

Outro ponto relevante é o poder de polícia – a atribuição de fiscalizar, coibir, inibir e sancionar, consubstanciados como as restrições necessárias à manutenção da ordem (BATTIBUGLI, 2006, p. 91) – inerente à autoridade policial. A tomada de decisão, portanto, pautar-se-á em estigmas e estereótipos os quais implicariam em uma menor probabilidade de erro no momento da abordagem, fato que torna a dinâmica especialmente cruel, eis que as situações eleitas pelo policial como merecedoras de atenção não raras vezes decorrem das características físicas do indivíduo que sofre a ação da polícia mais do que da própria conduta em si, abrindo-se a porta da legitimação, conferida pela farda e pelo sistema, ao arbítrio.

Com efeito, a supervalorização das prerrogativas dos policiais, ou melhor, a tolerância e a admissão da contumácia de seus abusos relacionavam-se estreitamente com a concepção de que havia uma criminalidade a ser combatida a qual, pensava-se, havia sido estimulada pelo respeito aos direitos humanos, sobretudo dos traficantes de drogas e dos presidiários que se organizaram de dentro dos complexos penitenciários. Havia a crença, ademais, de que o envolvimento das próprias autoridades em atividades ilegais e a utilização cada vez menos frequente das invasões a favelas eram implicações do respeito aos direitos humanos (SOARES, 1997, p. 102).

Parece bastante evidente a relação que há entre a corrupção e o abuso de autoridade de um lado e, de outro, o corporativismo e o sentimento de insegurança. O desrespeito às normas constitucionais, as quais, a partir de meados século XX adquirem força normativa justamente para que se evite o abuso decorrente da discricionariedade somado ao

aparelhamento da polícia brasileira cujo modelo seguido era o da polícia estadunidense (MACCOY, 1986, pp. 276 a 281), de forma que a lógica da lei e ordem foi incorporada no cotidiano irrefletidamente, sobretudo porque não há qualquer compatibilidade normativa, criaram uma atmosfera propícia para um cenário de embate entre as forças de segurança pública contra o inimigo, o outro, o não-cidadão. O busílis do fenômeno é conceituar a palavra cidadão para os agentes de segurança pública a saber quem são os sujeitos ou grupos que não são abrangidos pelo *status* de cidadão e, portanto, não são merecedores de um tratamento dito civilizado.

2.2. Os inimigos do Poder e a desumanização como técnica de legitimação da violência

O Estado atual pode ser caracterizado como pós-democrático, um modelo político que não encontra limites ao exercício do poder na medida em que todos os aspectos da vida se tornaram negociáveis, isto é, foram abandonados – do ponto de vista material, pois é também característica deste Estado a aparência de institucionalidade democrática – os princípios, jurídicos ou morais, que obstaculizavam os interesses políticos das majorias. Estas, por sua vez, creem genuinamente estar diante de um cenário de mudanças, de novos tempos, cuja causa seria sua insurgência contra o sistema, quando, na verdade, o fomento de valores disruptivos para a democracia, a espetacularização do processo judicial e a aversão à política compõem o interesse predominantemente do capital. Em suma, o poder político passa a confundir-se com o poder econômico (CROUCH, 2013).

Há de ser destacado o papel do medo e da criação de um inimigo, explorado sobretudo pela mídia por meio de discursos moralizantes para o desenho de um cenário de guerra no

imaginário social. Aqui, vale dizer, o criminoso, situado no papel de outro, de opositor – numa lógica demasiadamente maniqueísta –, constitui o inimigo a ser enfrentado, de forma que as instituições públicas teriam o dever de fazer cessar o mal por ele causado a todo e qualquer custo, tornando dispensável a burocracia estatal, as garantias fundamentais do acusado e até mesmo os direitos humanos.

O pensamento de Jakobs, cuja percepção no direito brasileiro não foi exitosa, permite o uso amplo e irrestrito do aparato estatal contra o inimigo na medida em que este abandonou o contrato social. Em sendo o Direito um produto do contrato, o indivíduo desviante estaria renunciando aos seus direitos e garantias (JAKOBS & MELIÁ, 2015, pp. 28 e 29). Parece claro que a teoria não prospera devido à garantia da presunção de inocência prevista na grande maioria dos pactos internacionais² que tocam em alguma medida a seara criminal, sobretudo no Brasil onde a própria Lei Fundamental a prevê em seu texto expressamente.

Em 2006, entrou em vigor a Lei nº 11.343, mais conhecida como “Lei de Drogas”, que fixou o tratamento penal conferido aos usuários e traficantes de drogas, criou o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, bem como trouxe importante avanço para a despenalização do consumo de drogas, imputando a esses penas restritivas de direitos, embora, em sentido contrário, a nova legislação tenha elevado a pena mínima para cinco anos do crime de porte de drogas ilícitas

Ocorre que a nova legislação não só marcou o início da chamada “guerra às drogas”, sendo esta entendida como “uma [pseudo] emergência levantada pelos Estados, principalmente Latino-Americanos, para o fim de possibilitar uma atuação beligerante por parte de seus órgãos”³, ou seja, “sem a justificativa de combate às drogas, o Estado perde seu fundamento demagógico de

neutralização de comunidades periféricas e de criminalização daqueles que não se adequam aos padrões impostos”⁴ e também consolidou, como forma de política criminal, o modelo proibicionista que auxiliou no aumento da população carcerária (CARVALHO, 2013, pp. 50 e 51).

A expressão “guerra às drogas” traz consigo enorme carga enfática na medida em que o conceito de guerra é fundado na violência, animosidade e no ódio, solidificando, portanto, uma dicotomia disparate em que a recusa à “guerra” o torna, automaticamente, a favor das drogas, por exemplo. Desta forma, CLAUSEWITZ (2010, p. 30) a definiu como “fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam, uma surpreendente trindade em que se encontra, antes de mais nada, a violência original de seu elemento, o ódio e a animosidade”, sendo certo que “a sua natureza subordinada de instrumento da política por via da qual ela pertence à razão pura.”

No que tange ao aumento da população carcerária por este crime, há alguns fatores que contribuem para tal crescente (CARVALHO, 2013, pp. 50 e 51), são eles: a falta de critérios objetivos para a distinção de traficantes de entorpecentes ilícitos e usuários e a impossibilidade de aplicação da pena de prisão para estes, tendo em vista que a nova legislação alcançou, majoritariamente, a população negra e periférica.

Seguindo a linha temporal, a intervenção federal ocorrida no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, sob o argumento de diminuir os altos índices de violência no estado, levou às ruas fluminenses tropas e veículos do Exército Brasileiro para que fossem realizadas patrulhas e operações especiais (BIGHETTI, 2018). Ocorre que sua função foi além, estabeleceu-se uma guerra⁵ em que havia três ajuntamentos, a saber: as forças estatais; os traficantes, utilizando o comércio ilegal como

fonte de renda, e os milicianos, formados por agentes do estado inativos ou ativos, que se utilizam do aparato oficial para extorquir, ameaçar e intimidar moradores das comunidades a fim de obrigá-los a contratarem seus serviços, por vezes ilegais, estando o primeiro em combate com os dois últimos.

Durante os setes primeiros meses de operação, se, por um prisma, houve redução nos números de roubo de carga e de veículos, em sentido contrário os tiroteios e as mortes em confronto aumentaram 150% (VIEIRA & CASTRO, 2018), em comparação ao mês de agosto do ano de 2017, com o mesmo mês do ano de 2018, durante o decreto. Nesse sentido, especialista do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, Silvia Ramos, em entrevista concedida à Cristina Brasil (2018), do *site* Agência Brasil, relatou que o modelo adotado atualmente pelo governo do estado se assemelha ao empregado em situação de guerra, uma vez que preza mais pelo armamento e confronto direto do que pelas vidas dos moradores de comunidades que convivem com seus efeitos, destacou que

o que nos parece é que a intervenção optou por este modelo bélico que o Rio de Janeiro já conhecia e se aprofundou. Os nossos indicadores são de aumento de 57% no número de tiroteios nesse período e de aumento de mortes provocadas pela polícia de 39%.

É a partir de relatos semelhantes aos expostos que, no prefácio do livro “A síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI”, destacou-se o paradoxo que vivemos com a segurança pública no qual “quanto menos funcionam as práticas e os métodos adotados, mais são privilegiados pelo investimento público e mais são aplicados

pelas autoridades da área, que os repetem acriticamente” (ROLIM, 2006, p. 11).

Isto acontece em virtude de as autoridades suporem conhecerem as causas e as soluções da e para a criminalidade, de tal maneira que os estudos acerca do tema se tornam vazios e inúteis, quando, na verdade, necessita-se de mais pesquisas independentes e empíricas.

Situação análoga ocorre no âmbito da política pública que, há tempos, desumaniza – e demoniza – determinados grupos de indivíduos, catalogando-os como “inimigos” e/ou declarando guerra às circunstâncias nas quais estão inseridos (JAKOBS & MELIÁ, 2015), o que conduz ao mesmo lugar: aumento do armamento bélico estatal, bem como o dos seus “inimigos” e atuação mais truculenta e intolerante da autoridade policial, resultando, assim, nos crescentes números de tiroteios, de mortes, do encarceramento em massa e da falta de capacidade empática.

O medo, quando considerado seu efeito geral sobre grandes grupos, é distinto do sentimento individual de surpresa seguido da apreensão decorrente de um perigo iminente ou atual; trata-se da exteriorização cultural de normas sociais. Não se pode pensar, ademais, que a cultura é formada neutralmente, ou seja, há incontornáveis indícios de que a influência da ideologia em sua construção é crucial (PASTANA, 2003, pp. 15 e 91).

O medo toma lugar especial nos discursos de campanhas políticas que se limitam a julgar a época em que vivemos mais violenta que um passado (PASTANA, 2003, pp. 19 e 95) o qual não se sabe bem a que momento histórico se refere. Basta consignar nos palanques e comícios a alta periculosidade da atualidade, particularmente ameaçada e assolada por uma suposta criminalidade de curva em ascendência constante, autorizando medidas autoritárias como imprescindíveis para sua contenção. Assim, consolidam-se os

posicionamentos e práticas autoritários irrefletidamente, ocasionando uma segurança pública que mais parece privada, interpretando e reproduzindo o imaginário de apenas um bloco social.

A desumanização do suposto autor de um fato e o afastamento da realidade social, portanto, reduzem a capacidade empática, promovem a ignorância acerca de outras formas reais de violência e constituem em terceiros o sentimento de retidão, de forma que seria esta merecedora de dignidade, e o outro, que aparentemente não possui a mesma

idoneidade moral, não deteria a mesma presunção, tendendo a ser demonizado e destituído de um quadro de direitos que deveria a todos abranger. O Estado, portanto, vale-se de suas instituições e aparelhos para responder inescrupulosamente os anseios da sociedade, que na verdade são os do poderio econômico, estereotipando e estigmatizando certos grupos (notadamente, negros, pobres e jovens) para atingir seus próprios fins, desconsiderando qualquer perspectiva substancialmente democrática, mas mantendo-a formalmente (PASTANA, 2003, p. 93 e 94).

4.O cotidiano forense e os conceitos jurídicos indeterminados

Como dito, a doutrina do direito penal do inimigo (JAKOBS & MELIÁ, 2015, pp. 28 e 29). não é bem quista entre os penalistas e processualistas da área criminal. Todavia, não se pode ignorar que o Judiciário se comporta, ainda que não assumidamente, cumprindo seu papel como ator estigmatizante de indivíduos e supressor de suas garantias devido à gravidade do delito (CASARA, 2018, p. 163 a 168). Evidentemente, a Constituição brasileira não admite o afastamento em comento, porém a prática indica que cláusulas abertas são largamente utilizadas para perpetração da violência contra os inimigos do Estado.

Nesse sentido, SEIBEL (2012) evidencia que a falta de critérios objetivos para a distinção de traficantes e usuários, estaria estimulando a prisão de usuários a pretexto de serem traficantes, pois

desde que a atual Lei sobre Drogas (11.343/2006) entrou em vigor, o número de presos por crimes relacionados às drogas no Brasil dobrou. A falta de clareza na lei está levando à prisão milhares

de pessoas que não são traficantes, mas sim usuárias. A maioria desses presos nunca cometeu outros delitos, não sendo criminosos a priori, não tendo relação com o crime assim chamado “organizado” e portavam pequenas quantidades da droga no ato da detenção para seu próprio consumo.

A demasiada discricionariedade do agente policial é viabilizada pelo hiato deixado no dispositivo legal, na medida em que cabe à autoridade policial fazer a primeira interpretação da norma, momento em que irá definir, a partir de suas crenças e princípios, se o sujeito transporta ou retém em sua posse, não exigindo a finalidade de traficância, o entorpecente ilícito, ou se está praticando o elemento subjetivo do tipo presente no artigo 28, Lei n. 11.343 (2006), qual seja a intenção de consumo pessoal de drogas o que, desta forma, determinará quem é usuário e quem é traficante (CARVALHO, 2016).

Nessa toada, como expõe Salo de Carvalho (2016), inobstante o §2º, do artigo 28, da Lei n. 11.343 (2006), determinar que o juiz irá avaliar a situação em concreto, é evidente que o responsável pelo primeiro crivo é a polícia ostensiva e, adiante, corroborada pelo Ministério Público no momento de oferecimento da denúncia e ao longo da persecução penal.

Ocorre que, assim como na Lei de Drogas, o Código de Processo Penal Brasileiro (1941), em seu artigo 312, utiliza-se de conceitos jurídicos indeterminados para a decretação ou não da medida cautelar, notadamente a garantia da ordem pública. É cediço que tal artigo determina os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva do acusado ou investigado, no entanto, o legislador, ao não conceder objetividade aos requisitos, deixou, mais uma vez, uma enorme lacuna, cabendo a doutrina delimitar seu conceito.

Tendo isso em vista, RANGEL (2019, p. 1.241) entende por ordem pública “a paz e a tranquilidade social, que devem existir no seio da comunidade, com todas as pessoas vivendo em perfeita harmonia, sem que haja qualquer

comportamento divorciado do *modus vivendi* em sociedade” e, nesse mesmo sentido, PACELLI (2014, p. 435) afirma que

a prisão para a garantia da ordem pública não se destina a proteger o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei penal. Dirige-se, ao contrário, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não-aprisionamento de autores de crimes que causassem intranquilidade social.

Em que pese tais entendimentos, é imprescindível que o fundamento da garantia da ordem pública seja acompanhado de prova razoável que evidencie o *periculum libertatis* do agente, ou seja, não bastam meras conjecturas pautadas em proteção da própria comunidade (PACELLI, 2014) ou na paz e tranquilidade que permeiam a sociedade, caso contrário, o magistrado estaria ao arrepio da norma constitucional que determina a motivação das decisões judiciais.

5.Os impactos atuais da larga aplicação de conceitos jurídicos indeterminados

O Sistema do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), que substituiu o Infopen, revela que 209.257 presos no Brasil, no período entre janeiro e junho de 2020, são provisórios de um total de 702.069, o que representa 29,81% da população carcerária do país (Departamento Penitenciário Nacional, *Presos em unidades prisionais no Brasil*, p. 3)⁶. Não espanta o referido percentual. Como visto, o entendimento majoritário da doutrina em matéria penal e processual penal, aplica a garantia da ordem pública, considerando-a

fundamento apto para proferimento de um decreto preventivo, mesmo sem qualquer indício concreto de periculosidade do agente.

O elevado número de decretos provisórios, que aponta para a facilidade de emissão de juízos desfavoráveis aos réus ou investigados, desemboca no aumento da taxa de encarceramento cujo ápice foi atingido em 2019 com um aumento de 59,47% em relação ao ano de 2009. O incremento da população carcerária afeta diretamente os direitos dos

custodiados dentro da prisão, eis que indica a probabilidade de superlotação, fato verificado não só em 2019 – cujo déficit de vagas chegou à marca de 312.925, ficando atrás apenas do registro de 2015 (327.417) –, mas é também notado ao longo das últimas duas décadas nas quais o Brasil sempre forneceu menos vagas do que o contingente de presos (Departamento Penitenciário Nacional, *População prisional por ano e População prisional: déficit e vagas*, p. 8 e 10). A própria Corte Constitucional brasileira reconheceu o estado de coisas inconstitucional e a superlotação do sistema carcerário no bojo da ADPF 347 (2015, pp. 4 e 5) em que se encontra o sistema penitenciário nacional, não sendo arrazoado manter centenas de milhares de pessoas presas sem um título condenatório definitivo.

Os tipos penais mais recorrentes, quando se trata dos indivíduos eletronicamente monitorados, são os da Lei de Tóxicos (Lei n. 6.368/76 e Lei 11.343/06), que representam 55,62%, e os crimes contra o patrimônio, notadamente o furto (art. 155 do Código Penal brasileiro) e o roubo (art. 157 do mesmo diploma legal), somando 29,81%. É escandaloso observar que ambos, se adicionados um ao outro, contabilizam 85,43% dos casos. O percentual ainda no que toca aos portadores de tornozeleira eletrônica, mas restrito apenas aos crimes hediondos, segue a mesma ordem de grandeza; o tráfico de drogas contabiliza notáveis 81,21%, a associação para o tráfico⁷, 3,09% e o latrocínio, 0,76%, os quais somados representam 85,06% da população prisional (Departamento Penitenciário Nacional, *População prisional em encarceramento eletrônico: tipificações e População prisional em encarceramento eletrônico: crimes hediondos*, p. 7 e 8).

A razão dos mesmos tipos penais, quais sejam os previstos na lei de drogas e os crimes contra o patrimônio, substancialmente o furto e o roubo, do Código Penal, face aos demais em

relação aos efetivamente encarcerados é de 32,39% e de 38,65%, respectivamente, cuja soma equivale a 71,04%. Ainda que se acrescentem tipos penais e indivíduos, o percentual mantém-se demasiadamente elevado (Departamento Penitenciário Nacional, *Quantidade de incidências por tipo penal*, p. 3).

Os percentuais supra expõem a seletividade penal não só primária, as condutas que a política criminal determina ser convenientes punir, assim como a seletividade secundária, a mobilização das instituições de controle social repressivo do Estado, em especial a polícia, judiciária ou militar, e o próprio Poder Judiciário para atuar sobre as condutas eleitas pelo legislador. Há uma segunda face desta última que pode ser denominada de clientela do sistema penal. É que não basta apenas a criminalização da conduta e o aparelhamento institucional para reprimi-la; o sistema penal possui alvos com características especiais que são determinadas pelos estereótipos, pela rotulagem social. Uma das possíveis perspectivas para a identificação e compreensão de qual grupo social compõe a população carcerária brasileira foi explorada nos itens 2.1 e 2.2 supra.

Nesse sentido, vale consignar, especialmente porque a análise e a revisão bibliográfica também exigem o dado, que não são equitativamente alvos do sistema os variados grupos sociais. Os dados do Departamento Penitenciário Nacional indicam que 66,31% da população carcerária cuja informação sobre autoidentificação da raça é coletada (79,57%) se identificam como pretos ou pardos, dos quais 16,03% correspondem aos primeiros e 50,28%, aos últimos. Em contrapartida, a população que se autoidentifica branca totaliza apenas 32,52%, menos da metade do percentual atinente aos pretos e pardos (Departamento Penitenciário Nacional, *Composição da população por cor/raça no sistema prisional*, p. 4).

A partir das estatísticas apresentadas, é possível afirmar que atualmente a ação penal é direcionada mais duramente aos cidadãos que cometem crimes contra o patrimônio e relacionados com a Lei de Drogas brasileira, infrações penais historicamente atreladas aos grupos sociais menos favorecidos, ao mesmo tempo em que selecionam dentro desse universo preferencialmente os indivíduos cuja

pele possui tom mais escuro. Para esses propósitos, a máquina Judiciária viola, por vezes, frontalmente, direitos e garantias fundamentais do acusado/investigado, revelando-se sobretudo impaciente na consecução de resultados, porque abusa da decretação de prisões cautelares, a qualquer título, ou seja, sequer concebe o desenrolar natural do devido processo.

6. Conclusão

É natural que o segmento social oriundo da população escrava enfrentasse desafios de socialização. Afinal, eram considerados propriedade, não cidadãos (HOLLOWAY, 1997). Aliás, é possível entender, sob essa perspectiva, a ausência de indignação quando da ocorrência de abusos para com marginalizados (CASARA, 2018, p.188; PASTANA, 2003, p. 95). Igualmente, justifica-se à sociedade dita “do asfalto” no jargão popular a interferência contínua e abusiva dos agentes de segurança pública para manutenção da “paz social”, da “tranquilidade” e da “ordem pública”.

Manteve-se, a despeito da Constituição de 1988, a lógica segregacionista, substituindo tão somente a punição devido à insubordinação ao senhor pela inaptidão ao enquadramento à sociedade de consumo. Outrossim, a aplicação da sanção deslocou-se do âmbito privado para o âmbito público. Entretanto, a coisa pública parece ainda não ter desvencilhado seu serviço e seu aparelhamento do Poder, funcionando ainda como instrumento de perpetuação das relações de poder entre o Leviatã e o cidadão. A perda da condição de escravos não parece ter concedido à população pobre o *status* de cidadão.

O medo, neste cenário, exerce um papel fundamental de hegemonia cultural,

propagando o discurso da alta criminalidade, da violência descontrolada e da insegurança geral, que acaba por legitimar o atuar autoritário do Estado e sua aceitação pelas massas. A agenda estatal da segurança pública em geral acaba por perpetuar uma violência do ente que deveria, ou ao menos, poderia buscar suprimi-la. Ao contrário, vê-se como numa compulsão à repetição freudiana o clamor por respostas repressivas e autoritárias no lugar de iniciativas que promovam o debate sobre a violência, bem como o exercício emancipatório e ativo da cidadania na resolução dos conflitos sociais. Nesse sentido, as “propostas políticas apresentadas estão longe da solução, apenas alimentam ainda mais o pânico. Essa é a lógica de se produzir um mecanismo que desvie a atenção do cidadão indefinidamente, ou seja, sempre afirmar o problema e nunca o resolver” (PASTANA, 2003, p. 19).

A prática forense reflete perfeitamente essa lógica, tendo em conta o amplo uso de conceitos jurídicos indeterminados, assim como, já mencionado anteriormente, o uso de tais conceitos pelo Poder Legislativo, justamente nas situações em que demandam uma maior interferência na esfera privada do indivíduo. Em outras palavras, o Judiciário respalda a violência, eis que prevista pelo Direito, quando, na realidade, merecia uma atuação mais contundente deste Poder para

salvaguardar os direitos constitucionais e previstos em tratados internacionais dos cidadãos.

Não à toa os números demonstram serem os negros a esmagadora maioria da população carcerária brasileira e os delitos relacionados a entorpecentes e ao patrimônio estarem entre os mais recorrentes. As prisões cautelares, que somam quase um terço, bem como outras medidas cautelares, pessoais ou de investigação, vastamente deferidas demonstram como os conceitos jurídicos indeterminados promovem a inversão da regra para a exceção, isto é, possibilitam que a exceção – a violação de direitos fundamentais

em prol do interesse de investigar e punir condutas desviantes – se torne corriqueira.

A democracia, de todos, mas especialmente dos marginalizados indesejáveis, é-lhes, assim, negada continuamente por meio de processos de exclusão, precarização e de criminalização. Os mecanismos de dominação são tão efetivos que o senso comum sequer nota o que se passa cotidianamente em frente aos seus olhos, naturalizando a violência e até mesmo justificando-a, de forma que os a imprestabilidade de um indivíduo ao sistema acaba por retirar-lhe a humanidade e, consequentemente, por ele não se chorará, não há de haver um luto coletivo (BUTLER, 2015).

Notas explicativas

1. Tudo indica que o fenômeno de generalização de determinada conduta criminosa acompanha a experiência judiciária atual no que tange ao enquadramento de quase todos os crimes patrimoniais comuns sob a terminologia de assalto/roubo e à capitulação como tráfico de drogas o porte de qualquer substância assim definida a depender das características pessoais do agente passivo da abordagem policial, bem como da caracterização ou não da associação para o tráfico.

2. Os pactos internacionais são o Pacto de San José da Costa Rica (1969), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000.

3. Trecho retirado do artigo: SILVA, Douglas Rodrigues da. *A falácia da Política de Guerra às Drogas*, 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-falacia-da-politica-de-guerra-as-drogas/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

4. *idem*.

5. Aqui utiliza-se o conceito de guerra presente no parágrafo anterior.

6. Neste numerário, não estão contabilizados os que por qualquer motivo estão sendo eletronicamente monitorados. De um total de 51.897 portadores de tornozeleira eletrônica (7,39% da população total sob a custódia penal), 14.167 são provisórios, representando 27,29%.

7. Embora legalmente o tipo penal do art. 35 da Lei n. 11.343/06, a associação para o tráfico, não seja elencada como crime hediondo, Lei n. 8.072/90, sequer podendo ser equiparado por analogia ante as melhores regras de interpretação e integração da lei penal, o Departamento Penitenciário Nacional assim o fez. De todo modo, consideramos o tipo mencionado devido à adequação ao argumento sem comprometimento da fidedignidade da informação.

- ADPF 347 (2015). Medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 do Distrito Federal para determinar realização de audiência de custódia, julgada em 09/09/2015, pp. 4 e 5. Recuperado em 20 novembro, 2020, de <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>
- BATTIBUGLI, T. (2006). *Segurança pública e cultura policial paulista (1946-1964)*. In KOERNER, Andrei (Org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises* (pp. 83 a 106). São Paulo: IBCCRIM.
- BIGHETTI, J. V. de S. (2018). *A intervenção federal no Rio de Janeiro*. Recuperado em 22 novembro, 2020, de <https://jus.com.br/artigos/69394/a-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro>
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo* (1998). Rio de Janeiro: Vozes
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (1988). Brasília, Recuperado em 15 novembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL, C. Í. do. *Intervenção Federal do Rio manteve “modelo de guerra”, diz professora* (2018). Recuperado em 29 novembro, 2020, de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/intervencao-federal-no-rio-manteve-modelo-de-guerra-diz-professora>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Composição da população por cor/raça no sistema prisional*, p. 4. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYzg4NTRjNzYtZDcxZi00ZTNkLWI1M2YtZGIzNzk3ODg0OTllIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional: déficit e vagas*, p. 10. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional em monitoramento eletrônico*, p. 2. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTUwM2JlZGMtZGY1MS00ZWJlLTlhNjgtYTM5MjVhZmZkOTBiIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJiOGRhNmJmZThlMSJ9>
- BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional em encarceramento eletrônico: crimes hediondos*, p. 8. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTUwM2JlZGMtZGY1MS00ZWJlLTlhNjgtYTM5MjVhZmZkOTBiIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTJiOGRhNmJmZThlMSJ9>

[JILThNjgtYTM5MjVmZTkzOTBiliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTUwM2JIZGMtZGY1MS00ZWJLTlRhNjgtYTM5MjVmZTkzOTBiliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9)

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional em encarceramento eletrônico: tipificações*, p. 7. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNTUwM2JIZGMtZGY1MS00ZWJLTlRhNjgtYTM5MjVmZTkzOTBiliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *População prisional por ano*, p. 8. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Presos em unidades prisionais no Brasil*, p. 3. Recuperado em 24 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMjU3Y2RjNjctODQzMj00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Quantidade de incidências por tipo penal*, p. 3. Recuperado em 25 novembro, 2020, de <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojMTVMWWRiOWYtNDVhNi00N2NhLTk1MGEtM2FiYjJmMmlwMDNmIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>

BUTLER, J (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

CARVALHO, S. de (2016). *A política Criminal de Drogas no Brasil*. 8. ed. - São Paulo: Saraiva.

CARVALHO, S. de (2013). *Política de Drogas: Mudanças e Paradigmas* (Nas Trincheiras de uma Política Criminal com Derramamento de Sangue: Depoimentos Sobre os Danos Diretos e Colaterais Provocados pela Guerra às Drogas). R. EMERJ, Rio de Janeiro, v.16, n. 63 (edição Especial), p. 46-69, out. - dez., 2013.

CASARA, R. R. R (2018). *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CLAUSEWITZ, C. V. (2010). *Da Guerra*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

CROUCH, Colin. *Post-démocratie*. Zurique: Diaphane, 2013

Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (1941). Institui o Código de Processo Penal. Brasília. Recuperado em 11 dezembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm

- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- Força Pública (1963). *Regulamento disciplinar*. São Paulo: Quartel General Tipografia.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia de Letras, 1995
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e Resistência*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.
- JAKOBS, Günther. *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. 6^a ed., 2^a tiragem. (Org.) e trad. André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015
- Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006* (2006). Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, Recuperado em 15 novembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm#view
- MACCOY, C (1986). The Cop's World: Modern Policing and the difficulty of legitimizing the use of force. *Human Rights Quarterly*. v. 8. n. 2, pp. 276 a 281.
- PACELLI, E. (2014). *Curso de Processo Penal*. 18^a ed. São Paulo: Atlas. p. 435.
- PASTANA, D. R. (2003). *Cultura do medo: Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil*. São Paulo: Método.
- RANGEL, P. (2019). *Direito Processual Penal*. 27. ed. São Paulo: Atlas.
- ROLIM, M. (2006). *A síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Center for Brazilian Studies, 2006
- ROSEMBERG, A. (2006). *Os limites do policiamento em São Paulo nas Décadas de 1870 e 1880 – Corpo Policial Permanente entre a cruz e a caldeirinha*. In KOERNER, Andrei (org.). História da justiça penal no Brasil: pesquisa e análises (pp. 39 a 57). São Paulo: IBCCRIM
- SILVA, Douglas Rodrigues da. *A falácia da Política de Guerra às Drogas*, 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-falacia-da-politica-de-guerra-as-drogas/>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- SEIBEL, S. (2012). A lei 11.343/2006 e o impacto na saúde pública. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. v. 239, n.1, pp. 13-15. Recuperado em 27 novembro, 2020 de <https://www.conjur.com.br/dl/boletim-drogas-ibccrim.pdf>.

- SOARES, F. V. (1997). *A segurança pública no Rio de Janeiro: a via rousseauiana de Brizola (1983/1987) e a via hobbesiana de Moreira (1987/1991)*. In PASSET, Edson e SILVA, R. B. D. da (Org). *Conevenções abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva* (pp. 97 a 105). São Paulo: IBCCRIM.
- SOUZA, L. A. F. de. (2006). *Polícia, poder de polícia e criminalidade numa perspectiva histórica*. In KOERNER, Andrei (Org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises* (pp. 39 a 57). São Paulo: IBCCRIM.
- URICOECHEA, F. (1978). *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel.
- VIEIRA, D. e CASTRO, N. (2018). *Intervenção federal no RJ completa sete meses com aumento de tiroteios e mortes em confrontos*. Recuperado em 28 novembro, 2018, de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/17/intervencao-federal-no-rj-completa-sete-meses-com-aumento-de-tiroteios-e-mortes-em-confrontos.ghtml>
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento das ciências sociais. In COHM, Gabriel (Org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1989.

A proposta de universalismo das Nações Unidas e a efetivação de Direitos Humanos no cenário mundial transnacional

The United Nations proposal for universalism and the effectiveness of human rights in the transnational world scenario

Regiane Nistler

Universidade Estácio de Sá (UNESA), Rio de Janeiro

regianenistler@outlook.com

Jéssica Cindy Kempfer

Faculdade Meridional (IMED), Campus de Passo Fundo/RS

jessicakempfer@gmail.com

Caroline Bresolin Maia Cadore

Universidade de Coimbra

carolbresolinm@gmail.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 15/01/2021

Data de Aprovação: 14/04/2021

Resumo

O estudo em tela tem como objetivo geral apontar o aparente fracasso do universalismo das Nações Unidas (ONU) no que tange a efetivação de direitos humanos e a ascensão de novos atores nessa missão. Diante disso, a pesquisa foi dividida em três seções que, inclusive, evidenciam os seus objetivos específicos: (1) tecer breves considerações sobre direitos humanos e o universalismo das Nações Unidas; (2) estudar a globalização e suas consequências, especialmente o surgimento do transnacionalismo e atores transnacionais como empresas e Organizações Não-Governamentais (ONG's); e (3) analisar a efetivação dos direitos humanos no cenário transnacional. A título de considerações finais o trabalho dá ênfase especialmente pelos casos estudados, quanto a atuação destacada de atores transnacionais no que tange a efetivação de direitos humanos. O método utilizado foi o indutivo e a técnica de pesquisa escolhida foi a bibliográfica.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Universalismo; ONU; Globalização; Transnacionalismo.

Abstract

The study on screen has the general objective of pointing out the apparent failure of the United Nations (UN) universalism in terms of the realization of human rights and the rise of new actors in this mission. In view of this, the research was divided into three sections that even highlight its specific objectives: (1) to make brief considerations about human rights and the universalism of the United Nations; (2) to study globalization and its consequences, especially the emergence of transnationalism and transnational actors such as companies and Non-Governmental Organizations (NGOs); and (3) to analyze the realization of human rights in the transnational scenario. As final considerations, the work emphasizes, especially for the cases studied, regarding the outstanding performance of transnational actors with regard to the realization of human rights. The method used was inductive and the chosen research technique was bibliographic.

Keywords: Human rights; Universalism; UN; Globalization; Transnationalism.

1.Introdução

O trabalho em apreço tem como objetivo geral apontar o aparente fracasso do universalismo das Nações Unidas (ONU), também chamado de universalismo onusiano, no que tange a efetivação de direitos humanos. Para tanto, estabelece a seguinte problemática: o trôpego universalismo do sistema internacional de proteção dos direitos humanos tem sucesso na efetivação dos respectivos direitos no cenário transnacional?

Enquanto hipótese estabelece o seguinte: supõe-se que o sistema tradicional de proteção de direitos humanos, mesmo com tanta catalogação de direitos, campanhas na busca de proteção, adesão de Estados, entre outros feitos, mostra-se no mínimo insuficiente para efetivar direitos humanos, especialmente ao ser comparado com a atuação destacada dos atores que surgem no atual cenário transnacional, notadamente empresas transnacionais e Organizações Não-Governamentais (ONG's), normalmente mantidas com recursos privados das primeiras.

Diante disso, a pesquisa foi dividida em três seções que, inclusive, evidenciam os seus objetivos específicos, sendo a primeira para estudar os direitos humanos, com uma tentativa de conceito e demonstração de sua

relevância, bem como fazer apontamentos acerca do universalismo das Nações Unidas.

A segunda seção foi criada para abordar a globalização e seu fenômeno consequentemente, qual seja, o transnacionalismo. A partir dele tratar dos atores transnacionais, especialmente empresas e Organizações Não-Governamentais (ONG's), sendo estas últimas na maioria das vezes mantidas com recursos privados das primeiras.

E, por fim, estendendo a narrativa iniciada na seção dois, buscarei na terceira demonstrar através de casos concreto, a importância e exitosa atuação das empresas transnacionais no que tange a efetivação de direitos humanos, especialmente pelas suas atitudes *in loco*, pela desburocratização do setor privado e, claro, pelos recursos vultosos que este possui.

A título de adendo importante consignar que este trabalho não ignora casos escancarados de violação aos direitos humanos por atores transnacionais, especialmente grandes empresas, mas este ensaio propõe uma visão positiva, com demonstração através de casos concretos, quanto a importância da atuação e investimento das mesmas em matéria de efetivação de direitos humanos.

60

2.Direitos humanos e o universalismo das Nações Unidas

Os direitos humanos são, na verdade, difíceis de serem conceituados e isso acontece, narra Lynn Hunt (2009, p. 22-23), porque sua definição é a sua própria existência, dependendo tanto da razão, quanto e muito da emoção. Isso porque sabe-se que é um direito humano que está em questão em determinado

cenário quando há sentimento de horror pela sua violação.

Após a Segunda Guerra Mundial, relevantes fatores contribuíram para que se fortalecesse o processo de internacionalização dos direitos humanos. Dentre

eles, um dos mais importantes foi a maciça expansão de organizações internacionais com propósitos de cooperação internacional (PIOVESAN, 2015, p. 204).

O nascimento da ONU, juntamente com suas agências especializadas (programas e fundos), como organizações internacionais, marca o surgimento de uma nova ordem internacional, que instaura um novo modelo de conduta nas relações internacionais, com preocupações, num plano teórico, que incluem a manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento de relações internacionais amistosas entre os Estados, a adoção de um padrão internacional de saúde, a proteção ao meio ambiente, a criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos Direitos Humanos (PIOVESAN, 2015, p. 204).

A Organização das Nações Unidas, criada pela Carta da ONU, datada em 26 de junho de 1945, contou inicialmente com cinquenta e um Estados, incluindo o Brasil (hoje conta com 193 países membros), sendo estabelecida sua sede em Nova York. Ela teve como fundamento a necessidade de preservar as futuras gerações do "flagelo da guerra", conforme se verifica logo no preâmbulo da Carta, devendo assim, estar envolvida em todas as grandes crises existentes no âmbito da sociedade internacional (GUERRA, 2016, p. 107).

Além disso, a Carta da organização das Nações Unidas estabelece como propósitos principais a manutenção da paz e a segurança internacional; fomentar as relações amistosas entre as nações baseadas no respeito e na igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; cooperar na resolução de problemas internacionais de caráter econômico, cultural e humanitário; estimular o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (GUERRA, 2016, p. 108).

Pois bem, acerca do universalismo onusiano, este estudo visa dar ênfase a algumas críticas existentes sobre o instituto, e embora isto seja feito ao longo de todo o texto, desenvolve esta seção para demonstrar por meio de aportes teóricos as razões que motivam as críticas ao sistema.

O processo de internacionalização evidencia a formalização do universalismo dos direitos humanos e a tentativa de proteção global desses direitos, como é possível perceber no título, no preâmbulo e nos textos de vários dos documentos internacionais de proteção dos direitos humanos e da proposta dos sistemas regionais de proteção (europeu, americano e africano). Portanto, antes de adentrar às críticas propriamente ditas, algumas considerações acerca do instituto do universalismo se mostram necessárias para melhor compreensão do tema.

O critério universalista contribui para o fato de serem os direitos humanos, nos dias atuais, uma mentira. Isso porque, para o autor, que faz afirmação extrema, embora os direitos humanos, no sistema universal sejam declarados em nome do homem universal, o sistema evidencia um processo de associação institucional pelos Estados e por consequência possível adesão pelos cidadãos que ostentam sua nacionalidade, o que demonstra um processo formal que não traz qualquer registro de concretização do suposto universalismo em razão desse expediente (DOUZINAS, 2009, p. 99).

O ponto é que apesar dos processos de revolução terem representado a passagem dos direitos naturais para humanos, dando início ao período histórico da Modernidade, assim como o processo de internacionalização dos direitos humanos ter representado um marco no que tange a promoção da paz mundial, por ocasião do pós-guerra e até mesmo a positivação de tantos direitos dessa natureza, fixou claramente, em especial este último, a ideia

fortalecida do nacionalismo e por conseguinte a cidadania dos indivíduos, que neste contexto representa uma nítida forma de exclusão.

O autor Sidney Guerra (2016, p. 186) destaca que ao partir de um ponto de vista particular, que envolve a comunidade, a doutrina concebe uma série de críticas à concepção universalista dos direitos humanos, por exemplo, que a noção de direitos humanos vai de encontro à noção de obrigações proclamados por muitos povos; o conceito de direitos humanos leva em consideração uma visão antropocêntrica do mundo, que não é compartilhada por todas as culturas; o cunho ocidental da visão dos direitos humanos, que pretende ser geral e imperialista; a falta de adesão formal por parte de muitos Estados aos tratados de direitos humanos ou a falta de políticas com efetivo comprometimento com tais direitos, são indicativos da impossibilidade do universalismo.

Na doutrina de Boaventura (2003) o universalismo onusiano é criticado por representar um localismo globalizado, que demonstra um movimento no qual um evento local é globalizado com êxito. Para o autor, o universalismo declarado é de valor exclusivamente ocidental e representa um choque de civilizações, pois é imposto de cima para baixo.

Além disso, ensina Herrera Flores (2009, p. 86), que não se deve entender os direitos humanos ou qualquer outra temática, enquanto objeto de investigação, de uma forma isolada e por um critério absoluto, mas sempre considerando o restante dos pressupostos e fenômenos que se verificam na sociedade.

Inclusive, por esse e outros motivos acima expostos, esta pesquisa critica o *pseudo* sistema universal e faz adesão a uma concepção integral de direitos humanos. O que se defende é uma abordagem que supere o excesso de formalidade e ao mesmo tempo o

formato simplista do registro de direitos humanos intitulados e classificados.

Nesse sentido, novamente é a doutrina de Herrera Flores (2009, p. 84-85), que ao tratar de uma concepção integral de direitos humanos, aduz que respectivos direitos devem observar, considerar e concretizar o que ele chama de (a) integridade corporal; (b) satisfação das necessidades e (c) reconhecimento à diferença.

Ou seja, a condição humana e tão somente ela implica de plano na titularidade de direitos humanos, sendo que esses direitos devem ser concretos a ponto de atender as necessidades específicas dos indivíduos que ostentam culturas diversas e diferenças, embora a mesma condição de humanidade. Não se fala aqui em mais e mais direitos, ao revés, são os mesmos direitos acima mencionados, mas para aqueles que possuem a essência humana.

Por oportuno, é válido dissertar, utilizando os ensinamentos de Staffen (2016, p. 178-208) que não se está aqui, a defender a tese de afastamento do ente estatal e das instituições clássicas de Direito Internacional no que tange as suas responsabilidades para com os direitos humanos.

O que se defende é uma postura não ingênua que não se restringe na ideia de que os Estados são providos de capacidade exclusiva e vontade quando o assunto é efetivação de direitos humanos, seja pela herança histórica, seja pela fragilidade da sua figura e da sua atuação diante das mudanças trazidas pela globalização (STAFFEN, 2016, p. 178-208).

Em síntese, pretende-se desenhar “um novo nível de sustentação para o sistema de freios e contrapesos, situado nos espaços globais, envolvendo os agentes globais com o desiderato de satisfação dos direitos humanos em outros níveis”. (STAFFEN, 2016, p. 178-208).

Assim, realizadas as considerações acerca dos direitos humanos que se entendem necessárias para a fundamentação desse estudo, a seção a seguir trata do conteúdo introduzido pelos parágrafos anteriores, qual

seja, as transformações suportadas pelo mundo em razão do fenômeno da globalização e do transnacionalismo, bem como o impacto disso na temática direitos humanos num plano de efetivação.

3. Globalização e uma de suas principais consequências: o Transnacionalismo

Globalização continua sendo o melhor termo para representar as profundas mudanças ocorridas em nível mundial e global, acirradas, principalmente, após o fim da disputa ideológica entre capitalismo e socialismo, simbolizada pela queda do muro de Berlim que precipitou a globalização econômica e a hegemonia capitalista, bem como a grave crise financeira global que teve de ser enfrentada como seu subproduto (CRUZ, 2011, p. 105).

Nesse caminho Held e McGrew (2002, p. 12) explicam o seguinte:

[...] o conceito de Globalização denota muito mais do que a ampliação de relações e atividades sociais atravessando regiões e fronteiras. É que ele sugere uma magnitude ou intensidade crescente de fluxos globais, de tal monta que os Estados e sociedades ficam cada vez mais enredados em sistemas mundiais e redes de interação. Em consequência disso, ocorrências e fenômenos distantes podem passar a ter sérios impactos internos, enquanto os acontecimentos locais podem gerar repercussões globais de peso. Em outras palavras, a Globalização representa uma mudança significativa no alcance espacial da ação e da organização

sociais, que passa para uma escala inter-regional ou intercontinental.

Enquanto isso, para Cassese (2002, p. 25), a Globalização consiste em desenvolvimento de redes de produção internacionais, dispersão de unidades produtivas em diferentes países, fragmentação e flexibilidade do processo de produção, interpenetração de mercados, instantaneidade dos fluxos financeiros e informativos, modificação dos tipos de riqueza e trabalho e padronização universal dos meios de negociação.

Em que pese seja um fenômeno não concluído, como leciona Habermas (2001, p. 84), a globalização tem alterado o modo de vida das pessoas, intensificando as relações de troca, de comunicação, e de trânsito, para além das fronteiras nacionais, a expansão massificada das telecomunicações, turismo, cultura, com reflexos no ecossistema e nas relações das organizações governamentais e não governamentais, caracterizada por profunda concepção hegemônica do capital, de ideologia neoliberal.

Ainda, para Clark, assim como para Paul Hirst (1996), para Andrew Hurrell (1995) e Saskia Sassen (1998), os Estados e os governos – de modo todo particular os governos das grandes potências – não são testemunhas passivas da globalização: eles são, pelo contrário, quem a promove e a difunde, recorrendo quando é

necessário, também ao uso da força. Contra a tese sustentada por Ulrich Beck, da irreversível passagem à segunda modernidade – em âmbito civil, econômico, técnico-comunicativo, ecológico – a globalização é pensada por esses autores como um processo histórico, descontínuo e conflitual, a par de qualquer outro processo histórico (ZOLO, 2010, p. 17-18).

E um desses acontecimentos é o transnacionalismo, que, além de nascer do cenário contemporâneo, segundo Stelzer (2011, p. 21), insere-se no contexto da globalização e liga-se fortemente à concepção do transpasse estatal, enquanto globalização remete à ideia de conjunto, de globo, enfim, o mundo sintetizado como único; transnacionalização está atada à referência do Estado permeável, mas tem na figura estatal a referência do ente em declínio.

É o “mundo novo”, que precisa ser explorado no espaço limítrofe entre o Estado e as sociedades nacionais (Beck, 1999, p. 190), sendo que são desafios de um mundo globalizado e nos ensinamentos de Oliviero e Cruz (2016, p. 2012):

[...] pressupõe novas relações de interdependência, novas necessidades, problemas e desafios igualmente novos. Pressupõe ainda novas ferramentas capazes de fazer frente aos seus atuais desafios. Esse novo projeto de civilização provavelmente passará pela reabilitação do político, do jurídico, do social e do cultural contra a hegemonia da razão econômica. Isso implica uma redefinição ou, mais exatamente, um redescobrimento do bem comum, de um saber existir juntos e de um novo sentido para a aventura de viver.

Assim, a Globalização se trata de um fenômeno que nas lições de Habermas (2001, p. 84) “é um processo e não um estado final” está reestruturando o modo como os indivíduos vivem e, de maneira bastante indelével, está causando impacto nas tradicionais estruturas que até então estavam postas na sociedade. Consequentemente, os reflexos de toda essa miscelânea acabam servindo como base de sustentação para o surgimento de outros fenômenos, influenciando a vida cotidiana tanto quanto eventos que ocorrem numa escala em nível global.

E um desses acontecimentos é o Transnacionalismo, que, além de nascer do contexto contemporâneo, segundo Stelzer, insere-se no contexto da Globalização e liga-se fortemente à concepção do transpasse estatal, enquanto Globalização remete à ideia de conjunto, de globo, enfim, o mundo sintetizado como único; transnacionalização está atada à referência do Estado permeável, mas tem na figura estatal a referência do ente em declínio (STELZER, 2011, p. 21).

[...] representa o novo contexto mundial, surgido principalmente a partir da intensificação das operações de natureza econômico-comercial no período do pós-guerra, caracterizado – especialmente – pela desterritorialização, expansão capitalista, enfraquecimento da soberania e emergência de ordenamento jurídico gerado à margem do monopólio estatal.

Ou seja, é desse “mundo novo” que nasce a ideia de Transnacionalismo, que tem sido objeto de inúmeros escritos e debates jurídicos, em especial, por ser um fenômeno em construção, o que será tratado minuciosamente a seguir.

O prefixo “*trans*” trata da capacidade não apenas da justaposição de instituições ou da superação/transposição de espaços territoriais, mas a possibilidade da emergência de novas instituições multidimensionais, objetivando a produção de respostas mais satisfatórias aos fenômenos globais contemporâneos (CRUZ; BODNAR, 2011, p. 55-71). Dessa forma, a expressão latina “*trans*” significaria algo que vai “além de” ou “para além de”, a fim de evidenciar a superação de um *locus* determinado, que indicaria que são perpassadas diversas categorias unitárias, num constante fenômeno de desconstrução e construção de significados.

Ainda, Philip Jessup (1965, p. 11), há muito, mais precisamente em 1956, abordou o tema, ao trazer a expressão “Direito Transnacional” referindo-se ao emaranhado de regras de cunho jurídico aplicáveis às relações sociais que comportam um elemento de “estranheidade”, como será exposto a seguir em tópico específico criado para o Direito Transnacional (JESSUP, 1965).

Outrossim, adverte Philip Jessup (1965, p. 11), que o termo “internacional” para se referir aos Estados e suas relações é bastante enganador, pois, não obstante passar a ideia de entrelaçamento entre Estados sugere, por outro lado, a preocupação apenas com as relações que se dão entre uma nação [ou Estado] com outras nações [ou Estados], sendo que se tem necessidade de uma reflexão para além das fronteiras, logo, uma dimensão transnacional.

O território transnacional não é nem um nem outro e é um e outro, posto que se situa na fronteira transpassada, na borda permeável do Estado. Com isso, por ser fugidia, borda também não é, pois, fronteira delimita e a permeabilidade traz consigo apenas o imaginário, o limite virtual. Aquilo que é transpassável não contém, está lá e cá (STELZER, 2011, p. 25-27).

Logo, a característica da desterritorialidade sinaliza que o espaço transnacional que ela cria não se confunde com o território exclusivamente estatal, também não pode ser confundido com o espaço que liga dois ou mais espaços estatais (como nas relações internacionais e supranacionais), “não é nem um nem outro e é um e outro, posto que se situa na fronteira transpassada, na borda permeável do Estado”, destaca Stelzer (2011, p. 25).

Outrossim, é possível dizer que desterritorialização representa um nível superior de integração onde as fronteiras desaparecem. Momento em que se supera o conceito fronteiro de Estado-nação. Assim, ao tratar de relações transnacionais, se está a relacionar com o que é do Estado, com o que se relaciona entre os Estados e o que está além do Estado. Desta forma, questões ou problemáticas que antes eram tratadas em nível singular (estatal), passam a ser tratadas de forma plural (DEMARCHI, 2012, p. 114-115).

Adiante, outra característica relevante é o enfraquecimento do Estado soberano, motivo pelo qual Cruz (2011, p. 97) afirma que a soberania, um dos paradigmas do Estado Constitucional Moderno que convertia o poder estatal num poder supremo, exclusivo, irresistível e substantivo, único senhor criador de normas e detentor do monopólio do poder de coerção física legítima dentro de seu território, ao tempo que único interlocutor autorizado a falar com o exterior, está se desmanchando, o que faz afundar os alicerces sobre os quais se sustentava a teoria clássica do Estado Constitucional Moderno.

O autor Manuel Castells (1999, p. 164) define o surgimento de um novo tipo de Estado, que não elimina o estado nacional, mas o redefine, sendo que o Estado, por ele denominado, é chamado de “Estado-rede” que se caracteriza por compartilhar a autoridade [ou seja, a

capacidade institucional de impor uma decisão] através de uma série de instituições. Uma rede, por definição, não tem centro e sim nós, de diferentes dimensões e com relações intermodais que são frequentemente assimétricas.

Enfim, todos os nós são necessários para a existência da rede. Assim, o Estado-nação se articula cotidianamente na tomada de decisões com instituições supranacionais de distintos tipos e em distintos âmbitos. Nesta rede funcional instituições regionais e locais inclusive que contam com a participação de organizações não governamentais (1.999, p. 164).

Além disso, a ultravalorização do capitalismo ou do dinheiro também se mostra como uma das características do transnacionalismo, que para Cazzaro utilizando-se os ensinamentos de Stelzer (2011, p. 28) foi a queda do bloco soviético quem fomentou as condições ideais para que o espírito capitalista assumisse, de uma vez por todas, as rédeas do passo mundial. A partir de então, a busca do lucro tornou-se o espírito vetor e definiu as interações tanto no plano interno quanto no plano externo e o mundo tomou visos globalizantes em proporções até então nunca vistas (CAZZARO, 2015, p. 171-172).

Isso porque no cenário transnacional, decorrente da globalização e repleto de relações comerciais na busca incessante por lucro, o mercado visa se utilizar de rotas e ferramentas que não sejam barradas nas fronteiras tradicionais da normatização interna dos países (STELZER, p. 31).

Outrossim no transnacionalismo estão inseridas demandas que são de natureza individual, coletiva e até mesmo difusa simultaneamente, inclusive, intituladas de transindividuais. São, por conseguinte, transfronteiriças, uma vez que a proteção delas não acontece no interior das fronteiras

nacionais de cada Estado. Logo, não interessam apenas a um ou poucos, mas a diversos, a uma coletividade que se encontra entrelaçada nesse novo cenário mundial (CAZZARO, 2015, p. 177).

Neste cenário surge o que se intitula por atores transnacionais, sendo imprescindível destacar que para que surjam esses atores é necessário que o sistema ostente diversos centros de autoridade política, à medida que se os Estados fossem integralmente autárquicos, ou seja, obtivessem total centralidade política e se as demandas internacionais fossem geridas apenas por funcionários estatais, não haveria atores transnacionais (KRASNER, 1995, p. 258).

Ator transnacional significa quaisquer expedientes ou relações na esfera transnacional, sendo que nos dias de hoje o mundo é palco de vários atores diferentes, que são simultaneamente desiguais e interdependentes. O velho ator era, principalmente, o Estado-Nação, que continua existindo, como bem frisado nesta pesquisa, mas com novo papel (SANTOS, 2015, p. 173).

A expressão “atores transnacionais”, nessa pesquisa, é utilizada para fazer referência a instituições, especialmente empresas transnacionais e organizações não-governamentais (ONG's), que em certa medida têm assumido posturas que até então eram vistas e esperadas do Estado, além da eficiência demonstrada com respectivas competências, ainda que assumidas num plano informal.

Nos ensinamentos de Ianni (1995, p. 135), as empresas transnacionais, sem prejuízo de outras corporações e conglomerados intitulados como multinacionais, mundiais, globais ou planetários, são responsáveis pela formação, funcionamento e transformação do que se poderia chamar de *shopping center* global, espalhando-se por países e continentes,

sendo que isso pode ser analisado como um enorme caleidoscópico arsenal de mercadorias, originárias de uma fábrica múltipla e monumental, organizada por alguns e dispersa por todo o mundo.

As Organizações Não Governamentais (ONG's) talvez sejam as entidades que melhor indicam o “caos sistêmico” ou a desordem sócio espacial resultado da tensão de territorialidade que se verifica, até porque em torno delas é que o fenômeno rede, fundamental no desordenamento do espaço contemporâneo, conquista sua maior legitimidade. Afinal, as ONG's não só contribuem para debilitar o Estado-nação na sua concepção “*Westphaliana*”, como, ao mesmo tempo,

colocam novos desafios aos movimentos sociais (COSTA, PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 69).

Diante do exposto, e em atenção ao objeto desta pesquisa, a seção seguinte este estudo se debruça em casos reais de atuação de empresas transnacionais e organizações não-governamentais (ONG's), que demonstram a efetivação de direitos humanos na seara global. Isso porque, referidos atores, por expedientes próprios e informais agem de forma competente na concretização de direitos elementares e questionam as bases de clássicas do sistema internacional de direitos humanos e seu discurso universalista.

4.A efetivação dos direitos humanos no cenário transnacional

67

O indiano Parag Khanna (2011, p. 123) é incisivo ao afirmar que “problemas transnacionais precisam de soluções transnacionais, não de resoluções da ONU”. Isso porque, critica o autor, a heterogênea mistura de comitês e agências da ONU que lidam, principalmente, mas não somente, com ameaças transnacionais que se referem ao terrorismo, ao crime organizado, a proliferação de armas nucleares e ao tráfico de drogas, por exemplo, atuam como se essas demandas compusessem um conjunto único de soluções e não se trata disso (KHANNA, 2011, p. 123-124).

Contudo, embora este estudo faça adesão a estes argumentos, assim como à declaração de Karen Tse, fundadora da organização sem fins lucrativos *International Bridges of Justice* (IBJ), de que “ninguém protege direitos humanos com relatórios. Os últimos sessenta anos foram consumidos com declarações; é hora de agir” (KHANNA, 2011, p. 141), não desconsidera a

importância da construção do sistema internacional de proteção dos direitos humanos, tanto pelas suas instituições quanto pelos documentos internacionais e por isso os mencionou na seção anterior.

Todavia, os sinais de colapso na efetivação de direitos humanos pelos expedientes formais clássicos, em especial o sistema internacional, têm evidenciado um novo cenário, que tem como pano de fundo as consequências da globalização acima referidas.

O que se percebe são atores transnacionais fazendo o trabalho de efetivar direitos humanos com muita competência e destaque, mesmo utilizando seus meios informais de atuação, e, por vezes, com algum interesse econômico por trás disso, uma vez que consideram o óbvio: uma sociedade que possui direitos elementares garantidos, é menos desigual, produz mais e consome muito mais.

Pois bem, em atenção aos casos reais, convém lembrar que em 2009, quando a política dos EUA finalmente mudou, fazendo com que grupos de ajuda comprassem de vendedores próximos, a *International Relief and Development* (IRD) celebrou parceria com empresas do ramo alimentício da Indonésia para aumentar sua produção de arroz, macarrão oriental com ovos e biscoitos de trigo, além de melhorar sua logística para levar os produtos por todo território nacional, programa reproduzido no Camboja, ao Níger e no Sri Lanka (KHANNA, 2011, p. 184).

A IRD chega a construir pequenas vias secundárias no Iraque e no Afeganistão para auxiliar o retorno dos negócios agrícolas. Com o apoio do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, no intuito de subsidiar sacos de fertilizante por um terço do valor de mercado, o Malawi passou das baixas colheitas e da fome de 2005 para a produção de mais de 3 bilhões de toneladas de milho no ano de 2007, comercializando o restante para o Programa Alimentar Mundial (KHANNA, 2011, p. 184).

A Fundação Gates não só pagou a bem-sucedida Aliança Global para Vacinas e Imunizações dez anos atrás, como há pouco tempo, bancou o *Institute for One World Health*, a primeira companhia farmacêutica sem fins rentáveis, dedicado a saúde e a pesquisa de vacinas para os pobres, gastando mais nos últimos dez anos com pesquisas sobre doenças negligenciadas do que todos os governos do mundo juntos. Ainda, a Fundação criou o *Global Health Program*, que nasceu com o objetivo de combater a poliomielite, fornecer suporte à pesquisa de HIV/AIDS e promover e distribuir vacinas para crianças (KOTLER, LEE, 2010, p. 257-258).

A Pratham, uma ONG indiana, foi a procura do que motiva o fato de a maioria das crianças classificadas como alfabetizadas não saberem ler o próprio idioma. Hoje, a Pratham é dona

das campanhas educacionais mais conhecidas do país, e intitula seu programa em seu site oficial como “A jornada que começou a eliminar o ciclo da pobreza erradicando o analfabetismo da Índia”. (KHANNA, 2011, p. 189)

Compreendendo a raiz do problema e começando lá

Pratham percebeu que o primeiro passo para alcançar a educação primária universal é alcançar a educação pré-escolar universal, e trabalhou para este objetivo através do Balwadi (pré-escolar) do programa. Começou por fornecer educação pré-escolar para crianças nas favelas de Mumbai, como dito. Logo, o Pratham Balwadis foi multiplicado e este modelo bem-sucedido restou adotado em outros estados em toda a nação. A instituição é autora do “Aprenda a ler” - o programa que demonstrou que a aprendizagem pode ser melhorada num curto intervalo de tempo e a um baixo custo. Em 2008, Pratham associou-se com o Sr. Sudesh Arora para a formação específica da indústria que deu origem ao - Pratham Arora Centro de Educação (PACE). A PACE introduziu cursos específicos para a indústria de serviços de hospitalidade, construção, automação e assistência ao leito. O programa Educação para a Educação (EFE) foi desenvolvido para voluntários para ensinar na campanha Read India, com o objetivo de fortalecer a capacidade de voluntariado. (KHANNA, 2011, p. 189)

Iniciando as conclusões o ponto nevrálgico é a importância de falar da globalização e suas consequências em relação a essas questões, pois como destaca Arnaud (2007, p. 214), deve haver uma implementação dos direitos humanos “tanto por baixo quanto por cima, do nível local ao nível global”.

O italiano Stefano Rodotà (2015, p. 06-07) destaca que o homem abstrato se torna um homem concreto, não mais em um Estado de Direito, mas sim em espaços de direitos, nos quais a soberania inerente aos Estados passa a

ser ostentada pelos próprios homens, o que precisa ser considerado quando a pauta é efetivação dos direitos humanos. Isso ocorre, narra o autor, porque as bases legitimadoras da participação, da informação e da transparência foram alteradas. Inclusive, basta verificar os últimos acontecimentos pelo mundo que evidenciam práticas de direitos, bem como requerimentos de efetivação de direitos diretamente pelos homens, em utilização e sendo atendidos por outros expedientes, que não se tratam dos sistemas nacionais ou internacionais clássicos.

Ainda, Rodotà (2015, p. 06-07) destaca que tudo se expande no global e encolhe no local, motivo pelo qual é necessário encontrar meios de efetivar os direitos humanos através do que ele intitula de “democracia integral”, pois sem a inserção dos direitos humanos na pauta da nova ordem global, a temática além de ineficaz servirá apenas para beneficiar alguns indivíduos. Logo, é possível concluir das lições do autor que a dimensão do ser humano e sua dignidade precisam estar no centro das atenções, onde a igualdade encontre a liberdade, o que forma uma “guarnição em face do totalitarismo”, como ele próprio afirma.

Não se trata de chamar à responsabilidade alguns países, mas a reivindicação de um outro modo de entender os direitos humanos, os quais seguem uma nova aventura no mundo.

Uma globalização através dos direitos, não através dos mercados. “Outro universalismo é possível?” Questiona o autor italiano. Uma nova e difícil narrativa para os direitos é vislumbrada e o que se quer enfatizar é a imprescindibilidade de uma revolução pela igualdade, pela dignidade, cujo centro é a autodeterminação do indivíduo, construção da identidade individual e de responsabilidade pública. As línguas devem encontrar a chave das palavras de liberdade e de respeito, sem imposições (RODOTÁ, 2015, p. 15).

O que se defende é uma tutela sem fronteiras para os direitos humanos, pois se percebe uma nova dimensão global, mas a velha tentativa de efetivar direitos. Isto quer dizer que as superadas formas de pensar a fronteira a partir do território e da soberania de um Estado já não são mais suficientes para oferecer proteção aos direitos (RODOTÁ, 2015, p. 18).

Portanto, pensar na efetivação dos direitos humanos no cenário transnacional, decorrente da nova ordem global, significa dizer que o ser humano não deve ser detentor de direitos humanos pelo território que se encontra, menos ainda pela nacionalidade que ostenta, requisitos que o universalismo onusiano destaca no plano prático, como visto, mas pela condição única e especial de ser humano que ele possui.

5.Considerações Finais

O artigo apresentado teve como objetivo estudar o universalismo onusiano em análise de crítica e demonstrar o seu colapso no que tange a efetivação de direitos humanos na nova ordem transnacional decorrente da globalização.

Foi possível verificar que os direitos humanos são difíceis de serem conceituados, em

especial por representarem uma temática que muda de acordo com o percurso histórico. No entanto, sabe-se que é um direito humano que está em questão quando há sentimento de horror e irrisolução com a sua afronta.

O estudo oportunizou analisar, ainda que brevemente, em razão da limitação física, os direitos humanos no plano internacional, em

especial com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e os documentos de proteção, que representam, no momento pós-guerra um avanço importante para a sociedade global acerca da temática.

Todavia, o que se pode responder nesse aspecto e se mostra demasiadamente importante no presente estudo ensaio, é que há necessidade de desapego das formalidades exacerbadas quanto ao assunto direitos humanos, especialmente no que tange a sua efetivação, pois a inovação não está na formalização do direito, sem prejuízo da importância desse expediente, mas na sua concretização.

Aliás, o referido sistema, que se apresenta como universal ou como sistema pseudo global de direitos humanos, evidencia muito mais uma busca incansável por documentar direitos humanos no plano internacional, incentivando seu reconhecimento nas constituições internas e uma tentativa frustrada de efetivação, do que

um canal realmente universal e promissor para o respeito e a concretude dos direitos humanos.

Nesse cenário, foi possível concluir pela imprescindibilidade de substituição do aparente ou nunca existente critério universalista dos direitos humanos apresentado pelo sistema internacional, pois o mesmo existe apenas num plano teórico e não serve para efetivar direitos humanos, pelo contrário, pode significar aspecto de desigualdade entre os países se considerar membros e não-membros.

E mais do que isso. O sistema internacional dos direitos humanos e seu critério universalista representam claro divórcio com as bases dos direitos humanos, amparadas especialmente pelo humanismo na sua concepção renascentista, que posiciona o ser humano no centro das atenções e não atribui a ele valor e dignidade pelo território onde se encontra, menos ainda pela nacionalidade que lhe foi atribuída, mas apenas por ser humano.

- Arnaud, A. J. (2007). Governar sem fronteiras: entre globalização e pós-globalização. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.
- BECK, Ulrich. O que é globalização? Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Título original: Was ist glogalisierung? :Irrtümer des globalismus: Antworten auf globalisierung.
- CASSESE, Sabino. A crise do Estado. Tradução Ilse Paschoal Moreira e Fernanda Landucci Ortale. São Paulo: Saberes, 2002.
- CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- Cazzaro, K. (2015). Arbitragem transnacional: limites e possibilidades. 2015. 440 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.
- Costa, R. H. & Porto-Gonçalves, C. W. (2006). A nova desordem mundial. São Paulo: Editora UNESP.
- Cruz. P. M. (2011). Da soberania à transnacionalidade: democracia, direito, e Estado no século XXI. 1ª ed. Itajaí. Editora da UNIVALI.
- Demarchi, C. (2012). Direito e Educação: a regulação da educação superior no contexto transnacional. 2012. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.
- Douzinas, C. (2009). O fim dos direitos humanos. Tradução: Luzia Araújo. São Leopoldo (RS): Unisinos.
- Guerra, S. (2016). Direitos humanos: curso elementar. 4. ed. São Paulo: Saraiva.
- Habermas, J. (2001). A constelação pós-nacional: ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2001. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. Título original: Die postnationale konstellation: politische essays.
- Hegel, G. W. F. (1995). Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio: a ciência da lógica. Tradução: Paulo Meneses. São Paulo: Loyola.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance. Tradução nossa. Cambridge: Polity, 2002.
- Herrera Flores, J. (2009). A reinvenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux.
- Hunt, L. (2009). A invenção dos direitos humanos: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ianni, O. (1995). A sociedade global. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JESSUP, Philip C. Direito transnacional. Tradução de Carlos Ramires Pinheiro da Silva. Lisboa: Fundo de cultura, 1965. Título original: Transnational Law.

- Khanna, P. (2011). Como governar o mundo: um roteiro para o próximo renascimento. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Kotler, P. & LEE, N. R. (2010). Marketing contra a pobreza: as ferramentas da mudança social para formuladores de políticas, empreendedores, ONGS, empresas e governos. Tradução: Sônia Augusto. Porto Alegre: Bookman.
- Krasner, S. D. (1995). Power politics, institutions, and transnational relations. In: Risse-Kappen, T. Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structures and international institutions. Tradução nossa. Cambridge University Press. p. 258.
- OLIVIERO, Maurizio; CRUZ, Paulo Márcio. Reflexões sobre o direito transnacional. Novos Estudos Jurídicos. Revista Eletrônica. vol. 17. n. 1. Itajaí, SC. jan-abr 2012. p. 18-28. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/3635/2178>>. Acesso em 24 de jul. de 2020.
- Piovesan, F. (2015). Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 15. ed. São Paulo: Saraiva.
- Prathan. Disponível em: <<http://www.pratham.org/about-us/history>> Acesso em: 20 abr. 2017. Tradução nossa.
- Rodotà, S. (2015). Il diritto di avere diritti. Tradução nossa. Roma: Editori Laterza.
- Santos, B. S. (2003). Para uma concepção multicultural dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_ContextoInternacional01.PDF>. 2003. Acesso em: 12 fev. 2017.
- Santos, R. P. (2015). O princípio da dignidade da pessoa humana como regulador da economia do espaço transnacional: uma proposta de economia humanista. 2015. 568 p. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Centro de Educação de Ciências Sociais e Jurídicas – CEJURPS, Universidade do Vale do Itajaí.
- Staffen, M. R. (2016). Direito Global: Humanismo e Direitos Humanos. RVMD, Brasília. 10(1). p. 178-208, Jan-jun.
- Stelzer, J. (2011). O fenômeno da transnacionalização da dimensão jurídica. In Cruz, P. M. & Stelzer, J. (orgs.). Direito e transnacionalidade. 1º ed., reimp. Curitiba: Juruá.
- Zolo, D. (2010). Globalização: um mapa dos problemas. Tradução Anderson Vichinkeski Teixeira: Florianópolis. Conceito Editorial.

Os desastres de Mariana e Brumadinho e o prejuízo às metas do objetivo de desenvolvimento sustentável voltado à saúde de qualidade e bem-estar de todos

The disasters of Mariana and Brumadinho and the damage to the goals of the sustainable development goal for quality health and well-being for everyone

Benedita de Fátima Delbono

Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo

benedita.delbono@mackenzie.br

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 14/01/2021

Data de Aprovação: 01/06/2021

Resumo

O objeto deste artigo é o estudo de grandes desastres e sua repercussão a consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável voltado a saúde de qualidade e bem-estar de todos (ODS3). Esta investigação toma as cidades brasileiras de Mariana e Brumadinho, as quais sofreram com os desastres ambientais não naturais que vitimaram um número considerável pessoas, além de expor a população aos metais pesados oriundos dos rejeitos de mineração contidos nas barragens rompidas. A consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio tem por propósito resgatar a pessoa humana e ressignificar valores, a fim de garantir a sobrevivência em nosso planeta. É com esse pensamento que este artigo se desenvolve, baseando-se na pesquisa sistematizada bibliográfica, documental, ex-post-facto, de levantamento, exploratória e descritiva, com o escopo de identificar o quanto esses desastres comprometeram as metas para se atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável voltado a saúde de qualidade e bem-estar de todos.

Palavras-chave: ODS3; MARIANA; BRUMADINHO; DIREITOS HUMANOS; INSTITUIÇÕES.

Abstract

The object of this article is the study of major disasters and their impact on the achievement of the Sustainable Development Objective aimed at quality health and well-being for all (SDG3). This investigation takes the Brazilian cities of Mariana and Brumadinho, which suffered from unnatural environmental disasters that victimized a considerable number of people, in addition to exposing the population to heavy metals from the mining tailings contained in the broken dams. The achievement of the sustainable development goals of the millennium aims to rescue the human person and resignify values, in order to guarantee survival on our planet. It is with this thought that this article is developed, based on systematic bibliographic, documentary, ex-post-facto research, of exploratory and descriptive survey, with the scope of identifying how these disasters have compromised the goals to achieve the Sustainable Development focused on quality health and well-being for all.

Keywords: ODS3; MARIANA; BRUMADINHO; HUMAN RIGHTS; INSTITUTIONS.

1.Introdução

O objeto do presente artigo é o estudo de grandes desastres e sua repercussão a consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável voltado a saúde de qualidade e bem-estar de todos (ODS3).

Esta investigação toma as cidades brasileiras de Mariana e Brumadinho, as quais sofreram, recentemente, com os desastres ambientais não naturais que vitimaram um número considerável pessoas, além de expor a população aos metais pesados oriundos dos rejeitos de mineração contidos nas barragens rompidas.

Os efeitos desses grandes desastres ainda estão a ser objeto de identificação, podendo ser percebidos apenas os seus efeitos imediatos.

Para o meio ambiente, os danos ocorridos em Mariana e Brumadinho são indicados, de um modo geral, como incalculável e de difícil reparação e, por essa razão, entendemos que se pode vislumbrar que a saúde de qualidade e o bem-estar dessa população estará prejudicada por anos a fio, conforme apresentar-se-á no desenvolvimento do presente trabalho.

Os eventos são oriundos da ação humana, ou melhor dizendo, da ausência dela, vez que, conforme o nosso entendimento, é decorrente da negligência das instituições e, por essa razão, estudar a responsabilidade

socioambiental desses entes, faz-se necessário. Em outras palavras, estudos ajudariam a prevenir e estimular a responsabilidade organizacional, frente às questões dessa ordem.

As pessoas jurídicas, conforme a construção constitucional, civil e empresarial brasileira, são responsáveis pelo meio ambiente e pelas pessoas e, portanto, tem a responsabilidade socioambiental, conforme se deduz da leitura das disposições constitucionais brasileiras em seus artigos 170 e 225.

O senso de comunidade foi abalado e a memória dessa população, também, foi comprometida.

A consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio veio para resgatar a pessoa humana e ressignificar valores, a fim de garantir a sobrevivência em nosso planeta.

É com esse pensamento que este artigo se desenvolve, baseando-se na pesquisa sistematizada bibliográfica, documental, ex-post-facto, de levantamento exploratória e descritiva, a fim de identificar o quanto esses desastres de Mariana e Brumadinho comprometeram as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável voltado a saúde de qualidade e bem-estar de todos.

2.A tragédia anunciada

Os eventos suscitados trouxeram ao Brasil muita tristeza e indignação.

Comunidades inteiras arrasadas pela lama e, também, pelo descaso, falta de fiscalização e desrespeito às normas de segurança e saúde.

O distrito brasileiro de Bento Rodrigues pertencente a cidade de Mariana, no estado de Minas Gerais, foi assolado totalmente pela lama de rejeitos decorrente do rompimento da Barragem de

Rejeito do Fundão (BRF) porque o seu sistema “Alteamento a Montante” já inseguro por natureza, encontrava-se, também, saturado.

A tragédia já estava anunciada, conforme se verifica do relatório de análise de acidente do rompimento da barragem de rejeito Fundão em Mariana (MG), proveniente da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, citado por Lacaz, Porto & Pinheiro (2017):

O relatório é taxativo: as urgências ocorridas em 2013, 2014 e 2015 e as grandes trincas que surgiram em 2014 na região do recuo do eixo, na ombreira esquerda, com saturação do solo naquela região, demonstram que a BRF apresentava problemas em relação à percolação de água pelas suas estruturas. Associando os fatos mencionados às várias obras que ocorriam simultaneamente (ombreira esquerda, ombreira direita), com o trânsito constante de máquinas pelos vários níveis da mesma, às detonações que aconteciam diariamente na mina vizinha à BRF, pode-se inferir ter sido a liquefação o fenômeno que atingiu a barragem em 05/11/2015, levando-a a ruptura total, [...], o rompimento da BRF foi um evento multicausal, resultado da interação de uma série de fatores de natureza variada que vão desde a alteração de premissas do projeto sem realização de cálculos [...], desconsideração de irregularidades apontadas em relatórios de auditorias internas e externas até falhas graves na construção, manutenção e operação do reservatório. (Lacaz, Porto & Pinheiro. 2017. p.8)

Tais falhas representam a negligência das instituições que deixaram de tomar as medidas cabíveis para que não se chegasse ao desastre de tamanha proporção.

Em Mariana a magnitude do desastre, classificado como desastre industrial, teve um número inferior de mortes que foram de dezoito, comparado ao de Brumadinho, que foi de duzentos e cinquenta e nove mortos, porém a sua extensão em termos de impacto ambiental foi muito significativa.

O desastre ambiental não natural – desastre industrial - de Mariana foi considerado o maior, em termos de impacto ambiental, da história brasileira. Para o mundo, o maior no segmento barragens de rejeito, conforme se pode deduzir da leitura da Resolução nº 14, de 11 de Dezembro de 2019, a qual dispõe sobre a caracterização de crimes ocorridos em Mariana/MG e na Bacia do Rio Doce, após o rompimento da barragem do Fundão, como violações a direitos humanos de excepcional gravidade, para fins de acompanhamento das providências necessárias a sua apuração, processo e julgamento.

No caso de Brumadinho, a Barragem do Córrego do Feijão, entendemos que deva ser visto como pode ser considerado um desastre industrial humanitário e ambiental, pelo número de mortes que causou, inclusive, de trabalhadores da empresa responsável pela barragem.

As Instituições – governo e corporação –, têm por finalidade identificar as vulnerabilidades locais para propor e executar programas específicos, a fim de garantir a comunidade em seu bem-estar.

As cidades, por seu turno, têm como precípua finalidade serem sustentáveis e inteligentes, por essa razão, é incompreensível a ocorrência desses dois grandes desastres não naturais, que além de abusar do meio de armazenamento, também, não contavam com monitoramento que exigia, minimamente, o emprego da tecnologia.

As instituições falharam com essas cidades.

Diante de um empreendimento do vulto dessas mineradoras, esses entes deveriam estar atentos, diuturnamente.

De mais a mais, as cidades inteligentes e sustentáveis são garantidas pelos Direitos Humanos, as quais incorporam tecnologias, informações e inovações para viabilizar a adequação social, o meio ambiente, e a economia, com vistas a gestão dos recursos.

A Organização da Nações Unidas (ONU) contemplou a cidade inteligente e sustentável dentre os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o intuito de erradicação da pobreza; fomentar a proteção ambiental, com ênfase ao clima; garantir que as pessoas humanas desfrutem de paz e de prosperidade, além de saúde de qualidade e bem-estar.

A cidades e comunidades sustentáveis, conforme determina o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 as cidades devem se tornar assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, com vistas à qualidade de vida, por meio do respeito ao meio ambiente, a economia e a sociedade.

As cidades inteligentes e sustentáveis são aquelas capazes de promover o bem-estar, utilizando-se ou não da tecnologia, mas, ao certo, contam sempre com a informação para que possam ser eficientes em suas operações urbanas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental para o seu fim precípua: qualidade de vida.

Na Declaração de Estocolmo, 1972, já se evidencia a convicção de que a pessoa humana tem a obrigação solene de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras e, o Estado, a obrigação de assegurar as atividades, dentro da sua jurisdição e fora dela, para não prejudicar o meio ambiente de outros Estados.

Atribuiu, a referida Declaração, aos Estados o dever de assegurar as organizações internacionais a realização de trabalhos coordenados, eficientes e dinâmicos para preservação e melhoramento do meio ambiente.

No contexto do meio ambiente, insere-se o ambiente artificial ou criado, como é caso da cidade.

O fenômeno que dá ensejo à favelização e os grandes desastres, sendo exemplo desse último, Mariana e Brumadinho, demonstram, com exatidão, como o meio ambiente é afetado pelo descaso pelas peculiaridades das cidades.

Essas peculiaridades deveriam ser levadas em consideração e serem objeto de efetivo planejamento para as ações das Instituições, a fim de garantir a saúde, o bem-estar e, portanto, a qualidade de vida.

Identificadas as peculiaridades e as conhecendo a fundo, pode-se indicar suas vulnerabilidades. Quando há o descaso com as vulnerabilidades das cidades é recorrente a degradação social, econômica e ambiental, que além de comprometer a comunidade local, conforme a magnitude do dano, pode se estender as outras regiões, como é caso de Mariana, passando a ser uma preocupação nacional e, até mesmo, internacional.

Assim sendo, entendemos, que todos os danos que afetam os direitos humanos são supraestatais.

Os grandes desastres, além do prejuízo social, ambiental e econômico, afetam o erário público, além de ter seus efeitos estendidos a Comunidade Internacional, pelo desrespeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio.

3.A repercussão dos eventos de Mariana e Brumadinho à consecução do ODS3

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio, em especial o ODS 3, pede redobrada atenção quando diante de eventos da qualidade dos de Mariana e Brumadinho que impactam, substancialmente, as metas de saúde de qualidade e bem-estar com a redução substancial do número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e do solo.

Como vimos, as duas cidades foram diretamente afetadas por esses dois grandes desastres não naturais, sendo certo que a comunidade local foi afetada diretamente, bem como o entorno. E, no caso de Mariana, a extensão dos danos ambientais foi tão considerável que até hoje não se conhece sua total extensão no Brasil e, sequer, qual a sua repercussão para o mundo.

Para falarmos de saúde é necessário conhecer a que foram expostas as pessoas com a lama de rejeito de minérios que contaminou as extensas regiões brasileiras.

Thomé e Passini (2018) dispõem sobre a barragens de rejeitos de mineração e as características do método de alteamento para montante que fundamentaram a suspensão de sua utilização em Minas Gerais, tendo em vista que esse método se perfaz pelo

armazenamento em degraus feitos pelo próprio material de rejeito. A barragem, portanto, vai se elevando em degraus à medida que vai aumentando o volume. É um método que precisa de pouco investimento financeiro porque se utiliza do próprio rejeito e inseguro pela instabilidade do material.

Importante, considerar que, essas barragens de rejeito são necessárias para evitar danos ambientais, constituindo-se, portanto, como reservatórios dos resíduos sólidos e líquidos resultantes do processo de extração dos minérios. E, têm por finalidade, exatamente, a preservação ambiental, pelos efeitos devastadores dos rejeitos quando em contato com as pessoas, a fauna, a flora, a água, a terra e ar, tanto para as gerações presentes, quanto para as futuras. Por essa razão, os rejeitos da extração de minério devem ser manter em reservatório, para sempre.

Os rejeitos variam de acordo com a mineração, porém, nos dois eventos alguns metais pesados foram encontrados nas vítimas, tais como: arsênico; mercúrio; chumbo; cádmio; e, níquel.

Pela Tabela 1 é possível verificar as consequências do contato desses metais pessoas à pessoa humana:

Tabela 1

METAIS PESADOS	CONSEQUÊNCIA DO CONTATO
ARSÊNICO	<p>Como todos os metais pesados, há uma diferença entre o envenenamento agudo e o crônico. Sintomas. Se a exposição ocorrer durante um curto período (quadro agudo), os sintomas podem incluir vômitos, dor abdominal, encefalopatia e diarreia aquosa sanguinolenta. Nesse caso, é necessário consumir uma quantidade muito grande da substância. Por outro lado, a exposição prolongada (quadro crônico) pode resultar no espessamento e no escurecimento da pele, dores abdominais, diarreia, cardiopatias, dormência e câncer. Esses sintomas podem demorar anos para surgir e podem ocorrer com a acumulação progressiva de quantidades ínfimas do material. Efeitos no organismo. Para produzir energia eficazmente, nosso corpo precisa metabolizar totalmente a glicose da alimentação. O arsênico é capaz de inibir enzimas importantes nesse processo. Assim, as células não são capazes de produzir energia suficiente para se manter e se deterioram.</p>
MERCÚRIO	<p>O mercúrio pode se apresentar de três formas: metálico; inorgânicos e sais orgânicos. Dentre elas, a última (sais orgânicos) é a mais perigosa porque 90% da quantidade ingerida chega a ser absorvida. Na forma metálica, somente 10% é absorvida. Além da ingestão, outro perigo do mercúrio vem do fato de poder ser absorvido em praticamente todas as mucosas e os epitélios do nosso corpo. Assim, a intoxicação por mercúrio pode resultar da inalação, da injeção e da absorção por meio da pele. Os compostos orgânicos de mercúrio (especificamente o metilmercúrio) se concentram à medida que avançam na cadeia alimentar, em um processo chamado de bioacumulação. Peixes de águas contaminadas são as fontes mais comuns. A poluição por mercúrio industrial é muitas vezes na forma inorgânica, mas os organismos aquáticos e a vegetação em cursos de água — como rios, lagos e baías — são capazes de convertê-lo no altamente tóxico metilmercúrio. Devido à bioacumulação, muitos desses peixes acabam adquirindo concentrações elevadíssimas de mercúrio. Nem mesmo os métodos de cozimento mais vigorosos (fervor, fritar e assar, por exemplo) são capazes de remover o perigoso metal. Sintomas. Os sintomas de intoxicação por mercúrio são diversos e numerosos, o que dificulta os processos diagnósticos. As intoxicações podem ocorrer rapidamente ou após um longo período de exposição. Dessa forma, os sintomas são dependentes da dose: ocorrem e progridem mais aceleradamente quanto maior a dose de mercúrio encontrada na circulação sanguínea. A exposição às várias formas de mercúrio pode resultar em alguns sintomas semelhantes e em alguns diferentes. Assim, podem ser agrupados em 3 categorias, com base na forma de toxicidade do mercúrio: Mercúrio metálico e vaporizado. Mudanças bruscas de humor, nervosismo, irritabilidade, insônia, dor de cabeça, sensações anormais, espasmos musculares, tremores, fraqueza, atrofia muscular e diminuição das funções cognitivas. Exposições a altas concentrações de mercúrio metálico podem também causar mau funcionamento dos rins, insuficiência respiratória e morte. Mercúrio orgânico. O envenenamento do mercúrio causa disfunções neurológicas, especialmente em fetos.</p>

	<p>Outros sintomas incluem a perda de visão periférica, perda de coordenação, fraqueza muscular e deficiências de fala e de audição. Mercúrio inorgânico. A intoxicação de mercúrio inorgânico causa frequentemente erupções cutâneas e inflamação (dermatite). Grandes quantidades de mercúrio inorgânico ingeridas também podem causar diarreia sangrenta. Caso seja absorvido pelo organismo, podem causar alterações mentais, incluindo mudanças patológicas de humor e perda de memória. Efeitos no organismo. As alterações orgânicas causadas pelo mercúrio ainda não foram muito bem compreendidas. No entanto, acredita-se que envolvam a inibição de enzimas antioxidantes importantes. Assim, em tecidos com alto consumo de oxigênio — como o cérebro e a pele —, os efeitos são mais exacerbados devido ao grande estresse oxidativo sofrido.</p>
CHUMBO	<p>O chumbo é um poluidor muito eficaz, pois é capaz de contaminar vegetais e animais das mais diferentes formas.</p> <p>Nas plantações, ele é capaz de penetrar por meio das raízes das plantas e das folhas, quando está presente no ar. No envenenamento agudo, os sinais neurológicos típicos são dor, fraqueza muscular, dormência e formigamento e, raramente, sintomas associados à inflamação do cérebro. Outros sintomas comuns são dor abdominal, náuseas, vômitos, diarreia e constipação. Na boca, surge um dos primeiros sintomas identificáveis: o gosto metálico. Além disso, a absorção de grandes quantidades de chumbo durante um curto período pode causar choque hipovolêmico (quantidade de líquido insuficiente no sistema circulatório devido à perda de água do trato gastrointestinal). Uma outra consequência grave é a hemólise, que pode causar anemia e hemoglobina na urina. Também, as pessoas que sobrevivem ao envenenamento agudo costumam apresentar sintomas de intoxicação crônica com o passar dos anos. O envenenamento crônico geralmente apresenta sintomas que afetam múltiplos sistemas, mas está associado a 3 principais: o gastrointestinal, o neuromuscular e o nervoso central. Os sinais de exposição crônica incluem perda da memória de curto prazo e da concentração, depressão, náusea, dor abdominal, perda de coordenação, dormência e formigamento nas extremidades. Fadiga, insônia, dores de cabeça, estupor, fala arrastada e anemia também são encontrados frequentemente no plumbismo crônico. Em alguns casos, um sinal mais aparente pode surgir: uma linha azul ao longo da gengiva com borda negra azulada no limite com os dentes. Ela é conhecida como linha de Burton.</p>
CADMIO	<p>O Cádmiio é um metal pesado extremamente tóxico e comumente encontrado em regiões industriais. Por isso, suspeita-se que durante a Revolução Industrial muitas pessoas possam ter sido envenenadas pela substância. Afinal, mesmo doses pequenas são capazes de causar efeitos bem severos. Atualmente, há duas fontes muito importantes de cádmio para os seres humanos: Fabricação de baterias de celulares: o processo de fabricação desse equipamento libera diversos metais na natureza, como o lítio, o mercúrio e o próprio cádmio. Entretanto, como este último é tóxico em quantidades ínfimas, os casos de envenenamento são mais comuns. Fuligem e fumaça industrial: o cádmio está presente em diversos</p>

	processos industriais, mas não faz mal para os trabalhadores protegidos. Porém, quando não há um tratamento adequado, o cádmio é absorvido no trato respiratório, de onde ele facilmente invade outros tecidos corporais e pode levar à morte. Sintomas. Os sintomas dependem da forma de contato com o metal, a dosagem e a duração da exposição: Inalação aguda: dor pleurítica no peito, dispneia, cianose, febre, taquicardia e náusea. Ingestão aguda: cólicas abdominais, diarreia, salivação, náusea grave e vômitos. Exposição crônica: doença pulmonar obstrutiva crônica (somente inalação), insuficiência renal crônica, pedras nos rins, dano hepático (raro), câncer de pulmão, osteomalácia e, possivelmente, hipertensão, câncer de próstata e proteinúria.
NIQUEL	A liberação de íons de níquel pode causar reações de hipersensibilidade na cavidade oral, citotoxicidade e dermatite de contato em uma parcela da população, além de ter significativo potencial mutagênico e possivelmente carcinogênico. As principais vias de exposição ao níquel se dão por meio da ingestão de alimentos e água potável. As pequenas quantidades de níquel absorvidas nesses atos são benéficas para o organismo da espécie humana e de outros animais, mas, sendo um composto tóxico cumulativo, quando ultrapassa determinada quantidade, torna-se um sério problema à saúde, com riscos de contaminação. Esse contato com o níquel nos torna mais sensíveis a ele, podendo ocasionar dermatite e má formação de fetos, como anencefalia, em casos de elevada exposição. Pode ocasionar severas consequências para todas as formas de vida: desde os micro-organismos no solo e nos mares até para as aves. Reconhecendo esse perigo, foi criada a NiPERA (Associação de Pesquisa Ambiental dos Produtores de Níquel), que tem como principal objetivo determinar os níveis seguros de exposição dos trabalhadores que têm contato com o níquel, das formas de vida como um todo e um nível adequado presente no meio ambiente. Na extração e mineração do níquel também se dá a degradação e poluição do meio ambiente. Por isso existem iniciativas que procuram reduzir em 60% as emissões de dióxido de enxofre no processo de fundição e recuperar ou reciclar os resíduos gerados na refinaria, e, em outros casos, recuperar as terras ao redor das minas de níquel por meio da revegetação, processo de reflorestamento que consiste na recuperação de áreas degradadas que tenham a camada de terra superficial removida. (1)
(1) Tabela criada pela autora, utilizando-se fontes públicas e informações obtidas nos relatórios seguintes: Greenpeace. (2017). Relatório de sustentabilidade. https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2017/04/relat%c3%93rio_greenpeace_18.04.17_final.pdf . Instituto Saúde e Sustentabilidade (2020). Relatório. https://www.saudeesustentabilidade.org.br/	

Além da exposição aos metais pesados retro citados, os dois eventos também trouxeram impacto à saúde psíquica dos atingidos, pois os desastres, sob o ponto-de-vista à atenção psicossocial e saúde mental, representam:

Interrupções graves do funcionamento cotidiano de uma comunidade que acarretam perdas humanas/materiais/econômicas/ambientais que excedem a

capacidade da sociedade afetada fazer frente à situação, por meio de seus próprios recursos. (...) provocam destruição material significativa e desorganização social pela destruição ou alteração das redes funcionais. (Noal; Rabelo & Chachamovich. 2019. p. 2)

Essa interrupção abrupta pode, ainda, provocar, conforme relata Noal; Rabelo & Chachamovich (2019), transtornos psicossociais para a população afetada; muitas vezes mais graves que os danos físicos, e perduram no tempo se não forem bem manejados.

A linha de reações conforme Médicos Sin Fronteiras citada por Noal; Rabelo & Chachamovich (2019), é a seguinte:

Médicos Sin Fronteiras apud Noal; Rabelo & Chachamovich (2019). p. 3

No caso de Mariana, as pessoas ficaram sujeitas a um rompimento que liberou cerca de sessenta e dois milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, conforme Lacaz, Porto & Pinheiro (2017) que, pela pavimentação decorrente da lama que demorará a secar, a

reconstrução de suas casas se tornou inviável e, as plantações para subsistência que tinham, nunca mais poderão ser replantadas porque o solo se tornou infértil, inviabilizando o plantio de qualquer cultura.

O Rio Gualaxo que desagua no Rio Doce, foi afetado de tal modo que essas pessoas ficaram sem água para beber, bem como, todas as demais que tinham o abastecimento de água vindo do Rio Doce. Assim sendo, houve o comprometimento do abastecimento de água em um número considerável de cidades.

Lacaz, Porto & Pinheiro (2017) contribuem trazendo os dados coletados junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. Vejamos:

Do ponto de vista ambiental, a lama proveniente do rompimento destruiu vilarejos, percorreu 663 km ao longo dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, chegando à sua foz, tendo afetado esse ecossistema, área de reprodução de várias espécies animais. Afetou, também, a vida de 35 municípios em Minas Gerais e quatro no Espírito Santo (ES), deixando cerca de 1,2 milhões de pessoas sem água. Passado mais de um ano da tragédia, a contaminação da água do rio Doce utilizada para consumo humano ainda apresenta risco. Várias espécies animais podem ter sido extintas, estimando-se em décadas o tempo para a recuperação das bacias hidrográficas atingidas⁶. Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais revelou que área de 1.430 hectares atingida pela lama não tem mais condições para o desenvolvimento de atividades agropecuárias: a camada de lama depositada impede a fertilidade do

solo e necessitará de muitos anos de investimento para recuperação. Além de violar direitos de trabalhadores, agricultores e pescadores, a tragédia atingiu terras indígenas Krenak (MG), Tupiniquim (ES) e Guarani (ES), ferindo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. (Lacaz, Porto & Pinheiro. 2017. p.2)

O desastre não natural de Mariana teve impactos consideráveis à saúde, os quais são classificados, segundo Lacaz, Porto & Pinheiro (2017) em categorias relacionadas aos:

1. efeitos sobre saúde pública e às condições fundamentais de segurança das pessoas;
2. danos sobre os elementos simbólicos e acesso à educação da população atingida; e,
3. impactos sobre as formas de organização social da população envolvida.

Nesse sentido:

O vazamento de 60 milhões m³ de lama de rejeitos desabrigou mais de 1.200 pessoas e matou 18, além de deixar um desaparecido, trabalhador da Samarco, cujo corpo não foi encontrado. Dos mortos, 13 eram trabalhadores terceirizados, e apenas um funcionário da própria Samarco. Essa realidade expressa a prática de precarização do trabalho com a contratação de empresas terceiras para atividades de maior risco. Cinco outros mortos eram duas crianças, de 5 e 7 anos, e três adultos entre 60 e 73 anos. [...] Os danos à população foram variados, implicando desde a

necessidade de atendimento aos feridos até importantes preocupações com a saúde psicológica dos atingidos, além de, obviamente, mortos e desaparecidos. A isso somam-se problemas relativos à segurança da população afetada, vinculados às suas condições temporárias de abrigo. (Lacaz, Porto & Pinheiro. 2017. p. 6)

Os autores citados apontam a importância de se destacar que Bento Rodrigues, em Mariana, foi o maior núcleo urbano atingido afetando, sobremaneira, os seus elementos simbólicos:

A condição da população de Bento Rodrigues (distrito de Mariana), o maior núcleo urbano atingido, que agora teve uma nova reconfiguração, seus moradores foram obrigados a se mudarem para outro local, ao que se somam efeitos, especialmente para a população mais jovem, quanto ao acesso a trabalho. Por isso, “o desejo expressado pelos representantes da comunidade, [na] mesa de diálogo, é que o distrito seja reconstruído [para] garantir sua [...] reprodução social e que não haja separação dos vizinhos” (Lacaz, Porto & Pinheiro. 2017. p. 6)

Dispõem, ainda, quanto aos impactos sobre a forma de organização social da população envolvida nesse desastre:

Depreende-se que o desastre provocou um profundo trauma na população, sobretudo na parcela deslocada, deixando-a sob importante pressão psicológica e em condições completamente distintas de sua forma de vida

original, consequência da desterritorialização. Também se preocupam como será a realocação definitiva, com dúvidas se retornarão a seu habitual cotidiano, em consonância com o “modo de andar a vida” ao qual estavam acostumados. (Lacaz, Porto & Pinheiro. 2017. p. 6)

Eventos trágicos trazem consigo, após a ocorrência, a sensação de insegurança e o temor de que episódio idêntico ocorra novamente.

Nesse sentido, os autores:

Há forte sensação de insegurança devido ao medo do rompimento de outras barragens, pois no mesmo local onde houve a tragédia de Fundão existem duas outras, Germano e Santarém, com níveis de segurança abaixo do estipulado pelas normas de segurança de barragens. Há prejuízos aos serviços públicos de saúde, pois, conforme relatos da Defesa Civil, famílias enfrentam problemas na sua rotina de atendimento pelo Programa de Saúde da Família. Também a qualidade da água de uso corrente e estocada causa insegurança à população atingida, mesmo que análises de toxicidade realizadas por diferentes órgãos públicos e privados atestem não haver riscos à saúde. (Lacaz, Porto & Pinheiro. 2017. p. 6)

Do exposto, pode ser afirmar que o sistema de saúde constitui instituição social fundamental.

O Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBS) dispõe sobre a saúde como direito que inclui a acessibilidade ao serviço, além de

propiciar condições laborais e outros que promovam a qualidade de vida. E, assim diz:

O direito à saúde advoga critérios socioculturais que contribuam para a saúde de todas as pessoas, incluindo a acessibilidade a serviços de saúde, condições de trabalho, habitação, transportes de boa qualidade, alimentos nutritivos e o direito ao lazer. Assim sendo, a conquista do direito à saúde está intimamente ligada à de outros direitos humanos, incluindo a não discriminação, acesso à informação e participação nas decisões, entre outros. Inclui também o direito de controlar a saúde e o corpo (como, por exemplo, nos direitos sexuais e reprodutivos), o acesso a uma saúde diferenciada (indígenas e quilombolas) e estar livre de interferências (tratamento médico não consensual e experimental). (CEBS. 2017)

No caso de Mariana, em que os rejeitos chegaram as comunidades indígenas, além dos cuidados diferenciados típicos, outros cuidados a essas comunidades devem ser colocados à disposição para o reestabelecimento e memória, frente ao evento danoso.

Sob o olhar dos direitos humanos, a saúde - conforme a World Health Organization (2015) - , ganha uma nova abordagem, conforme menciona a CEBES:

Uma abordagem da saúde baseada em direitos humanos fornece estratégias e soluções para tratar e corrigir desigualdades, iniquidades, práticas discriminatórias e relações de poder injustas que,

frequentemente, induzem a resultados de saúde desiguais. O objetivo de uma abordagem baseada nos direitos humanos é que todas as políticas, estratégias e programas de saúde sejam concebidos para melhorar progressivamente o usufruto de todas as pessoas pelo direito à saúde. Essa abordagem deve também capacitar as pessoas a reivindicar seus direitos e incentivar os formuladores de políticas e prestadores de serviços a cumprir suas obrigações na criação de sistemas de saúde mais resolutivos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). (CEBS. 2017)

Por essa razão, os sistemas de saúde se constituem de modo fundamental - instituições sociais fundamentais -, diante da importância ímpar à população:

Os sistemas de saúde são instituições sociais fundamentais, e urge a necessidade de ir além das análises e soluções convencionais de saúde pública, a fim de provocar uma transformação social que possa afetar a vida, a saúde e o bem-estar das pessoas. (CEBS. 2017)

Diante das tragédias ocorridas e anunciadas é direito de todos a informação, sendo certo que o acesso à informação é um direito individual correlato ao direito de liberdade de expressão e autonomia, com livre intercâmbio de ideias, auxiliando a tomada de decisões. E, âmbito coletivo, a informação é fundamental no desenvolvimento da cidadania, garantindo a participação política.

A Declaração Universal de Direitos Humanos (artigo 19), dispõe:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (DUDH. 2020)

Diante do exposto, afirma-se a importância das informações prestadas às vítimas desses eventos pelos órgãos oficiais e de interesse público.

Os efeitos desastrosos à saúde e bem-estar dessas pessoas poderiam ter sido evitados se as instituições efetivassem seu papel social.

Os danos experimentados compreendem os impactos diretos à saúde física e mental dos atingidos por esses dois grandes desastres, vez que tanto Mariana quanto Brumadinho são cidades que tem sua economia pautada em Mineração.

Freitas, Barcellos, Asmus, Silva & Xavier. (2019) contribuem explicando a interrupção da cadeia econômica.

Vejamos:

Mariana e Brumadinho são municípios que dependem da mineração para as suas receitas, 80% e 60%, respectivamente. O desastre não só envolve a lama de rejeitos que os atinge, mas também as perdas de receitas arrecadas, que se reflete na capacidade de oferta dos serviços essenciais como a saúde, educação, saneamento, entre outros. Além disso, há a interrupção da cadeia econômica formada por pequenas e médias

empresas que gravitam entorno da prestação de serviços à mineração, levando a um declínio sistêmico da economia local/regional. Esses dois processos afetam populações e territórios de modo mais amplo e sistêmico, gerando impactos sobre as condições de vida e situações de saúde (tensões, depressões, inseguranças, ampliação e agravamento das doenças crônicas como as reportadas no caso de Barra de Longa) com elevação dos problemas e necessidades de saúde, exigindo maiores investimentos financeiros para a ampliação dos serviços exatamente quando as receitas tendem a diminuir ao longo do tempo. (Freitas, Barcellos, Asmus, Silva & Xavier. 2019. p.4)

Os referidos autores asseveram, ainda, sobre a relação ambígua que se estabeleceu diante da tragédia:

Estabelece-se então, após o desastre, uma relação ambígua, que envolve sentimentos de repulsa e traição com o desejo de aumentar a punição e os custos para as empresas, combinados com a dependência econômica das pessoas e dos municípios que demandam que as atividades produtivas não sejam interrompidas. Foi nesse contexto de ambiguidades que os atingidos nos distritos de Mariana, que perderam suas casas e vizinhanças, passaram a sofrer discriminação na cidade, com as vítimas passando a ser tratadas como culpadas pelos prejuízos

causados pelo fechamento temporário da Samarco e seus grandes impactos na economia, empregos e renda no município. (Freitas, Barcellos, Asmus, Silva & Xavier. 2019. p. 4)

Do exposto, os desastres ocorridos nas cidades citadas, para o Brasil, podem ser considerados um retrocesso a consecução do ODS3, vez que deixou de contemplar em seu plano de ação a prevenção ou, ao menos, mitigação dos danos dessa ordem que são peculiares das regiões de mineração.

4.O sistema de saúde como instituição social fundamental

Para o socorro das vítimas importante é um sistema organizado e o Brasil conta com o Sistema Único de Saúde (SUS).

O sistema de saúde constitui instituição social fundamental.

A esse respeito Freitas, Barcellos, Asmus, Silva & Xavier (2019), contribuem dispondo sobre a lição decorrente da tragédia em Mariana:

As lições adquiridas no desastre da Samarco sobre o modo de atuar das empresas (que tem como preocupação central reduzir ou eliminar ao máximo as responsabilidades civis e criminais, e ao mesmo tempo garantir a valorização de suas ações no mercado global), os impactos ambientais, riscos, danos, doenças e respostas do setor saúde contribuíram para um conjunto de ações imediatas e integradas do Sistema Único de Saúde (SUS) no desastre da Vale, que vem representando até aqui a redução de riscos de doenças e ampliação de ações de vigilância e cuidados em saúde. (Freitas, Barcellos, Asmus, Silva & Xavier. 2019. p.3)

Os autores ressaltam a importância de um sistema local bem organizado:

O fato de Brumadinho contar com um sistema de saúde local bem organizado, permitiu a implementação de um conjunto integrado de ações de prevenção (campanhas de educação e comunicação sobre o contato com a lama, consumo de água e peixes, bem como a vacinação de militares e comunidades diretamente atingidas para difteria, tétano, hepatites A e B, sarampo, caxumba, rubéola, febre amarela), vigilância em saúde (com foco principal na contaminação química e saúde mental, articulando vigilâncias epidemiológica e sanitária com atenção básica, Unidade de Pronto-Atendimento - UPA - e hospital) e atenção em saúde (UPA, hospital, laboratórios, Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - NUPIC, unidades básicas de saúde - UBS, Estratégia Saúde da Família - ESF, e Núcleos de Apoio à Saúde da

Família - NASF). (Freitas, Barcellos, Asmus, Silva & Xavier. 2019. p. 3 e 4)

As ações conjuntas e bem elaboradas devem ser apoiadas pelas Instituições, em especial, pelos entes governamentais responsáveis pelo sistema de saúde e, em Brumadinho, o conjunto de ações acima elencados contou com o apoio, conforme narraram os citados autores:

Esse conjunto de ações contou com o apoio tanto do Ministério da Saúde (apoio à gestão da emergência, atenção em saúde por meio da força nacional do SUS e vigilância em saúde) quanto da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, permitindo também ações articuladas no sentido da coleta e identificação imediata dos contaminantes presentes na lama logo após o desastre (este passo é fundamental para o conjunto de ações de vigilância e atenção futuras); identificar centenas de bombeiros que tiveram contato com a lama nas ações de busca e resgate para o monitoramento do seu estado de saúde; garantir na Justiça que a empresa produtora desse desastre arcasse com os custos da contratação temporária

de 142 profissionais (saúde e assistência social) pelo Município de Brumadinho, bem como o pagamento das análises laboratoriais das amostras de água para o consumo humano ao longo do Rio Paraopeba, envolvendo articulação com a vigilância da qualidade da água nos 18 municípios atravessados pelo mesmo. (Freitas, Barcellos, Asmus, Silva & Xavier. 2019. p. 4)

A atuação dos entes públicos diante da tragédia de proporção como as de Mariana e Brumadinho se faz necessária, porém, não exime os responsáveis da reparação dos danos, tanto às vítimas diretas, quanto às indiretas. No caso o Estado representa essas vítimas indiretas – os contribuintes – que colaboram para o sistema de saúde pelo pagamento de seus tributos, razão pela qual entendemos que o ressarcimento ao Estado se faz necessário pelos causadores dos danos.

Também é de responsabilidade dos causadores dos danos a reconstrução das cidades, com ênfase ao resgate da memória e cultura, além da economia e do meio ambiente. E, em conjunto com a cidade, desenvolver programa permanente para o resgate da saúde de qualidade e bem-estar social, em face da responsabilidade socioambiental que lhes é patente.

5.Considerações Finais

Os desastres de Mariana e Brumadinho, conforme as narrativas, podem ser considerados a partir da intervenção humana na natureza, razão pela qual, as circunstâncias dos eventos e a magnitude de seus danos, propiciam prejuízo às metas do objetivo de

desenvolvimento sustentável voltado à saúde de qualidade e bem-estar de todos.

Constitui, ainda, um verdadeiro retrocesso à consecução desses Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio, vez que o Brasil tem que tratar dessa questão contingencial agravada pela COVID19, para

poder pensar em reestabelecer as metas para esses Objetivos.

Porém, essa experiência com esses dois grandes desastres não naturais poderia servir para prevenir e estimular a responsabilidade organizacional frente as questões dessa ordem.

Poderia servir de exemplo e reflexão, ao Brasil e ao mundo, sobre a importância dos cuidados com atividades de risco e a necessidade de implementação tecnológica para prevenção,

sem exclusão de municiar de informação os residentes do entorno, seus colaboradores e empregados sobre as ações de fuga e contingência, em caso de risco iminente.

No que tange ao sistema de saúde, que as peculiaridades locais sejam objeto de ações voltadas a mitigar e prevenir danos à saúde e bem-estar, para se reestabelecer a qualidade de vida, lembrando que o sistema de saúde é instituição social fundamental.

- Ahvenniemi, H.; Huovila, A.; Pinto-Seppä, I.; Airaksinen, M. (2017). *What are the differences between sustainable and smart cities?*. Cities. 60. 234-245. 10.1016/j.cities.2016.09.009.
- Borraz, O. (2014). O Surgimento das questões de risco. Sociologias, Porto Alegre, ano 16, nº 35, p. 106-137
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20/11/2020.
- Cebes. Centro Brasileiro de Estudos da Saúde. (2020) <http://cebes.org.br/2017/05/direitos-humanos-e-saude-construindo-caminhos-viabilizando-rumos/> acesso em 12/12/2020
- Dudh. Declaração Universal dos Direitos Humanos. (2020) <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>. Acesso em 12/12/2020
- Freitas, C. M., Barcellos, C. Asmus, C. I. R. F., Silva, M. A., & Xavier, D. R. (2019). Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(5), e00052519. Epub May 20, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00052519>
- Greenpeace. Relatório de Sustentabilidade. (2020) https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2017/04/RELAT%C3%A9RIO_GREENPEACE_18.04.17_FINAL.pdf. Acesso em 12/12/2020
- Instituto Saúde e Sustentabilidade. Relatório. (2020) <https://www.saudeesustentabilidade.org.br/> Acesso em 12/12/2020
- Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). ODS. ONU Brasil. <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html#:~:text=At%C3%A9%202030%2C%20reduzir%20significativamente%20o,pobres%20e%20as%20pessoas%20em>. Acesso em 29/10/2020
- Lacaz, F. A. de C.; Porto, M. F. S; Pinheiro, T. M. M. (2017). Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo, v. 42, e9, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572017000100302&lng=en&nrm=iso. access on 29 Dec. 2020. Epub July 26, 2017. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000016016>.
- Nacional Geographic. (2020) <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/01/brumadinho-mariana-mg-minasgerais-barragens-minerio-ferro-vale-mineradora-rejeitos-brasil>. Acesso em 29/10/2020
- Nações Unidas Brasil. (2020) Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>. Acesso em 20/11/2020.
- Noal, D. S, Rabelo, I. V. M. & Chachamovich, E. (2019). O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. *Cadernos*

de Saúde Pública, 35(5), e00048419. Epub May 20, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00048419>

Plataforma Agenda30. (2020) <http://www.agenda2030.org.br/ods/1/>. Acesso em 20/11/2020.

Resolução nº 14 (2019). <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-14-de-11-de-dezembro-de-2019-236401658>

Talbot, S (2005). Governança Ambiental Global: opções e oportunidades. São Paulo: Editora Senac, Prefácio.

Thomé, R e Passini, M.L. (2018). Barragens de Rejeitos de Mineração: características do método de alteamento para montante que fundamentaram a suspensão de sua utilização em Minas Gerais. <file:///C:/Users/user/Downloads/19480-71227-1-PB.pdf> Acesso em 20/11/2020

Racismo Ambiental e acesso à Justiça pela via dos direitos: Uma reflexão sobre o desastre ambiental em Brumadinho e os desafios para a concretização da Agenda 2030

*Environmental racism and access to Justice through the
rights: A reflection on the environmental disaster in Brumadinho and the
challenges for achieving the 2030 Agenda*

Nancy Vidal Meneghini

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

nanmeneghini@gmail.com

Adriana Goulart de Sena Orsini

Faculdade de Direito da UFMG, Brasil

adrisena@uol.com.br

Igor Sousa Gonçalves

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

igor.sousa.g@gmail.com

Juliana Castro Sander Morais

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

julianasander1@gmail.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 15/01/2021

Data de Aprovação: 15/02/2021

Resumo

O desastre ambiental ocorrido em Brumadinho em janeiro de 2019, com o rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão da Vale S.A, é um caso típico de Racismo ambiental, conceito esse que compreende o tratamento desigual da carga dos danos ambientais do desenvolvimento. Tratar do tema do Racismo Ambiental, no contexto do desastre ocorrido em Brumadinho, importa abordar o conceito moderno de Acesso à Justiça pela via dos Direitos, caro ao contexto brasileiro, visto que pressupõe a participação plena e igualitária de todos os grupos sociais, inclusive dos grupos sociais minoritários e marginalizados. O presente artigo visa, portanto, relacionar o desastre ambiental ocorrido com os conceitos de Racismo Ambiental e do Acesso à Justiça pela via dos Direitos.

Palavras-chave: Brumadinho; Racismo Ambiental; Acesso à justiça pela via dos Direitos; Agenda 2030; Desigualdades.

Abstract

The environmental disaster that occurred in Brumadinho in January 2019, with the rupture of Dam 1 of the Córrego do Feijão Mine of Vale S.A, is a typical case of Environmental Racism, a concept that includes the unequal treatment of the burden of environmental damage from development. Dealing with the theme of Environmental Racism, in the context of the disaster that occurred in Brumadinho, it is important to address the modern concept of Access to Justice through the Rights, dear to the Brazilian context, since it presupposes the full and equal participation of all social groups, including minority and marginalized social groups. This article, therefore, aims to relate the environmental disaster that occurred with the concepts of Environmental Racism and Access to Justice through the Rights.

Keywords: Brumadinho; Environmental Racism; Access to Justice through the Rights; 2030 Agenda; Inequalities.

1.Introdução

O desastre ambiental ocorrido com o rompimento da barragem de rejeitos no município de Brumadinho (barragem de rejeitos da Mina do Feijão), bem como os seus impactos ambientais e sociais demandam uma reflexão em relação à disposição dos rejeitos da mineração e como as empresas mineradoras desenvolvem uma atividade extrativista-predatória ante o modelo capitalista de sociedade e sua perspectiva de desenvolvimento.

Um aspecto de extrema relevância é o fato de que os maiores afetados pela tragédia ocorrida em Brumadinho foram a população negra e de baixa renda. Tal situação está atrelada à localização dos resíduos provenientes da extração empreendida pelas grandes mineradoras, armazenadas em barragens de rejeito, atingindo justamente sobre grupos étnicos mais vulneráveis, ao se considerar um possível rompimento dessas estruturas. Além

disso, esses indivíduos e grupos de indivíduos representam um contingente juridicamente invisível, a quem o acesso ao judiciário e o acesso à conformação de seus próprios direitos é sistematicamente negado, especialmente em razão de seu padrão de organização e atuação.

Desta feita, tratar-se-á do racismo ambiental no desastre ambiental ocorrido no ano de 2019 em Minas Gerais, com o rompimento da barragem, e da falta de acesso à justiça via direitos de grupos minoritários como problemas para a concretização da missão de combate às desigualdades dentro dos países da Agenda 2030.

Por fim, com base em relatórios e estudos prévios sobre o rompimento da barragem de Brumadinho, serão relacionados os conceitos supracitados com o desastre ambiental e com o desafio e compromisso de reduzir as desigualdades estabelecidos na Agenda 2030.

2.Racismo Ambiental: aspetos conceituais

Para Almeida (2018), o racismo é entendido como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens para certos grupos” (Almeida, 2018, p.25).

O racismo não se confunde com o preconceito, que é um julgamento prévio que se faz das pessoas e que opera no âmbito da subjetividade e no plano íntimo, e da discriminação – externalização do preconceito – que pode se operar de forma direta ou indireta. A discriminação direta é aquela em que há real intenção de discriminar, ainda que de forma oculta. A discriminação pode ser, ainda,

indireta, decorrendo de critérios aparentemente neutros, mas que, na prática, acarretam desvantagem para grupos ou pessoas. Não é necessário aqui a presença do elemento subjetivo, dispensando, assim, a intencionalidade (Gonçalves, 2020, p. 133).

Já o conceito de racismo ambiental surgiu no âmbito de debates e estudos sobre a Justiça Ambiental. Esse último consiste em um conceito mais amplo que trata sobre a mudança climática e os seus efeitos de maneira geral, mas também sobre o ambiente, incluindo a gestão de resíduos tóxicos e a poluição, o acesso às comodidades e a segurança no trabalho. Tal movimento não nasceu do

movimento ecologista da década de 1950, nem do movimento ambientalista, do século XIX, mas do movimento dos direitos civis no final do século XX. Como o movimento dos direitos civis, o movimento pela justiça ambiental aparece e se desenvolve primeiro no sul dos Estados Unidos, se espalhando por todo o país em um segundo momento. Os modos de ação que o define também são fortemente inspirados pelo seu antecessor, marcado por manifestações pacíficas, boicotes, marchas e cortes de estradas.

O movimento pela Justiça Ambiental é o ponto de partida de um novo ciclo de elaboração teórica, dando origem a novos conceitos mais específicos como o de Racismo Ambiental. No final da década de 1980, na esteira dos eventos do condado de “Warren County”, na Carolina do Norte, em que a população negra iniciou um movimento contra a instalação de um aterro de resíduos tóxicos em sua vizinhança, foi realizado um estudo pela “United Church of Christ” que destacou a existência do Racismo Ambiental nos Estados Unidos. O estudo revelou que a raça é um fator explicativo essencial da localização dos dejetos tóxicos nos Estados Unidos, ou seja, que é mais provável ser encontrados depósitos de lixo onde os negros vivem, os hispânicos, os ameríndios e outras minorias raciais. Nesse sentido, Paes e Silva (2012) sintetiza:

... a pesquisa realizada em 1987 pela comissão de justiça racial da United Church Christ, em que se constata que a “composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área”. O reverendo Benjamin Chavis, na ocasião diretor da Comissão responsável pela realização da pesquisa, foi quem cunhou a

partir da experiência em Warren County o termo “racismo ambiental” para designar a “imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor” (Jeffreus apud Capella, 1996: 331).

Para a compreensão do racismo ambiental é preciso um aprofundamento no entendimento do que é o racismo. De acordo com Keucheyan (2018), “o racismo não é simplesmente uma questão de opinião ou intenção racista”. Atualmente, o racismo tem também uma dimensão sistêmica, ou seja, independentemente de como pensam, certas categorias de indivíduos tiram vantagem da lógica capitalista racista, ainda que de forma involuntária. O autor acrescenta, nesse sentido, que o racismo é um fenômeno multiescalar, ou seja, se desdobra em várias escalas que interagem a todo momento entre si: a individual (que compreende a ideologia do indivíduo e sua intenção), a de mercado (compreende a lógica de alocação dos bens), a do Estado (e suas políticas públicas) e a das relações internacionais (fruto do imperialismo) (Keucheyan, 2018).

Almeida (2018), a seu turno, entende que o racismo pode ser analisado sob o ponto de vista individual, institucional ou estrutural. Sob a perspectiva individual, o racismo é visto como uma patologia atribuído a grupos isolados. Sob o ponto de vista institucional, parte-se da ideia de que, da forma como as instituições são postas, privilegia-se brancos em detrimento de negros. Por sua vez, a perspectiva estrutural do racismo decorre da compreensão de que os comportamentos individuais e os processos institucionais são consequências de estruturas sociais, econômicas e políticas de dominação. As próprias manifestações isoladas e perversas de racismo são também “derivados de uma

sociedade cujo racismo é a regra, e não a exceção” (Almeida, 2018, p. 38).

O racismo, nesse sentido, é um sistema de opressão que nega direitos (Ribeiro, 2019, p.12), não se confundindo com as consequências dele advindas, como é o caso de atos individuais ou institucionais entendidos como formas de discriminação (Gonçalves, 2020, p. 134).

A negação do racismo (ideologia da democracia racial) sustenta-se no discurso da meritocracia e que se funda na igualdade em seu sentido formal. “Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo o que estava ao seu alcance” (Almeida, 2018, p. 63). O discurso meritocrático – quando não leva em conta fatores como gênero, raça, idade, dentre outros – aprofunda, ainda mais, a desigualdade racial.

Keucheyan (2018) também ressalta que a variável racial não é isolada, se misturando às outras, principalmente à variável de classe, pois o fato classe, no sentido de posição na estratificação social, desempenha um papel mais importante no caso dos latinos e a raça no caso dos negros. A raça é susceptível de produzir uma diferenciação dentro de uma posição de classe e, inversamente, a classe de produzir a diferenciação dentro da mesma afiliação etnoracial.

Nesse mesmo sentido, Pacheco (2016) defende que o racismo ambiental não é configurado apenas por meio de ações com intenção racista, mas também por meio de ações de impacto racial, independentemente da intenção que originou a ação.

Segundo Herculano (2008 como citado em Declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental), o termo “Injustiça ambiental” pode ser definido como

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Dada a relevância do tema, as questões que envolvem a injustiça ambiental e o racismo ambiental não ganham espaço apenas no contexto estadunidense, mas em todo o planeta, inclusive no Brasil. Paes e Silva (2012), sobre a temática da injustiça ambiental, ressalta:

é evidente sobretudo em contextos históricos fortemente marcados por situações de desigualdades e injustiças, o que é o caso do contexto brasileiro. Aponta-se (Acsehrad, 2004c; Pacheco, 2006) um vasto conjunto de movimentos e ações surgidos no Brasil, que, ainda que não se tenham autodenominado como tal, mobilizam lutas por justiça ambiental ou contra o racismo ambiental. De entre estes casos, encontramos populações deslocadas para a construção de hidroelétricas, aldeias indígenas e grupos quilombolas deslocados por projetos turísticos ou intoxicados devido às monoculturas, populações pobres nas periferias das cidades para onde são destinados o lixo e empresas de tratamento deste, moradores tradicionais, caçadoras, pescadores e marisqueiros expulsos dos seus locais de habitação devido a

empreendimentos turísticos, de entre tantos outros.

É importante destacar que quando se trata de racismo ambiental no Brasil, é preciso levar em consideração uma série de peculiaridades próprias de um país cuja história de formação é marcada pela escravidão, pela dominação de grupos étnico-raciais e por um processo abolicionista não verdadeiramente emancipatório. Somado a tudo isso, está enraizada na sociedade a ideia do “mito da democracia racial”, segundo o qual o Brasil, devido ao alto grau de miscigenação, estaria livre de preconceitos raciais. Contudo, é preciso reconhecer que o fato de o povo brasileiro ser miscigenado não afasta situações de injustiças raciais, mas, pelo contrário, acaba naturalizando discriminações, como o racismo

ambiental, que é evidenciado em diversas situações de tragédias ambientais, como é o caso do rompimento da barragem de Brumadinho em Minas Gerais.

Aliada a essa situação, que acaba por agravar as injustiças ambientais, as classes populares e as minorias raciais geralmente têm menor propensão em recorrer à lei para impedir a instalação de atividades empresariais nocivas ao meio ambiente em locais próximos de suas localidades. Ademais, essas pessoas têm menos condições de acessar o judiciário, em caso de desastres ambientais, para buscar a responsabilização adequada pelos crimes ambientais e o pagamento de indenizações mais justas aos afetados. São essas questões de acesso à justiça.

3.O acesso à Justiça pela via dos direitos e Racismo Ambiental

97

O acesso à justiça é considerado um direito fundamental, assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), e um instrumento de inclusão social, de efetivação de direitos e de concretização de uma vida digna, ao dispor, no artigo 5º, inciso XXXV, que: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Além da expressa previsão do acesso à justiça no texto constitucional brasileiro, a questão também é tratada nas Declarações Internacionais de Direitos Humanos. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a Convenção Europeia de Direitos Humanos, por exemplo, tratam do efetivo acesso à justiça como um direito fundamental que deve ser encarado como um horizonte a ser alcançado pelos Estados Nacionais e Internacionais.

Entretanto, o acesso à justiça trata-se de um conceito complexo e amplo, que não envolve apenas o acesso ao poder judiciário.

O termo acesso à justiça possui diversas concepções, as quais encontram-se em constante transformação, e a busca por sua efetividade em uma sociedade marcada pela desigualdade ainda é um grande desafio a ser alcançado.

A noção de acesso à justiça evoluiu ao longo da história, variando de acordo com a conjuntura jurídica, social e política de cada época. A origem das discussões mais apuradas sobre o tema é identificada na década de 1970, quando Cappelletti e Garth (1988/2002), no bojo do Projeto de Florença, desenvolveram um estudo comparado acerca do acesso à justiça em diversos países, identificando os diversos obstáculos de caráter econômico, processual e institucional para sua efetivação e idealizando

as possíveis soluções, também chamadas de “ondas de acesso à justiça”. A partir dessa pesquisa, passou-se a ter a noção de que o acesso à justiça deve, além de ser acessível a todos, produzir resultados justos e efetivos às partes litigantes e à sociedade como um todo, sendo sua finalidade precípua, portanto, a concretização de direitos (Cappelletti & Garth, 1988/2002).

Na linha evolutiva do termo, o acesso à justiça passou a ser considerado multifacetado, podendo ser analisado tanto de um ponto de vista social, quanto jurídico. No aspecto jurídico, o conceito é dividido em uma acepção formal, que corresponde à mera capacidade de postulação em juízo, e uma acepção material, definida pela garantia de efetivação de direitos. Já no aspecto social, o acesso à justiça é o exercício de cidadania com o objetivo de alcançar a efetivação de direitos.

No entanto, para cumprir o desafio de se fazer efetivo o acesso à justiça em uma sociedade marcada pela pluralidade de indivíduos e de grupos de indivíduos e pela desigualdade social, é necessário adotar um recorte do conceito de acesso à justiça mais adequado e melhor adaptado ao contexto brasileiro, recorte esse que ultrapassa a ideia de Justiça enquanto mera instituição e que possibilita, de fato, a sistematização de meios para a sua efetivação. Nesse sentido, adota-se a concepção de acesso à justiça pela via dos direitos, desenvolvida por Avritzer et al. (2014).

O acesso à justiça pela via dos direitos engloba duas dimensões: “a ampliação da efetivação dos direitos e a ampliação da possibilidade de participação na conformação dos direitos” (Avritzer et al., 2014, p. 20). Cabe destacar que a primeira delas envolve a informação acerca dos direitos, o conhecimento do recurso à instância capaz de resolver o conflito e a efetiva reparação da injustiça causada pela violação do direito. Ademais, de acordo com Avritzer et al. (2014), a noção de acesso à justiça pela via dos

direitos envolve, então, três aspectos fundamentais: o impacto das reformas de políticas públicas de justiça; o entendimento de que o sistema de justiça envolve instâncias de resolução de conflitos para além dos tribunais; e a existência de múltiplas barreiras ao acesso à justiça via dos direitos de naturezas diversas (econômica, social, cultural e simbólica), como, por exemplo, as custas que costumam ser elevadas e, mesmo que não sejam, para tais grupos a própria existência do requisito financeiro já os afasta do caminho judicial.

Desta feita, é importante ressaltar que o acesso à justiça via direitos encontra na atualidade diversos obstáculos, de natureza econômica, social e cultural. Ademais, é de suma importância destacar que esses obstáculos, essas barreiras ao acesso à justiça via direitos, afetam, especialmente, as classes mais populares, que, no Brasil, são compostas predominantemente por negros. Nesse sentido, Marona (2013, p. 57) defende que há no Brasil a “conformação de um grupo de subcidadãos”, ou seja, “um contingente juridicamente invisível de indivíduos e grupo de indivíduos a quem o acesso à justiça é sistematicamente negado, especialmente em razão de seu padrão de organização e atuação”.

A falta de instrumentos que promovam a efetividade dos direitos para parcelas significativas da população brasileira, então, somada aos poucos espaços de participação disponíveis para grupos minoritários, afastam essa população do acesso à justiça e da plena realização de sua cidadania, contribuindo para o reforço da exclusão social que vivem desde o processo de colonização.

É justamente nesse sentido que as injustiças ambientais, ou mais especificamente, o racismo ambiental é agravado, pois verifica-se que as classes populares e as minorias raciais têm menos condições de realização da sua cidadania, pois encontram espaços reduzidos de participação e, consequentemente, têm

menos condições de fazer frente ao sistema capitalista que impõe o desenvolvimento de atividades nocivas ao ambiente e à saúde em locais próximos de onde vivem suas comunidades, o que representa um obstáculo ao acesso à justiça via direitos, que vai além do acesso ao judiciário. Ressalte-se que mesmo o

acesso à justiça em sua acepção mais simples e formalista, como o acesso ao judiciário, também é dificultado para esses grupos, visto que o judiciário impõe uma série de barreiras formais (como custas processuais elevadas), sociais e culturais, que atingem sobretudo as minorias raciais e sociais.

4. Racismo Ambiental no crime de Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil, um verdadeiro desastre ambiental com o rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da mineradora multinacional brasileira Vale S.A., que atingiu a área administrativa da Vale, bem como a comunidade da Vila Ferteco, deixando um grande rastro de destruição ambiental e centenas de mortes e desaparecimentos.

O caso de Brumadinho, devido aos impactos socioambientais inigualáveis, suscitou uma série de debates e discussões em diversas áreas do conhecimento. Dentre os diversos estudos realizados, o grupo multidisciplinar e interinstitucional de pesquisa e extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), formado por acadêmicos que se propõem a refletir sobre as múltiplas interfaces entre o setor extrativo mineral e a sociedade, produziu um relatório completo intitulado *Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba*. Nesse documento, o grupo de pesquisadores analisou aspectos gerais sobre o poder e as estratégias da Vale, realizou uma avaliação específica no contexto de Brumadinho e do Complexo Paraopeba II (que incluía as minas da Jangada e do Córrego do Feijão), avaliou os impactos econômicos e ambientais da atividade da multinacional e, por fim, traçou o perfil de

raça e de renda da população afetada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (Milanez et al., 2019).

Em linhas gerais, quanto às causas que levaram ao rompimento da Barragem de Brumadinho, o relatório revelou uma série de fatores políticos e econômicos que demonstram um descaso e uma irresponsabilidade da Vale no que tange à prevenção da tragédia (Milanez et al., 2019). Nesse sentido, o documento demonstrou que a Vale priorizava seu desempenho financeiro em detrimento das atividades operacionais, com a escolha de gestores vinculados ao mercado financeiro, sem conhecimento algum dos riscos inerentes ao setor mineral (Milanez et al., 2019). Aliado a isso, o relatório evidencia que há uma significativa redução no rigor dos processos de licenciamento ambiental em Minas Gerais, em virtude do poder instrumental da Vale e de outras mineradoras sobre os políticos naquele estado, devido ao financiamento de campanhas eleitorais, por exemplo (Milanez et al., 2019).

Uma particularidade interessante no caso de Brumadinho, que precisa ser ressaltada para melhor compreensão do caso, é a importância econômica da mineração para a economia e geração de empregos na região, pois, ainda de acordo com os dados do relatório, o setor extrativo mineral correspondia a 21% dos postos de trabalho diretos gerados no

município, sem contar os terceirizados (Milanez et al., 2019).

O que, em princípio, parece um dado positivo, pois se trata de uma atividade que gera renda para a população local, na verdade acaba se transformando em um fator ainda mais prejudicial ao aspecto ambiental, pois torna ainda mais difícil para os movimentos locais de contestação às atividades mineradoras se fazerem ouvir com relação aos impactos socioambientais das atividades, bem como sobre a falta de medidas de segurança nas operações das mineradoras.

Contudo, as maiores contribuições daquele relatório para o desenvolvimento do presente artigo, que trata de racismo ambiental, são aquelas análises que vão além das causas econômicas do rompimento da barragem, mas as considerações referentes aos impactos e aos desdobramentos do desastre, sobretudo no aspecto social.

O grupo de pesquisadores do PoEMAS realizou um estudo minucioso sobre as características de renda e de raça da população que foi afetada pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Os dados foram detalhados no relatório *Minas*

não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba e revelam que, nos primeiros quilômetros onde ocorreu o desastre, há uma maior presença de população negra e de baixa renda (Milanez et al., 2019). Destaca-se:

Assim, constatou-se que a população residente na área definida metodologicamente como afetada pelo rejeito da Vale em Brumadinho era predominantemente de não brancos (63,8%), percentagem populacional superior às médias municipal (52,5%) e estadual (54,6%), inclusive nas áreas rurais (respectivamente, 59,8% e 59,5%). Nas áreas indicadas como as populações e residências mais atingidas, Parque Cachoeira e Córrego do Feijão, os percentuais de não brancos chegavam a 70,5% e 58,8%, respectivamente. A média do rendimento nominal mensal para pessoas com mais de 10 anos de idade (com e sem rendimento) na área delimitada na investigação, em 2010 (ano de realização do censo), foi de R\$ 475,25; 7% a menos que o salário mínimo do período (Milanez et al., 2019).

Tabela 1: Características populacionais das áreas próximas à Barragem I (2010)

Área	Situação	Pop. Res.	Dom.	Pop. branca	Pop. não branca	Pop. branca (%)	Pop. não branca (%)	Rend. médio mensal (R\$)
Área da mina	Rural	162	101	69	93	42,6	57,4	524,74
Córrego do Feijão	Urbana isolada	415	149	171	244	41,2	58,8	427,56
Entorno do Parque Cachoeira	Rural	273	108	143	130	52,4	47,6	410,96
Parque da Cachoeira e Parque do Lago	Urbana isolada	763	541	225	538	29,5	70,5	516,84
Pires	Aglom. rural de extensão urbana	155	65	46	109	29,7	70,3	394,56
Entorno de Pires	Rural	370	198	130	240	35,1	64,9	452,87
Outra margem do Parque Cachoeira	Rural	141	92	42	99	29,8	70,2	599,27
Total na área atingida		2.279	1.254	826	1.453	36,2	63,8	475,25
Brumadinho	Rural	5.331	4.574	2.144	3.187	40,2	59,8	616,44
	Urbana	28.642	24.834	13.988	14.654	48,8	51,2	920,89
	Total	33.973	29.408	16.132	17.841	47,5	52,5	849,15
Minas Gerais	Rural	2.882.114	2.445.900	1.166.095	1.716.019	40,5	59,5	425,47
	Urbana	16.715.216	14.445.081	7.728.452	8.986.764	46,2	53,8	920,89
	Total	19.597.330	16.890.981	8.894.547	10.702.783	45,4	54,6	849,15

Fonte: Relatório *Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba*, com base no IBGE (2010). Milanez, B., et al. (2019). *Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba*. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Portanto, verifica-se que a maior parte das pessoas que foram afetadas pelo crime ambiental praticado pela mineradora Vale S.A. não são brancas, o que revela que estamos diante de um caso típico de Racismo ambiental, como aqueles que ocorreram nos Estados Unidos há décadas atrás. Isso porque o fato de ter sido instalada uma barragem de rejeitos naquela região e, ainda, o descaso da mineradora e do governo local com os riscos e os impactos ambientais, estão intimamente ligados ao fato de que aquela região é ocupada por um grupo discriminado: não brancos e de baixa renda.

O caso traduz o conceito racismo ambiental, pois trata-se de um mecanismo pelo qual a sociedade capitalista desigual destina a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações negras e de baixa renda.

Ademais, é importante ressaltar que, sobretudo no caso de Brumadinho, em que a mineração é a principal economia da região, os movimentos locais de contestação às atividades mineradoras, bem como as classes populares e minorias raciais, têm menos condições de realização da sua cidadania pois encontram

espaços reduzidos de participação e, conseqüentemente, têm menos condições de fazer frente ao sistema capitalista que impõe o desenvolvimento da atividade mineradora nociva ao ambiente e à saúde, o que representa uma verdadeira barreira ao acesso à justiça via direitos, que vai além do acesso ao judiciário.

Ainda quanto ao o acesso à justiça via direitos, é interessante destacar que o fato de o acesso ao judiciário ser dificultado para as minorias raciais e sociais, devido às inúmeras barreiras formais (como custas processuais elevadas), sociais e culturais, também se torna um fator para a instalação de atividades de risco ambiental e social em áreas majoritariamente ocupadas pela população marginalizada. Isso porque essas pessoas terão menos condições de recorrer ao judiciário e de participar de forma mais efetiva no processo para pleitear uma indenização mais digna.

Sobre o tema, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por intermédio da Opinião Consultiva 23/2017, solicitada pela Colômbia, reconheceu que os danos decorrentes dos

desastres ambientais atingem com maior intensidade grupos vulneráveis, razão pela qual os Estados estão juridicamente obrigados a fazer frente a essas vulnerabilidades, de conformidade com o princípio de igualdade e não discriminação (Corte Interamericana de Direitos Humanos [Corte IDH], 2017).

Na legislação interna do Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial dispõe, em seu artigo 2º, que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, nos diversos âmbitos (Lei n. 12.288, 2010). Especificamente no tocante aos desastres ambientais, o artigo 32 daquele Estatuto dispõe que o Poder Executivo elaborará e desenvolverá políticas públicas especiais voltadas para o desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos, respeitando as tradições de proteção ambiental das comunidades (Lei n. 12.288, 2010).

5. Agenda 2030 e o desafio de combater as desigualdades

A Agenda 2030 consiste em um plano de ação global, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, pelo qual foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para a realização destes. O documento toma como pressuposto a noção de que os 17 ODS “são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 10 – Redução das

Desigualdades – adquire relevo quando se trata de análise do desastre socioambiental ocorrido em Brumadinho. Nesse ponto, constata-se a necessidade de serem considerados os recortes de raça e de classe dos grupos sociais mais afetados pela tragédia, para uma melhor compreensão do ela representa em termos das dificuldades enfrentadas pelo Brasil para a concretização da Agenda 2030 nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

De acordo com os dados trazidos pelo Relatório *Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da*

Vale na bacia do rio Paraopeba (Milanez et al., 2019), o contingente populacional de atingidos era identificado, em sua maioria, como pessoas não-brancas e de baixa renda. Essas informações são fundamentais no contexto da efetivação da Agenda 2030 e do ODS 10 a níveis nacional, regional e local, no sentido preponderante de combate às desigualdades não apenas entre os países, mas dentro de cada um deles, como no caso do Brasil, no estado de Minas Gerais e no município de Brumadinho.

Como extensivamente abordado no Informe “*El extrativismo mundial y la igualdad racial*”, da Relatora Especial da ONU, Tendayi Achiume, sobre as *Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância* (Organização das Nações Unidas [ONU], 2019), no que diz respeito à igualdade racial e à discriminação, a economia política contemporânea do extrativismo global não pode ser adequadamente compreendida sem referência a suas origens coloniais (ONU, 2019, p.6).

Nesse sentido, o Informe expõe que as desigualdades fundamentais que caracterizam a economia política mundial também estão presentes na economia do extrativismo (ONU, 2019). Nesse cenário, consagram-se “vencedores” os Estados poderosos e suas empresas transnacionais, assim como as elites políticas dos Estados mais fracos, os quais

constituem os territórios de extração (ONU, 2019, p.2). Em contrapartida, as populações desses territórios suportam a maior parte do peso da economia do extrativismo e, com elevada frequência, pagam com suas próprias vidas pelo desenvolvimento dessa atividade econômica (ONU, 2019, p.2).

Assim, percebe-se que o desastre socioambiental ocorrido em Brumadinho adquire os contornos do racismo ambiental, na medida em que se amolda às situações de desigualdade que norteiam a economia política do extrativismo global e suas origens coloniais. Pautada pela atividade extrativista-predatória das mineradoras e pela injustiça ambiental contra as populações dos territórios explorados, a atuação do Estado brasileiro, no contexto da economia política do extrativismo global, precisa ser modificada, para que o país possa cumprir os compromissos assumidos por meio da Agenda 2030 e do ODS 10, bem como evitar a perpetuação de tragédias como a de Brumadinho no território nacional.

Outrossim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem servir de diretriz para a implementação progressiva de políticas públicas voltadas à prevenção de danos ambientais, assim como de mitigação dos danos que atingem em maior intensidade grupos vulneráveis, com a elaboração de planos de ação específicos que atendam às peculiaridades das situações concretas.

6.Considerações conclusivas

O desastre ambiental ocorrido em 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, com o rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da mineradora multinacional brasileira Vale S.A., que atingiu a área administrativa da Vale, bem como a

comunidade da Vila Ferteco, é um caso típico de Racismo ambiental.

Racismo ambiental é um conceito que surgiu no âmbito de debates e estudos sobre o tema da Justiça Ambiental e pode ser definido como um mecanismo pelo qual a sociedade capitalista desigual destina a maior carga dos

danos ambientais do desenvolvimento às minorias etnoraciais. No Brasil, para falar de Racismo ambiental é preciso levar em consideração uma série de peculiaridades, pois está enraizada na sociedade a ideia do “mito da democracia racial”, segundo o qual o Brasil, devido ao alto grau de miscigenação, estaria livre de preconceitos raciais. Contudo, é preciso reconhecer que o fato de o povo brasileiro ser miscigenado não afasta situações de injustiças raciais, mas, pelo contrário, acaba naturalizando discriminações.

A situação do racismo ambiental é agravada, pois verifica-se que as classes populares e minorias raciais, sobretudo no caso de Brumadinho em análise, encontram diversos obstáculos ao acesso à justiça via direitos, uma vez que elas têm menos condições de realização da sua cidadania, pois encontram espaços reduzidos de participação e, conseqüentemente, têm menos condições de fazer frente ao sistema capitalista que impõe o desenvolvimento de atividades mineradoras nocivas ao ambiente e à saúde em locais próximos de onde vivem suas comunidades.

Ressalte-se que o acesso ao judiciário também é dificultado para esses grupos, visto que o judiciário impõe uma série de barreiras formais

(como custas processuais elevadas), sociais e culturais, que atingem sobretudo as minorias raciais e sociais, tornando-se mais um fator para a instalação de atividades de risco ambiental e social em áreas majoritariamente ocupadas por essas minorias, visto que elas terão menos condições de recorrer ao judiciário e de participar de forma mais efetiva no processo para pleitear indenizações mais justas e uma responsabilização adequada pelos crimes ambientais.

Nesse sentido, o desastre socioambiental ocorrido em Brumadinho adequa-se ao conceito de Racismo ambiental, trazendo consigo situações de desigualdade que, na economia política mundial, subsidia a atividade econômica – extrativista-predatória – das mineradoras transnacionais. A partir disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacadamente o ODS 10 da Agenda 2030, devem funcionar como diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção dos danos socioambientais causados pela mineração, atentando-se para as peculiaridades dos grupos vulneráveis, mais fortemente atingidos em decorrência da injustiça ambiental.

- Acselrad, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, n.68, Vol.24.
- Acselrad, H. (2005). Apresentação. In: A. Zhouri, K. Laschefski & D. B. Pereira; (Orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais* (pp.7-8). Autêntica Editora.
- Acselrad, H. (2002) Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio ambiente* (pp. 49-60). (n. 5). Editora UFPR.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* (1ª ed., V. 1.). Letramento.
- Avritzer, L. (2013) Judicialização da Política e equilíbrio de poderes no Brasil. In: L. Avritzer, N. Bignotto, J. Guimarães, F. Filgueiras & H. Starling (Orgs.) *Dimensões Políticas da Justiça* (pp. 215-220). Civilização Brasileira.
- Avritzer, L., Marona, M. & Gomes, L. (2014). *Cartografia da Justiça no Brasil*. Editora Saraiva.
- Beltramelli Neto, S. (2016). *Direitos Humanos*. (3ª ed.). JusPodivm.
- Birgen, H. & Kohen, B. (2006). El acceso a la justicia como derecho. In: *El acceso a la justicia como garantía de igualdad: instituciones, actores y experiencias comparadas* (Birgen, H. & Kohen, B., Orgs.). Biblos.
- Bullard, R. Ética e racismo ambiental. (2005, jan.). *Revista Eco 21*, ano XV, nº 98, jan. 2005. https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo
- Cambi, E. (2007, fev.) Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. *Panóptica*, ano 1, n. 6. fev. 2007, 1-44. <https://www.panoptica.org>
- Cappelletti, M. & Garth, B. (2002) *Acesso à justiça*. (E. G. Northfleet., Trad. & Rev.). Fabris. (Trabalho original publicado em 1988)
- Carneiro, C. & Stephan, I. (2016, jul.). Barra Longa já não é mais a mesma. O colapso da barragem da mineradora Samarco e a tragédia ambiental. *Minha Cidade*, ano 16, n. 192.03, jul. 2016. Vitruvius. <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.192/6095>
- Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. (1988). Senado. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Corte Interamericana de Direitos Humanos. (2017) Opinião Consultiva 23/17, de 15 de novembro de 2017. *Meio Ambiente e Direitos Humanos (Obrigações Estatais em relação ao meio ambiente no marco da proteção e garantia dos direitos à vida e à integridade pessoal – interpretação e alcance dos Artigos 4.1 e 5.1, em relação aos Artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)*. <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/dados-da-atuacao/corte-idh/OpinioConsultiva23versofinal.pdf>
- Costa A., Fernandes Felipe, M., Franco, R. & Matos, R. (2016). A Tragédia Do Rio Doce: A Lama, O Povo e a Água. Relatório de Campo e Interpretações Preliminares Sobre as Consequências do Rompimento

- da Barragem de Rejeitos de Fundão (Samarco/Vale/Bhp). *Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG*, Edição Especial, 63-94. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13468>
- Galeano, E. H. (2012). *As veias abertas da América Latina*. (S. Faraco, Trad.). L&PM.
- Gonçalves, I. S. (2020) Ações afirmativas e racismo estrutural: a legalidade de anúncios de empregos dirigidos exclusivamente a pessoas autodeclaradas negras. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região*, Ed. Eletrônica n. 5, 130-144. https://www.trt24.jus.br/documents/1314207/4379560/Revista+2020_2.pdf/65ea2212-3522-4f6b-8774-660311d47de3.
- Herculano, S. (2008). *Racismo ambiental, o que é isso?* https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf
- Junqueira, E. B. (1996) Acesso à Justiça: um olhar retrospectivo. *Revista Estudos Históricos*, n. 18, Justiça e Cidadania, CPDOC/FGV.
- Keucheyan, R (2018). *La nature est un champ de bataille*. La Découverte.
- Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. (2010, 21 de julho) Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Presidência da República.
- Leroy, J. P. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. (2014). In: A. Zhouri & N. Valencio (Orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Editora UFMG.
- Machado, M. R. & Bottini, P. C. (Orgs). (2006). *Novas direções na governança da justiça e da segurança* (p. 249). Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário.
- Marinoni, L. G. (2008). A legitimidade da atuação do juiz a partir do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva. *Revista Peruana de Derecho Procesual*, v. 10, 453-470.
- Marona, M. (2013). *Acesso à qual justiça?: a construção da cidadania brasileira para além da concepção liberal*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional UFMG. <https://hdl.handle.net/1843/BUOS-9M4L5G>
- Marques, M. & Nogueira, S. (2017). De quem é essa terra? Os impactos sócio espaciais da mineração pós-rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. *Anais do XVII ENANPUR*, Sessões Temáticas, v. 17 n. 1 <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1591>
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Zahar.
- Milanez, B., et al.. (2019) Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio

- Paraopeba. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.
- Miranda, A. P. M. (2009) Movimentos Sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do estado. *Lex Humana*, Universidade Católica de Petrópolis, nº 1., 218-237.
- Nalini, J. R. (2000). *O juiz e o acesso à justiça*. (2ª Ed.). Editora Revista dos Tribunais.
- Organização das Nações Unidas. (2000). Declaração Universal dos Direitos Humanos. (Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, Trad.). https://www.redeblh.fiocruz.br/media/decl_d_human.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2019). El extrativismo mundial y la igualdad racial. Informe de la Relatora Especial Sobre las Formas Contemporáneas de Racismo, Discriminación Racial, Xenofobia y Formas Conexas de Intolerancia. Conselho de Direitos Humanos. Achiume, Tendayi. Geneva: ONU, 14 de maio de 2019. <https://digitallibrary.un.org/record/3823039>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. (Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, Trad.). https://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf
- Orsini, A. G. S. (2007). Formas de resolução dos conflitos e acesso à justiça. *Revista RDT – Revista de Direito Trabalhista*, ano 13, n. 09.
- Pacheco, T. (2016) *Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor*. <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>
- Paes e Silva, L. H. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES*, 17. <https://doi.org/10.4000/eces.1123>
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. Companhia das Letras.
- Sadek, M. T. A. (2001). *Acesso à justiça*. M. T. Sadek (Org.). Fundação Konrad Adenauer.
- Sadek, M. T. A. (2006). Juizados Especiais: o processo inexorável da mudança. In: Slakmon, C., Machado, M. R., Bottini, P. C. (Orgs.). *Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança* (p.251). Ministério da Justiça.
- Santos, B. S. (2011). *Para uma revolução democrática da justiça*. (3ª ed). Cortez.
- Wanderley, L. J. (2015). *Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica*. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

Watanabe, K. (1988) Acesso à justiça e sociedade moderna. In: A. P. Grinover, et al. (Coord.). *Participação e processo* (pp.128-135). Revista dos Tribunais.

Zonta, M. & Trocate, C. (Orgs.) (2016) *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*. Editorial Iguana.

O exercício da Advocacia: Estudo comparativo Portugal e Brasil

The practice of advocacy: a comparative study between Portugal and Brazil

Sancha de Carvalho e Campanella

Centro de Investigação ISAL, Portugal

sancha.campanella-267m@advogados.oa.pt

Allen dos Santos Pinto da Silva

Centro de Investigação ISAL, Portugal

allen.silva@gmail.com

Jorge Alexandre Rodrigues da Costa

Centro de Investigação ISAL, Portugal

jorge.costa@outlook.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Data de Submissão: 30/03/2021

Data de Aprovação: 28/04/2021

Resumo

Este estudo analisa, comparativamente, a caracterização dos contextos atuais da vida advocacia no Brasil e em Portugal, aferindo o crescimento dos cursos de Direito e Universidades, o número de advogados existentes. Desta forma, pretende-se conhecer a realidade atual da advocacia luso-brasileira. O estudo justifica-se pelo passado histórico comum aos dois países, predominado pela forte influência portuguesa na formação cultural e legislativa brasileira, dado o seu passado de Vice-Reinado de Portugal. O estudo assume, ainda, particular importância, atendendo ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, (Resolução da Assembleia da República nº 83/2000 de 14 de dezembro, 2000). O referido tratado estabelece o livre acesso às profissões entre ambos os países, desde que exista reciprocidade e que cumpram os requisitos exigidos para os nacionais. Por meio das informações e dados colhidos, verifica-se que ambos os países têm mecanismos legislativos e normativos de acesso à profissão de advogado, e fortemente reguladores do estatuto garantido pelas ordens profissionais de inscrição obrigatória, respetivamente AO e OAB. Constatou-se, por fim, uma forte expansão do mercado jurídico em ambos os países.

Palavras-chave: Advocacia, Brasil, Direito, Portugal.

Abstract

This study comparatively analyzes the characterization of the current contexts of law practice in Brazil and Portugal, assessing the growth of Law and University courses, the number of existing lawyers. In this way, it is intended to know the current reality of Portuguese-Brazilian law. The study is justified by the historical past common to both countries, predominated by the strong Portuguese influence in the Brazilian cultural and legislative formation, given its past as the Viceroyalty of Portugal. The study is also of particular importance, given the Treaty of Friendship, Cooperation and Consultation between the Portuguese Republic and the Federative Republic of Brazil, signed in Porto Seguro on April 22, 2000, (Resolution of the Assembly of the Republic nº 83/2000 December 14, 2000). The aforementioned treaty establishes free access to professions between both countries, provided that there is reciprocity and that they fulfill the requirements required for nationals. Through the information and data collected, it appears that both countries have legislative and normative mechanisms for access to the legal profession, and strongly regulate the status guaranteed by professional mandatory registration orders, respectively AO and OAB. Finally, there was a strong expansion of the legal market in both countries.

Keywords: Advocacy, Brazil, Law, Portugal.

1. Enquadramento

A palavra Advogado deriva da expressão em latim *ad vocatus*, que significa o que foi chamado para intervir em nome de terceiro. Por outras palavras, a pessoa responsável por litigar ou defender os interesses de outrem em juízo ou fora dele.

À Advocacia, chamou Voltaire (1694-1778), “a mais bela das profissões humanas” “Le plus bel état du monde” (Neto, 1946).

Por isso, o mandato do advogado é, como afirma o mestre Couture (1987), uma atividade única, prestigiada, nobre e honrosa. Em termos práticos, advogar significa, essencialmente, defender, representar em juízo e fora dele, patrocinar, proteger, orientar, exercer a advocacia. Logo, ser Advogado significa exercer um mandato associado a poder económico e político, a conhecimento e acesso reservado a determinados fóruns do poder (Poiares, 2018).

Neste âmbito, incumbe a qualquer Estado moderno, garantir os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos; e, em consequência destes direitos e liberdades fundamentais, os cidadãos têm o direito à informação, à consulta jurídica, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por um advogado perante qualquer autoridade. Importa salientar que, todos estes direitos se encontram retratados em ambas as constituições, tanto do Brasil, como em Portugal.

Os advogados gozam de estatuto especial e de imunidades necessárias ao exercício do mandato, pelo que ambas as legislações – Portuguesa e Brasileira – regulam o patrocínio forense como elemento essencial à administração da justiça. Desta forma, reconhece-se, ainda, aos advogados um lugar central na administração da justiça.

Em Portugal e no Brasil, a profissão é regulada por ordens profissionais, respetivamente a OA e a OAB. O atual Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA) portugueses foi aprovado pela Lei nº 145/2005, de 26 de Janeiro. Já o Estatuto da Ordem dos Advogados brasileiros (EOAB) foi aprovado pela Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994.

Quer num país, quer noutro, as Ordens dos Advogados constituíram-se como associação pública representativa dos Advogados, e gozam de independência relativamente aos demais órgãos do Estado.

Ambos os Estatutos da Ordem dos Advogados reforçam a ideia central de que “o advogado é indispensável à administração da justiça” (artigo 88º, nº 1 do EOA e artigo 2º da EOAB), o que determina que sem advocacia não há administração da justiça, nem realização plena do Estado de Direito.

Em regra geral, a prática dos atos próprios da advocacia estão reservados aos licenciados em direito com inscrição em vigor na Ordem dos Advogados (artigo 61º, nº 1 do EOA). Contudo, o EOAB vai ainda mais longe ao determinar que que são nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas (artigo 4º do EOAB).

Ambos os ordenamentos jurídicos determinam que aos advogados é devido, aquando do exercício da sua profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia, seja por magistrados, agentes da autoridade ou funcionários públicos.

O advogado exerce a profissão com liberdade (artigo 7º do EOAB), tendo plena autonomia técnica nesse exercício, o qual faz de forma isenta, independente e responsável (artigos 81º, nº 1 do EOA).

Nos termos do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000 (Resolução da Assembleia da República nº 83/2000, publicado no Diário da República I SÉRIE-A, nº 287 de 14 de dezembro de 2000) reconhece-se a história comum dos dois países para estabelecer princípios e objetivos para um desenvolvimento de relações entre profissionais de ambos os lados do Atlântico, os quais se encontram decalcados no artigo 1º do Tratado. Este Tratado comemorou os seus 20 anos de existência e tem sido um marco fundamental nas relações entre Portugal e o Brasil.

Neste âmbito, e ao abrigo do referido tratado (artigo 39º) os graus e títulos académicos de ensino superior concedidos por estabelecimentos para tal habilitados por qualquer um dos países em favor dos nacionais serão reconhecidos no outro país, desde que certificados por documento devidamente apostilhado, permitido às universidades e demais instituições de ensino superior em

Portugal e no Brasil celebrar convénios tendentes a assegurar o reconhecimento automático dos graus e títulos académicos, assimilando os diferentes programas curriculares ministrados.

O mesmo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, permite, ainda, que o cesso á profissões e seu exercício possam ser efetuados em ambos os países, em condições idênticas às exigidas aos nacionais de cada um. É, assim, estabelecido um princípio de reciprocidade entre ambos os países para o acesso e exercício da profissão, princípio este que é reiterado por ambos os Estatutos Profissionais da Ordens dos Advogados de ambos os países. É neste contexto de amizade e cooperação entre os dois países e da celebração há vinte anos do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, que surge o presente texto, com vista a aferir os resultados práticos da sua aplicação.

2. Metodologia

O presente estudo tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com os problemas de acesso e exercício da profissão de advogado em duas nações distintas, mas com fortes laços culturais e interesses no desenvolvimento de soluções no quadro alargado da lusofonia, materializada na CPLP. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, exploratório e descritivo (Gil, 2017; Prodanov & Freitas, 2013). De acordo com (Gil, 2017; Prodanov & Freitas, 2013) é a pesquisa recomendada em casos de estudo deste tipo, dado que se apresenta como flexível e na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso. A pesquisa

bibliográfica caracteriza-se por analisar e discutir informações já publicadas. O objetivo é colocar os investigadores em contacto direto com todo o material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Destarte, o presente estudo parte da descrição para uma comparação entre a realidade do mercado jurídico do Brasil e de Portugal, com recurso a métodos estáticos.

Gil (2017) afirma que o método comparativo procede pela investigação de (...) fenómenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e as semelhanças entre eles. “Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato

de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo.”.

Recorreu-se a fontes secundárias de dados, de forma a interpretar fenómenos e atribuir significados. A fundamentação foi elaborada com o estudo de diversos documentos científicos publicados.

3.A Advocacia nas ordens nacionais

Para ser advogado em Portugal é necessário ser detentor de uma Licenciatura em Direito, por universidade Portuguesa e inscrição na Ordem dos Advogados.

A Ordem dos Advogados Portuguesa, criada pelo Decreto n.º 11 715, de 12 de Junho de 1926, e teve a sua origem na Associação dos Advogados de Lisboa, cujos Estatutos foram aprovados em 1838.

O Estatuto da Ordem dos Advogados regulamenta os mais importantes aspetos relacionados com a organização e funcionamento da Instituição representativa dos Licenciados em Direito que exercem a Advocacia e estabelece o quadro deontológico do exercício da atividade.

De acordo com Collins (1989), as associações profissionais realizam um “trabalho político” de criação de identidades profissionais, pela via de produção de uma cultura própria a cada profissão, que a distinga das outras profissões, e pela via da normatização profissional. Autonomia ante as outras profissões e controle interno são os objetivos maiores, e o que se espera, das associações profissionais. As profissões são grupos de status. As profissões precisam agir coletivamente, através das associações, para manter a imagem de profissão ideal diante da sociedade.

A inscrição na Ordem como advogado e o exercício da advocacia depende de um tirocínio (Estágio) sob orientação da OA, com a duração de dezoito meses, destinado a habilitar e

certificar que o advogado obteve formação técnico-profissional e deontológica ao cumprimento dos requisitos impostos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados. O estágio é fortemente regulado pela Oa, que possui um Regulamento de estágio (Regulamento n.º 913-A/2015, aprovado em Assembleia Geral da Ordem dos Advogados de 21 de dezembro de 2015), onde se definem as áreas obrigatórias de atuação do advogado estagiários, a formação a receber e os exames a realizar.

Após a realização do tirocínio, o candidato tem que realizar um exame escrito e uma entrevista oral obrigatória de carácter eliminatório.

De acordo com Fundação Getúlio Vargas (2020) o exame tem por objetivo fundamental: proteção da sociedade e do cidadão, sendo preciso garantir que os profissionais responsáveis por resguardar direitos fundamentais como a liberdade, a honra e o patrimônio tenham formação mínima adequada.

O exercício da profissão é fortemente regulado, existindo legislação que define os atos próprios dos advogados e dos solicitadores e que inclusivamente tipifica como crime de procuradoria ilícita estes atos quando praticados por não advogados ou solicitadores (Lei 49/2004 de 24 de Agosto).

De acordo com este diploma legal são atos próprios do advogado ou solicitador:

a) O exercício do mandato forense;

- b)** A consulta jurídica.
- c)** A elaboração de contratos e a prática dos atos preparatórios tendentes à constituição, alteração ou extinção de negócios jurídicos, designadamente os praticados junto de conservatórias e cartórios notariais;
- d)** A negociação tendente à cobrança de créditos;
- e)** O exercício do mandato no âmbito de reclamação ou impugnação de atos administrativos ou tributários.

São atos próprios dos advogados os atos que forem exercidos no interesse de terceiros e no âmbito de atividade profissional, sem prejuízo das competências próprias atribuídas às demais profissões ou atividades cujo acesso ou exercício é regulado por lei, e ainda todos aqueles que resultem do exercício do direito dos cidadãos a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.

No tocante ao Brasil, e influenciados pela criação da OA, em 1843, foi criado por Dom Pedro I o Instituto dos Advogados Brasileiros, mas somente em 1930 no governo provisório de Getúlio Vargas é que foi criada a Ordem dos Advogados do Brasil.

Igualmente no Brasil, para se exercer a advocacia, é necessário estar inscrito na OAB, inscrição esta que é obtida mediante aprovação no Exame de Ordem, conforme os seus Estatutos. Para inscrição na ordem é

necessário ser titular do título de graduação como bacharel em Direito. Desde 1994, que o exame da OAB é obrigatório e desde 2007 é unificado, ou seja, é igual em todo o país, sendo um critério de controle da qualidade das IES.

O Mercado Jurídico Brasileiro em Números.

Muito se fala na saturação do mercado de trabalho jurídico no Brasil. [No entanto, se fizermos um balanço com base nos últimos números disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério de Educação e Ciência (MEC), OAB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode-se inferir sobre os dados desse mercado, tão grande e impressionante quanto o próprio país de dimensões continentais.

Pretende-se compreender o mercado brasileiro, com fundamentação em dados estatísticos. Assim, numa perspectiva evolutiva, apresenta-se o número de Faculdades de Direito no Brasil.

Atualmente, existem 1.217.918 advogados ativos, sendo 608.661 mulheres e 609.257 homens.

O Mercado Jurídico Português em números

Em Portugal o número de advogados tem crescido exponencialmente, tendo passado de 1964, em 1960, para 33 298 no ano 2019 (Tabela 1).

Tabela 1 – Advogados Inscritos na Ordem do advogados

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
1960	1 964	x	x
1978	3 818	x	x
1980	5 134	x	x
1990	11 319	8 477	2 842
2000	18 629	10 111	8 518
2005	24 407	12 241	12 166

2010	27 550	13 301	14 249
2011	27 869	13 377	14 492
2012	28 182	13 352	14 830
2013	28 765	13 499	15 266
2014	29 337	13 690	15 647
2015	29 699	13 724	15 975
2016	30 475	13 920	16 555
2017	31 326	14 195	17 131
2018	32 368	14 617	17 751
2019	33 298	14 933	18 365

Fonte: Direção Geral da Política Justiça (DGPJ)/Ministério da Justiça (MJ) – PORDATA (2020)

Com o aumento dos advogados, o status e o poder simbólico atribuído à profissão, como *standart* da justiça, diminuíram à medida que o número de profissionais foi aumentando, como se existisse numa relação de oferta/procura e foi sendo entendido que a qualidade dos serviços prestado aos cidadãos diminuía com este aumento. O advogado que tinha uma imagem social associada a uma classe reservada e única com poder económico e até político, a qual foi-se perdendo com a massificação da profissão.

Ensino do Direito no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 20 de dezembro

de 1996 (Lei nº 9.394/96) retirou as barreiras institucionais e legais para a implantação e estruturação das Instituições de Ensino Superior no Brasil, o que causou um expressivo crescimento do número de IES. De acordo com Fundação Getulio Vargas (2020), o número de instituições de ensino jurídico no país saltou de 235 em 1995, para mais de 1.500, atualmente.

De acordo com dados do Ministério da Educação (2020), em 2019, existiam 2608 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo apenas 302 instituições públicas contra 2306 privadas, demonstrando a hegemonia destas (Tabela 2).

Tabela 2 – Instituições de Ensino Superior no Brasil

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2009	2 314	100	86	7	120	103	1 863	35	n.a.
2010	2 378	101	89	7	119	133	1 892	37	n.a.
2011	2 365	102	88	7	124	135	1 869	40	n.a.
2012	2 416	108	85	10	129	146	1 898	40	n.a.
2013	2 391	111	84	10	130	140	1 876	40	n.a.
2014	2 368	111	84	11	136	136	1 850	40	n.a.
2015	2 364	107	88	9	140	139	1 841	40	n.a.
2016	2 407	108	89	10	156	138	1 866	40	n.a.
2017	2 448	106	93	8	181	142	1 878	40	n.a.
2018	2 537	107	92	13	217	139	1 929	40	n.a.
2019	2 608	108	90	11	283	143	1 933	40	n.a.

Fonte: Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional Educação e Pesquisa (INEP)

Abaixo pode-se conferir na figura (Figura 1) Direito no Brasil entre os meses de abril e junho com a evolução do número de Faculdades de do ano de 2020:

Figura 1 - Faculdades de Direito no Brasil

Fonte: MEC (2020)

No mês de julho apresentou um acréscimo de 14 faculdades ativas, totalizando 1787 faculdades de Direito em todo território brasileiro.

De posse desses dados, depreende-se o número de profissionais do direito necessários para fazer essas 1787 faculdades de direito funcionarem em sua plenitude, sem mencionar aqui quantidade cursos jurídicos e especializações, pois essa informação é

imprecisa. De referir que se trata de um mercado em plena expansão, sem previsão de retração, como fica demonstrado pelo gráfico, em que em plena pandemia, existe espaço para a expansão do mercado jurídico brasileiro.

No tocante ao número de cursos de direito em 2017 existiam 1203 cursos, existindo um forte aumento desde 1995 (Freitas, 2020), o qual é consentâneo com o crescimento das IES (Figura 2).

Figura 2 - Evolução do número de cursos de direito no Brasil

Fonte: Censo da Educação Superior – INEP/MEC (2020)

De acordo com Tenente (2017), este número torna-se ainda mais alarmante quando se verifica que outros grandes países como EUA, China e toda a Europa, juntos somam 1.100 cursos.

De acordo com o MEC, o curso de direito é a maior graduação do Brasil (Ministério da Educação, 2020).

Essa expansão, pode sugerir um saturamento do mercado, para tanto, passaremos a analisar a quantidade de advogados que essas faculdades são capazes de formar e aprovar no exame da Ordem.

No Brasil a OAB, desde 2001, reconhece e premeia as IES atribuindo o “Selo OAB RECOMENDA”, a quem tenha critérios de excelência, regularidade e qualidade compatíveis com as exigências da OAB. Este selo é quase uma forma de avaliação das IES. De acordo com Fundação Getúlio Vargas (2020) em 2018, num total de 1502 cursos foram atribuídos apenas 161 selos.

O Ensino do Direito em Portugal

O sistema de ensino superior em Portugal é um sistema binário que integra universidades e institutos politécnicos podendo as mesmas serem de cariz público ou privado, e dentro desta de cariz universitário ou politécnico.

Em Portugal existem, atualmente 328 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo

219 pertencentes ao Ensino Superior Público, das quais 117 são ensino politécnico e 95 ensino universitário, e 109 pertencentes ao Ensino Superior Privado, sendo 65 de cariz politécnico e 44 de cariz universitário e 7 pertencentes ao ensino superior militar e policial (DGEEC, 2020).

Com a implementação do Processo de Bolonha, são três os graus académicos de ensino superior oferecidos pelas IES em Portugal: licenciatura (1º Ciclo), mestrado (2º Ciclo) e doutoramento (3º Ciclo).

As licenciaturas em Direito, em virtude da Declaração de Bolonha, foram reduzidas de 5 para 4 anos letivos.

O ensino superior caracteriza-se pela existência de números *clausus* definidos para cada IES e por curso.

Todos os cursos superiores são acreditados previamente pela A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, entidade instituída pelo Estado através do Decreto-lei nº 369/2007, de 5 de novembro, a quem incumbe também a acreditação da IES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, 2020).

Existem 17 IES em Portugal que ministram curso de Direito, seja licenciatura, mestrado ou doutoramento), as quais se podem apresentar graficamente (Figura 3 e 4):

Figura 3 - Universidade que ministram Licenciatura em Direito

Fonte: Infor cursos (2020)

Figura 4 - Universidade que ministram 2º ciclo em Direito

Fonte: Infor cursos (2020)

Conforme se pode verificar e no tocante ao número de IES que ministram 1º ciclo predomina o ensino privado, mas ao nível do 2º Ciclo predomina o ensino público.

No tocante aos números de Cursos em si, podemos verificar a existência de 58 cursos de direito de 1º e 2º ciclo, sendo 17 cursos de licenciatura e 41 de mestrado (Figura 5 e 6).

Figura 5 - Número de Cursos em Direito - 1º Ciclo - Licenciatura

Fonte: Infor cursos (2020)

Figura 6 - Número de Cursos em Direito - 2º Ciclo - Mestrado

Fonte: Infor cursos (2020)

Ao nível do número de cursos de direito, universidades publicas, as quais representam 62% dos cursos (Figura 7):
verificamos que quer sejam licenciatura quer mestrados, predomina o ensino nas

Figura 7 - Total de Cursos em Direito - 1º e 2º Ciclo

Fonte: Infor cursos (2020)

Importa salientar que em Portugal as áreas de educação e formação das ciências sociais, comércio e direito são as áreas com mais candidatos mais diplomados do ensino superior, seguidas da Engenharias (Figura 8):

Em 2020 existiam 2761 vagas para o regime geral de acesso ao ensino superior para a licenciatura em Direito, na totalidade das IES, aos quais acrescem os regimes especiais de

acesso, e, desde o ano 2.009, há sempre mais de 2.000 candidatos, por ano, em média, a iniciar o estágio de advocacia na Ordem dos Advogados:

Tabela 3 - Número de estagiário inscritos na ordem dos advogados

Nº inscrições Ano		Tipo de interveniente			
	2019		2018		2017
Sexo	Advogados	Advogados Estagiário:	Advogados	Advogados E	Advogados
Masculino	14 933	1 315	14 617	1 271	14 195
Feminino	18 365	2 214	17 751	2 272	17 131
Total	33 298	3 529	32 368	3 543	31 326

Fonte: Estatística da Justiça (2020)

Não obstante, podemos entender existir um numero de cursos de Direito, existem inúmeras profissões jurídicas (advocacia, magistratura judiciaria e do ministério público, solicitadoria e

agentes de execução, notariado, Conservadores dos Registos) e para jurídicas (oficiais de justiça, polícia judiciária, polícia de segurança pública, guarda nacional

republicana, polícia marítima, serviço de estrangeiros e fronteiras e ainda os mediadores e conciliadores em meios de resolução alternativa de litígios).

Número de Advogados no Brasil

Não é incomum encontrar advogados que acreditam existir muitos colegas de profissão exercendo a prática jurídica e o mercado estaria saturado.

Que existem mais advogados hoje, isso é claro e até pelo crescente número de faculdades de direito, esperado. Agora quanto a saturação do mercado de trabalho, entanto, nem sempre essa opinião é unânime e acaba se refletindo em uma nostalgia que é nada mais nada menos do que uma sensação de saudade idealizada, e às vezes irreal, por momentos vividos no passado associada a um desejo sentimental de regresso, impulsionado por lembranças que cada um possui.

Nesse prisma, como pudemos constatar pelos dados anteriores, o número de faculdades de direito aumentou exponencialmente, a profissão deixou de exalar o grau de exclusividade que detinha há décadas e deixou

de ter o caráter elitista que carregava, sendo bem mais acessível e democrática (ainda não como deveria ser) para grande parte dos brasileiros.

Se antes o advogado era uma figura quase intangível, de difícil acesso e que pela própria cultura acadêmica se mantinha distante da sociedade até pelo linguajar, em que o emprego do latim era mandatário e o vocabulário rebuscado fazia os mais humildes se distanciarem culturalmente, hoje a quantidade no mercado e a origem dos novos profissionais aproximou os novos profissionais das demandas sociais, tendo muitos origem humilde.

Então por lógico que os que viveram essa época elitista do direito, nutram um certo sentimento nostálgico, que como sabido a nostalgia não pode ser superada no campo físico pois diz respeito somente a uma visão idealizada de passado que cada um possui.

A próxima tabela (Tabela 4) apresenta o número de advogados ativos em todas as Seccionais do Brasil, com uma visão geral por Estado da Federação brasileira.

Tabela 4 - Número de advogados ativos por sexo e Seccional

Fonte: OAB (2021)

Atualmente, existem 1.217.918 advogados ativos, sendo 608.661 mulheres e 609.257 homens, demonstrando que a advocacia ainda é uma profissão predominantemente

masculina. Ao nível dos advogados estagiários existem 19360, sendo 10394 do sexo masculino e apenas 8966 do sexo feminino (Figura 9).

Figura 9 - Advogados em Portugal

Fonte: OAB (2021)

Número de Advogados em Portugal

Atualmente em Portugal, de acordo com dados do Ministério da Justiça existem 33 298 advogados (Figura 10).

122

Figura 10 - Advogados em Portugal

Fonte: DGPJ/MJ (2020); PORDATA (2020)

Existe uma predominância feminina na profissão, representando as mulheres 55,2% (18365 advogadas) dos inscritos na Ordem dos Advogados e os homens 44,8% (14933 advogados) (Figura 11).

Figura 11 - Advogados total e por gênero

Fonte: DGPJ/MJ (2020); PORDATA (2020)

Pela análise dos dados (Figuras 10 e 11), pode-se verificar que o número de advogados tem tido um crescimento irregular nos 20 anos, tendo estabilizado nos últimos 4 anos, em que o crescimento é de 3%.

Conforme de Tabela 3, ao ano 2019 existiam 3529 advogados-estagiários (candidatos à advocacia), sendo 1315 homens e 2214 mulheres.

Distribuição Geográfica dos advogados por Estados Brasileiros

Com base nos últimos dados (Tabela 4), fica demonstrado um desequilíbrio quanto ao número de advogados por estado em território brasileiro, sendo constatado elevada desproporcionalidade entre a quantidade dos estados membros da federação, havendo uma concentração desproporcional em apenas 10 estados.

Abaixo apresenta-se uma tabela com o número de advogados demonstrando quais estados possuem a maior quantidade de Advogados ativos:

Tabela 1 - Número de advogados por ordem decrescente por estado

	Seccional	julho	Percentual	
1º	SP	325033	27,04%	80,65%
2º	RJ	145038	12,07%	
3º	MG	123345	10,26%	
4º	RS	87668	7,29%	
5º	PR	74986	6,24%	
6º	BA	49369	4,11%	
7º	GO	43759	3,64%	
8º	DF	42949	3,57%	
9º	SC	41859	3,48%	
10º	PE	35391	2,94%	
	CE	31126	2,59%	
	ES	22682	1,89%	
	PA	20953	1,74%	
	MT	20399	1,70%	
	PB	17958	1,49%	
	MA	16837	1,40%	
	MS	15638	1,30%	
	PI	14509	1,21%	
	RN	13666	1,14%	
	AL	12033	1,00%	
	AM	11885	0,99%	
	SE	10297	0,86%	
	RO	8498	0,71%	
	TO	7075	0,59%	
	AC	3544	0,29%	
	AP	3313	0,28%	
	RR	2219	0,18%	
Total		1202029		

Fonte: Ordem dos Advogados do Brasil 2020

Além de uma desproporcionalidade na distribuição dos profissionais de direito em território nacional, deve-se colocar esse número sob o prisma do tamanho da população brasileira, pois por mais que o número de advogados possa soar elevado, é necessário levar em consideração como fica esse número em proporção a quantidade de habitantes.

Distribuição Geográfica de Advogados em Portugal

A ordem dos Advogados Portugueses tem 7 conselhos Regionais: Lisboa, Madeira, Açores, Coimbra, Porto, Évora e Faro, distribuindo-se os advogados e advogados estagiários por estes conselhos. Contudo, não foi possível obter informação sectorial sobre essas inscrições.

Não existem dados estatísticos por distribuição geográfica.

Advogados por População no Brasil

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira possui 211 803 623 habitantes, dentre os quais, como pudemos verificar pelos dados trazidos anteriormente, 1 202 009 são advogados, portanto são quase 6 (5,6) advogados para cada 1 000 habitantes.

Porém, essa análise fica ainda mais interessante quando realizado o desmembramento por estado.

Abaixo pode-se conferir uma tabela (Tabela 5) contendo o número de Advogados e a População:

Tabela 2 - número de Advogados e a População

Seccional	Advogados	População
AC	3544	895943
AL	12033	3356126
AM	11885	4214337
AP	3313	863351
BA	49369	14935331
CE	31126	9192733
DF	42949	3056431
ES	22682	4068287
GO	43759	7125011
MA	16837	7118810
MG	123345	21304354
MS	15638	2812133
MT	20399	3529604
PA	20953	8700884
PB	17958	4040352
PE	35391	9623726
PI	14509	3281412
PR	74986	11523849
RJ	145038	17373026
RN	13666	3537468
RO	8498	1798225
RR	2219	622500
RS	87668	11426393
SC	41859	7260191
SE	10297	2321104
SP	325033	46232860
TO	7075	1592182
Total	1202029	211806623

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020)

Ao analisar do número de advogados para cada 1.000 habitantes temos o seguinte resultado (Tabela 6):

Tabela 3 - Número de advogados por 1000 habitantes

Estado	Advogados/1000
DF	14
RJ	8
RS	8
SP	7
PR	7
GO	6
MG	6
MT	6
SC	6
ES	6
MS	6
RO	5
PB	4
TO	4
SE	4
PI	4
AC	4
RN	4
AP	4
PE	4
AL	4
RR	4
CE	3
BA	3
AM	3
PA	2
MA	2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020)

Assim diante dos dados, pode-se constatar que o Distrito Federal se destaca bastante dos estados da federação, possuindo uma média de 14 advogados para cada 1.000 habitantes, sendo São Paulo e Rio de Janeiro os segundos colocados com aproximadamente 8 advogados para cada 1.000 habitantes, enquanto tem estados da federação que contemplam números de 2 advogados para cada 1.000 habitantes, como o caso de Manaus e o Pará (Tabela 6).

Advogados por População em Portugal

A população Portuguesa atual é de 10.286,30 milhares segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, dos quais 52,8% são mulheres e 47,2% são homens.

Atualmente por cada 100.000 habitantes existem 323,4 advogados, percentagem que tem vindo a crescer desde 2009 ou seja 3,2 por cada 1000 habitantes (Figura 12).

Figura 12 - Advogados por 100 mil Habitantes

Fonte: DGPJ/MJ (2020); PORDATA (2020)

Pela análise dos dados (Figura12), pode-se verificar que o número de advogados tem crescido nos últimos 4 anos a 3%, enquanto a população tem vindo a diminuir desde 2011 a 2018, exceto no último ano que cresceu 0,02%.

Do gráfico infra podemos verificar igualmente as profissões jurídicas juntos dos tribunais, ou seja, juízes, magistrados de ministério publico e advogados por cada 100 mil habitantes (Figura 13).

Figura 1 - Advogados, Juizes e Magistrados do Ministério Público por 100 mil Habitantes

Fonte: DGPJ/MJ (2020); PORDATA (2020)

Desde 2008 que o número de advogados por magistrado judicial também tem vindo a cresce,

sendo atualmente 19 (19,2) advogados por magistrado (Figura 14).

Figura 2 - N.º advogados por magistrado judicial

Fonte: DGPJ/MJ (2020); PORDATA (2020)

Advogados e os Processos pendentes no Brasil

No seu último balanço, o Poder Judiciário brasileiro finalizou o ano de 2019 com 77,1 milhões de processos em tramitação, que aguardavam alguma solução definitiva. Tal número representa uma redução no estoque processual, em relação a 2018, de aproximadamente 1,5 milhão de processos em trâmite, sendo a maior queda de toda a série histórica contabilizada pelo Conselho Nacional de Justiça, com início a partir de 2009.

Com estes números e tomando como base a quantidade de advogados inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, se levarmos em consideração que todos estão

atuando contenciosamente, chegamos a uma conclusão de que existem uma média de quase 65 (64.25) de processos ativos por advogado inscritos na Ordem, não sendo aqui possível auferir a quantidade de questões extrajudiciais e de consultoria dos advogados inscritos, mas evidenciando de que existem uma demanda considerável.

Advogados e Processo pendentes em Portugal

Em 2019, o número de processos pendentes nos tribunais judiciais de primeira instância era de 756 714, o que significa um decréscimo de cerca de 11,1%, face ao ano de 2018. Nestas pendências estão excluídos os processos dos tribunais de execução de penas (Figura 15).

Figura 15 - Processos Pendentes

Fonte: DGPJ/MJ (2020)

Se consideramos que todos os advogados inscritos na Ordem dos Advogados pleitam em

tribunal, temos uma média de 23 (22,72) processos por advogados.

4.Considerações finais

O presente estudo procurou identificar e sistematizar os principais aspetos do mercado da advocacia no Brasil e Portugal, traduzindo o máximo de dados em números para facilitar a leitura e permitir destacar as principais diferenças e semelhanças entre os dois países no tocante às estatísticas. Nesta (sintética) comparação, pode-se concluir que, tanto Portugal, como o Brasil já dispõem de mecanismos legislativos e normativos que têm por objetivo regular o exercício da profissão de advogado, designadamente através da criação de uma Associação Publica para disciplinar a profissão – Ordem dos Advogados, que permitem gerar uma orgânica própria, criar regulamentação, estatutos e outros regulamentos. Neste campo, importa salientar que Portugal é mais regulador, na medida em tem uma legislação base que define os atos próprios dos advogados, criminalizando, inclusive, as condutas de terceiros que

praticuem tais atos sem a competente habilitação e inscrição na OA. A vista disso, pode-se concluir que o Brasil e Portugal possuem aspetos semelhantes no tocante ao exercício da advocacia, nomeadamente pela obrigatoriedade de possuir um curso superior em direito e inscrição obrigatória na Ordem Profissional Representativa. De acordo com princípio da reciprocidade entre Portugal e Brasil, existe o livre acesso entre os países para o exercício da profissão, desde que ambos cumpram os respetivos requisitos dos seus cidadãos nacionais.

Observou-se, no Brasil, que apesar de numerosos casos fora do espectro absoluto dos dados, os advogados que, em sua essência são profissionais autônomos e empreendedores, não saem da faculdade diretamente para o mercado de trabalho com o devido conhecimento necessário para monetizar o seu trabalho. A atribuição do Selo

OAB tenta refletir esse reconhecimento aos cursos que cumpram as exigências da OA, em virtude da massificação dos cursos.

Em termos de dimensão existem diferenças substanciais. No mercado Brasileiro existem 6 advogados por cada 1000 Habitantes, quase o dobro de Portugal, o que pode demonstrar uma saturação do mercado brasileiro, com eventuais consequências para a classe, concretamente na baixa de qualidade, redução do preço dos honorários, entre outras.

Já em Portugal, apesar do número crescente de advogados inscritos na OA em exercício efetivo da profissão, apesar de também não se pode descartar a saturação de mercado, no entanto, o número por 1000 habitante é reduzido, mas comparando outra grandeza, conclui-se que existem apenas cerca de 23 processos por advogado. Apesar de tudo, não se deve esquecer que a atividade da advocacia não se resume aos tribunais, mas a tantos outros procedimentos, contratos, resoluções extrajudiciais de conflitos, mais difíceis de identificar e quantificar. Acresce o facto de o número de advogados ter crescido em Portugal nos últimos 4 anos, 3% ao ano, enquanto que a população tem vindo a diminuir desde 2011 a 2018, exceto no último ano que cresceu 0,02%, o que determina um crescimento real dos advogados superior, por decréscimo da população. Em Portugal existem apenas 17 IES a ministrar cursos de Direito, num universo de 328 IES, o que representa apenas 5,18% das IES. Existem, apenas, 17 cursos de licenciatura em Portugal, para cerca de 2761 vagas aos cursos, por ano, no regime geral de acesso ao ensino superior, pelo que atenua a situação de eventual saturação, dado que não significa um grande número de licenciados anualmente, atendendo à panóplia de profissões jurídicas existentes em Portugal. Por outro lado, no Brasil existem 2608 IES das quais 1787 ministram cursos de Direito, o que representa 68% das IES, razão pela qual a graduação em

direito é a maior graduação do país. Em Portugal, os cursos com maior frequências são as ciências sociais, o comércio e o direito, na sua globalidade.

Ainda no que concerne a diferenças no sistema de ensino, o modelo Português passa por um duplo crivo de fiscalização e controle, quer administrativo quer de qualidade: o ministério da Ciência e do Ensino Superior e da A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, 2020), garantindo a qualidade do mesmo. Por seu lado, no Brasil, não existe esta avaliação dos cursos nem das IES, e a avaliação de qualidade nos cursos de direito acaba por ser efetuada pela OAB através do Selo OAB RECONHECE.

Em Portugal a licenciatura em direito são 4 anos, a qual é seguida de um estágio obrigatório de 18 meses, supervisionado pela OA, impondo, ainda, a figura do patrono advogado com mais de 5 anos de profissão, por forma a garantir a qualidade da formação do advogado. Neste âmbito, salientamos que o estágio não é curricular, não se encontra inserido no curso de direito. No Brasil, o grau de bacharel é de 5 anos, contemplando um estágio integrado, não existindo um estágio específico ministrado e supervisionado pela OAB, pelo que se resume a um estágio curricular. Esta facto pode estar na origem da facilidade de acesso dos candidatos à profissão de advogado no Brasil. Com efeito, acedem à profissão após a frequência dos 5 anos do curso, sem necessidade de estágio específico de transição da vida académica para a prática jurídica, tanto de escritório como de barra. No caso de Portugal, o candidato tem de realizar um estágio de 18 meses, específico de advocacia, e efetuar um número mínimo de diligências processuais, para, posteriormente, poder candidatar-se ao exame de admissão à OA. Em síntese, a formação de um advogado em Portugal é mais demorada do que no Brasil,

prevendo a preparação teórica académica dada pela universidade e prática imposta pela ordem. É neste espectro que reside a grande diferença no acesso à profissão, e que nos pode permitir concluir que os advogados portugueses têm a

formação específica de acesso à profissão, estruturada tendo em conta os desafios reais da profissão e as responsabilidades para com a comunidade.

5. Limitações e Sugestões para trabalhos futuros

Encontra-se como limitação a falta de estatística sobre a relação direta entre o número de licenciados em direito e os candidatos à advocacia (advogados estagiários), por forma a estabelecer que percentagem dos estudantes de direito envereda pela advocacia ou por outras profissões jurídicas.

Os dados estatísticos existentes em Portugal não são coincidentes com os dados estatísticos existentes no Brasil, ou seja, não foram conseguidos os mesmos dados estatísticos.

Foi também limitativo, o facto de não conseguirmos encontrar estatísticas que

quantos advogados brasileiros exercem em Portugal e vice-versa.

O presente estudo levanta questões sobre se ambos os países enfrentam os mesmos problemas, deixando como sugestões futuras de pesquisas o aprofundamento um estudo comparativo das condições de acesso à profissão, dos direitos e deveres dos advogados em cada um destes países, bem como das condições de exercício da profissão e ainda sobre as sociedades de advogados existentes em cada país e a sua forma de organização.

- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2020). A3ES | A3ES. Retrieved March 25, 2021, from <https://www.a3es.pt/>
- Collins, R. (1988). *La Sociedad Credencialista*. AKAL.
- Couture, E., & Silva, O. (1987). *Os mandamentos do advogado* (3rd ed.). Porto Alegre: Fabris Editor.
- Decreto no 11:715 de 12 de junho de 1926, Pub. L. No. I Série, número 124 (1926). Retrieved from <https://dre.pt/application/file/153795>
- Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro, Diário da República n.º 212/2007, Série I de 2007-11-05. Retrieved from <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629433/details/maximized>
- DGEEC. (2021). *Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*. Retrieved February 19, 2021, from <http://www.dgeec.mec.pt/hp4/73/>
- Direção-Geral da Política de Justiça. (2020, October 30). *Advogados inscritos*. Retrieved March 23, 2021, from https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Advogados_inscritos.aspx
- Estatísticas da Justiça. (2020). *Estatísticas do Ministério da Justiça*. Retrieved March 25, 2021, from <https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt>
- Freitas, H. (2020, April 14). *Brasil tem mais de 1.500 cursos de Direito, mas só 232 têm desempenho satisfatório*. Retrieved March 23, 2021, from <https://www.jota.info/carreira/brasil-tem-mais-de-1-500-cursos-de-direito-mas-so-232-tem-desempenho-satisfatorio-14042020>
- Fundação Getulio Vargas. (2020). *Exame de Ordem em números* (Vol. IV). <https://doi.org/10.1163/1568524041269322>
- Gil, A. (2017). *Como Elaborar Projetos de pesquisa*. (E. Atlas, Ed.) (6a edição). São Paulo.
- Infocursos. (2020). *Dados e Estatísticas de Cursos Superiores*. Retrieved March 25, 2021, from <http://infocursos.mec.pt/>
- Instituto Nacional Educação e Pesquisa. (2020). *Indicadores Educacionais*. Retrieved March 25, 2021, from <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>
- Lei n.o 49/2004 de 24 de Agosto da Assembleia da República, Pub. L. No. Diário da República-I Série-A (2004). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/479604>
- Lei no 145/2005 de 26 de janeiro da Assembleia da República, Pub. L. No. Diário da República — I Série-A (2005). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/624462>
- Lei no 8.906 de 4 de julho de 1994 da Presidência da República, Pub. L. No. Casa Civil (1994). Retrieved from https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm
- Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996 da Presidência da República, Pub. L. No. Casa Civil (1996). Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

- Ministério da Educação. (2020). Censo da educação superior. Retrieved March 25, 2021, from <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>
- Neto, C. (1946). Advogados: como aprendemos, como sofremos, como vivemos. São Paulo: Saraiva.
- Poiars, N. (2018). As profissões (Para) Jurídicas em Portugal. Requisitos, Mandatos e Convergências., (January), 183.
- PORDATA - Advogados: total e por sexo. (2020). Retrieved March 25, 2021, from <https://www.pordata.pt/Portugal/Advogados+total+e+por+sexo-245>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Universidade FEEVALE. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Regulamento nº 913-A/2015, aprovado em Assembleia Geral da Ordem dos Advogados de 21 de Dezembro de 2015, Pub. no Diário da República nº 252/2015, 1º Suplemento, II Serie de 2015-12-28
- Resolução da Assembleia da República n. o 83/2000 de 22 de Abril de 2000 da Assembleia da República, Pub. L. No. Diário da República-I Série-A (2000).
- Tenente, L. (2017, July 6). Brasil tem mais faculdades de direito que China, EUA e Europa juntos; saiba como se destacar no mercado | Guia de carreiras | G1. Retrieved March 25, 2021, from <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/brasil-tem-mais-faculdades-de-direito-que-china-eua-e-europa-juntos-saiba-como-se-destacar-no-mercado.ghtml>

“”

Artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos – “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

J²

Jornal Jurídico

Vol. 4 | N° 2